



PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS | RS
PORTO ALEGRE | MARÇO, ABRIL, MAIO DE 2025

Versão de Jornalistas

D · I · G · I · T · A · L

QUEM INFORMA O BRASIL SOMOS NÓS

Na atual geopolítica mundial os tempos são desafiadores para todos nós e no mundo do trabalho não é diferente. Nós, jornalistas, com o nosso trabalho, temos a oportunidade de contribuir com a defesa da civilização contra a barbárie. Somos trabalhadoras e trabalhadores que lutam contra a exploração, a iniquidade, pelos

direitos fundamentais, em defesa do jornalismo e em defesa da liberdade de expressão e do direito à informação. O SindJoRS defende diariamente o bem-estar, segurança física e econômica, bem como a qualidade de vida da categoria no exercício digno da profissão. NOSSA LUTA É POR DIREITOS E VALORIZAÇÃO!

EDITORIAL

Jornalismo, memória, verdade e justiça

Sem memória não há jornalismo e sem jornalistas não existe imprensa, seja ela analógica ou digital

Todas as tentativas de amordaçamento das trincheiras das liberdades têm exemplos históricos e recentes de instituições que deixaram de funcionar plenamente pela imposição do poder de despotas e ditaduras. Ministério Público, Judiciário e organismos das lutas sociais, incluindo os sindicatos, foram atacados e muitas vezes contidos pelo totalitarismo.

Mas não havia como conter todos os seus servidores, seus profissionais e os que se envolvem, por dever ou por adesão voluntária, à defesa da democracia. Foi e continua sendo assim com o jornalismo.

É o jornalista, mais do que é definido genericamente como imprensa, que está sempre presente para lutar ao lado e em nome dos amordoados. O jornalismo é talvez a única atividade que os ditadores não conseguem controlar por completo, quando da intensificação das violências totalitárias.

É o jornalismo que oferece, tantas vezes por ações de bra-

vura, o suporte à resistência das instituições que lutam para defender e restituir democracias. Foi o que aconteceu e continua acontecendo no Brasil, desde 1964.

É o jornalista, agora em novos modelos de produção de conteúdo – e não os donos das organizações da mídia tradicional –, que aciona atitudes decididas em defesa do direito à informação, à reflexão e à opinião.

Vladimir Herzog é a figura exemplar do jornalista que resiste, dentro de uma estrutura sob controle da ditadura, para continuar sendo jornalista. Foi assassinado não necessariamente como ativista político, mas como ameaça por ser jornalista. Por ser sempre, sob o ponto de vista dos ditadores e seus asseclas, um profissional em busca da verdade.

E a verdade sobre a morte de Herzog só foi contada com a contribuição decisiva do jornalismo. Tudo o que se divulgou, em meio ao pior momento da ditadura, foi resultado do trabalho de jornalistas, com a boa cum-



plicidade de brasileiros que resistiam dentro das instituições.

Promotores, procuradores, juízes, políticos, sindicalistas, líderes comunitários, religiosos, professores, estudantes – todos os trabalhadores que resistiram, individual ou coletivamente, tiveram suas ações tornadas públicas pelo jornalismo. Como aconteceu na ditadura e como acontece agora, com as mais recentes tentativas de golpe.

Vamos repetir: muito mais do que o que ainda definem como imprensa, é o jornalismo que está ao lado dos que

não se subjugam ao mando de quem detém poder político, militar e econômico.

Que os jornalistas, onde estiverem, continuem organizados coletivamente em defesa também da memória dos que resistiram ao totalitarismo. Sem memória não há jornalismo. E sem jornalistas não existe imprensa, em quaisquer dos seus formatos, analógicos ou digitais.

Jornalistas têm o dever primordial de lutar por memória, verdade e justiça. Pela memória de Herzog e de todos os que tombaram defendendo as liberdades e a democracia.

As e os jornalistas estão sempre presentes na luta e ao lado dos silenciados e amordaçados



Dia de luta também para as jornalistas

Diretoras e diretores do SindJoRS compareceram ao ato 8M Unificado de 8 de Março

Mulheres do mundo lutam contra a exploração no trabalho, contra as guerras e em defesa da democracia

NIARA DE OLIVEIRA
DIRETORA DO SINDJORS

Em Porto Alegre, na Capital do Rio Grande do Sul, diretoras e diretores do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SindJoRS) compareceram ao ato 8M Unificado organizado pela Central Única das e dos Trabalhadores (CUT-RS), sindicatos cutistas, movimentos feministas e sociais. Com o lema “Pela Vida de Todas as

Mulheres”, essa mobilização foi um grito por direitos, dignidade e respeito às mulheres gaúchas denunciando as diversas violências que recaem sobre as mulheres. Muitas entidades, dos mais diversos ramos, encaminharam suas e seus representantes, a maioria composta de mulheres, para dizer basta aos atrasos e retrocessos dessa nossa sociedade machista e para defender um constante alerta contra o aumento do facismo. Em ou-

tras cidades, como Gravataí e Pelotas, o SindJoRS também estava presente representado pelas suas colegas jornalistas de diretoria.

Nos somamos aos movimentos de mulheres do país e do mundo na luta contra a exploração no mundo do trabalho, por condições dignas, igualdade de direitos, contra as guerras e em defesa da democracia. Fomos às ruas neste Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras. É por todas

e também por cada uma de nós.

Desde que Clara Zetkin propôs, em reunião da Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas,

acumular mais de um emprego



Sabemos que nunca foi só por cada bandeira específica. Abraçamos desde sempre as grandes lutas da humanidade, porque exatamente como identificou Simone de Beauvoir, basta uma crise para que os direitos das mulheres sejam os primeiros a serem questionados e atacados. E neste tempo onde a ameaça do fascismo se ergue novamente, cá estamos lutando mais pela preservação de direitos já conquistados do que no avanço deles.

Segundo a pesquisa “Situação das Trabalhadoras da Imprensa na América Latina e

no Caribe – 2023”, com foco no Brasil, 62% das jornalistas brasileiras afirmam precisar acumular mais de um emprego para garantir a renda necessária; 48% relatam que colegas homens recebem salários superiores, mesmo exercendo funções equivalentes. A desigualdade salarial e a precarização das profissionais jornalistas é explícita. A mesma pesquisa diz também que 65% das entrevistadas no Brasil já sofreram violência de gênero, seja assédio moral ou sexual, e 53% disseram ter seu trabalho questionado de maneira diferenciada em rela-

ção aos colegas homens, reforçando a desvalorização do trabalho feminino. No ambiente digital, 47% das profissionais afirmam ter sido alvo de ataques ou ameaças on-line.

Protocolos ou políticas institucionais para lidar com a violência e a discriminação de gênero ainda são uma raridade, e atingem apenas 22% da categoria, segundo as jornalistas entrevistadas, parecendo ser mesmo um “privilegio”. Não surpreende que 78% defendam a ampliação da participação feminina nos espaços de decisão dos sindicatos e associações. Daqui do lado de

quem está no Sindicato, precisamos mesmo de mais companheiras se somando na luta.

Neste 8 de março, sob o lema “Lute como uma jornalista – Por uma mídia com igualdade de gênero e um futuro igualitário”, a FENAJ e o SindJoRS reafirmam seu compromisso em promover mudanças concretas, e convocamos as profissionais a se unirem e lutarem por medidas que incluem a equiparação salarial, a implementação de protocolos de proteção e o fortalecimento da representatividade feminina em todos os níveis decisórios.





ENTREVISTA CLAIR RUPPERT

OIT aponta que 46,4% das mulheres em idade ativa tinham empregos, em comparação com 69,5% dos homens

O Versão de Jornalistas conversou em Genebra, Suíça, com Clair Ruppert, a brasileira que atualmente é a vice-diretora do Escritório de Atividades dos Trabalhadores (ACTRAV) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nesta conversa, feita recentemente, no mês de março, falamos sobre o trabalho que ela realiza na organização, direitos dos trabalhadores e as mulheres no mundo do trabalho. A ACTRAV tem como objetivo principal realizar o elo entre a OIT e o mundo do trabalho, garantindo que as preocupações e os interesses das organizações sindicais sejam levados em consideração quando das discussões e debates para a construção das atividades e políticas da instituição. A OIT é a única agência da Organização das Nações Unidas (ONU) tripartite, o que significa que trabalhadores, governos e empresários fazem parte da constituição do organismo.

VJ. Conte para o Versão de Jornalistas um pouco da sua trajetória profissional, de maneira especial qual o trabalho que você desenvolveu no Brasil no meio Sindical?

CR. Eu atuei na Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalha-

MÔNICA CABANAS
JORNALISTA, ESCRITORA
E DIRETORA DO SINDJORS

dores (CUT) de 2001 a 2024. Durante esses anos atuei em diferentes áreas, como coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e na assessoria do mandato do companheiro João Felício enquanto Presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI). No último período que estive na CUT acompanhei de forma mais dedicada organismos internacionais, sindicais e agrupamentos como G20 e BRICS.

Fui conselheira suplente do Conselho Nacional de Imigração do governo brasileiro e fiz parte do Conselho de Assessoramento do Programa de Organização e Representação da WIEGO, organização a qual também presertei consultoria com o objetivo de fortalecer os laços entre sindicatos e organizações de trabalhadores da economia informal.

VJ. Qual é o trabalho que você vem desenvolvendo na OIT? O que ele representa para os trabalhadores no mundo?

CR. A OIT tem uma gestão única entre as organizações internacionais, onde Estados membros têm voz, mas trabalhadores e empregadores também. É uma estrutura tripartite. Trabalhadores participam na defi-



Clair Ruppert vice-diretora de ACTRAV da OIT

nição das políticas e dos programas da organização, que por si só, já é um avanço em relação ao que vemos no mundo, onde direitos fundamentais, como a

liberdade de associação e a negociação coletiva, continuam em grande parte por concretizar.

A ACTRAV é o escritório das atividades dos trabalhadores e

é o elo entre a OIT e as organizações dos trabalhadores. A missão do escritório é transmitir e assegurar que os interesses e visões dos trabalhadores sejam considerados nas ações da OIT, em especial no desenvolvimento de políticas e nas atividades que desenvolve.

A OIT cumpre um papel crucial na defesa do trabalho decente e da justiça social. Isso explica a sua importância, não se pode promover justiça social, sem a garantia de trabalho decente e sem que trabalhadores tenham voz.

VJ. Sabemos que as mulheres em todo o mundo enfrentam maiores dificuldades para progredir em suas carreiras. Na sua experiência de vida e profissional, como você vê esta situação?

CR. Apesar de diversos avanços, ainda hoje as mulheres enfrentam mais dificuldades em conseguir empregos do que homens. O trabalho do cuidado e o trabalho doméstico não remunerados afetam especialmente as mulheres. Além de sobrecarregar as mulheres, essa realidade, muitas vezes, pode impedir o acesso ao tra-

balho decente ou canalizar que mulheres tenham mais acesso ao trabalho informal, por exemplo, sem garantia de direitos e ou de proteção social. Dados da OIT apontam que as responsabilidades de cuidados desiguais mantêm 708 milhões de mulheres fora da força de trabalho em todo o mundo.

Um importante estudo da OIT aponta que em 2024, 46,4% das mulheres em idade ativa tinham empregos, em comparação com 69,5% dos homens. O estudo aponta também que, nos últimos 30 anos, a disparidade entre homens e mulheres no emprego diminuiu apenas 4 pontos percentuais. Infelizmente, nesse ritmo de progresso, alcançar a igualdade de gênero e a paridade nas taxas de emprego a nível mundial ultrapassará 190 anos.

Por isso a promoção da igualdade de gênero deve estar no centro das políticas. A OIT conta com instrumentos neste sentido, como a Convenção 190 e a Recomendação 206, que fornecem uma estrutura para prevenir, remediar e eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho, incluindo a violência de gênero. Segundo a OIT, as mulheres têm 1,6 vezes mais probabilidade do que os homens de sofrer violência e assédio sexual no mundo do trabalho, sendo as mulheres jovens e migrantes as que sofrem maior risco.

VJ. Como você vê o papel dos sindicatos para as lutas importantes do mundo do trabalho? E qual a importância da OIT nestas lutas por melhores condições



Sede da OIT em Genebra, Suíça

de vida e trabalho decente?

CR. A falta de acesso a direitos, os efeitos perturbadores da digitalização e das mudanças climáticas estão a pressionar-nos. Não se trata apenas do futuro do trabalho, trata-se do trabalho de hoje. A OIT tem um papel fundamental neste sentido. Sua função normativa é sua maior força, além da sua capacidade tripartite de enfrentar, por meio de ações

regulatórias e políticas, as mudanças no mundo do trabalho.

Os sindicatos são atores da transformação social. São eles que estão nos locais de trabalho defendendo os direitos dos trabalhadores não só em negociações coletivas, mas muitas vezes também em defesa da democracia.

VJ. Você teria algum outro tema que gostaria de

abordar?

CR. Sim, acredito que o tema da informalidade é um tema central que a maioria dos países enfrentam. Quando escutamos os constituintes da OIT, o tema da informalidade está entre os mais citados. Mais da metade dos trabalhadores estão em empregos informais. Além disso, atualmente os salários são muito baixos para a maioria dos trabalhado-

res e a participação salarial no PIB continua a diminuir. Como consequência, milhões de pessoas não conseguem atender às suas necessidades básicas.

Este ano a Recomendação 204 da OIT, que trata da transição da informalidade para a formalidade, completa 10 anos. É um instrumento que traz um conjunto de recomendações sobre como promover essa transição. Teremos na

agenda da próxima Conferência Internacional do Trabalho, que ocorrerá em junho de 2025, uma discussão sobre a informalidade e também sobre a definição de normas para o trabalho em plataformas, entre outros temas.

A R204 reconhece que a maioria das pessoas entra na economia informal não por escolha, mas como consequência da falta de oportunidades na economia formal e na ausência de outros meios de subsistência. E que a informalidade tem múltiplas causas, incluindo questões de governação e estruturais, e que as políticas públicas podem acelerar o processo de transição para a economia formal, num contexto de diálogo social.

São instrumentos como a R204 que podem ser usados como referência em políticas e ações frente à pobreza e à desigualdade, que continuam a aumentar. Por isso acredito ser um tema central, que deve seguir como prioridade na agenda, para que os Estados membros, trabalhadores e empregadores possam avançar em políticas e práticas rumo à transição e à formalidade com garantia de direitos.

Há décadas a erosão dos direitos dos trabalhadores vem causando pobreza, exclusão, insegurança e desconfiança. O multilateralismo tem um papel a cumprir neste sentido, assim como os atores nacionais. Não será suficiente combater as desigualdades, a exploração e a discriminação em bases marginais. A mudança deve ser global e local e em benefício de toda a população mundial.

ASSÉDIO

Protagonista nas denúncias de relações de trabalho chega a CIPA

O combate aos assédios nos ambientes de trabalho e a busca de ambientes laborais mais dignos e saudáveis para as e os jornalistas é uma luta diária do SindJoRS

Casos de assédio, de acordo com o “Mapa do Assédio”, realizado pela KPMG (uma das maiores redes de auditoria, contabilidade e consultoria do mundo), em setembro de 2024, representam 41% das denúncias que acontecem no ambiente de trabalho. O número aumentou em relação ao ano anterior, quando foi de 33%. Um dado curioso – e lamentável – é que 72,1% das ações sobre assédio sexual, julgadas desde 2020, foram denunciadas por mulheres.

Uma das principais lutas do Sindicato de Jornalistas Profissionais do RS – SindJoRS – é o combate aos assédios nos ambientes laborais. Desde o início desta gestão, liderada pela presidente Laura Santos Rocha, tem-se buscado fixar, nas convenções coletivas, artigos que previnam o problema nas empresas – públicas e privadas –, protegendo jornalistas. De acordo com o mapa da KPMG, o assédio de gênero é o segundo mais recorrente, com 15%; em primeiro lugar está



o moral e psicológico (46%), seguido pelo sexual (14%), por idade (8%), retaliação (8%), religioso (4%), por deficiência (2%) e orientação sexual (2%). Todos eles se fazem presentes nos ambientes de trabalho.

O que pouca gente sabe é que, desde setembro de 2022, quando foi promulgada a Lei 14.457 – que garante mais igualdade e segurança às mulheres nos ambientes de trabalho –, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Assédio (CIPA) foi renomeada como CIPA Assédio, ampliando as ações da

comissão, para abordar o assédio nas empresas. E, por que é importante tratar o tema na Comissão? Ainda de acordo com o “Mapa do Assédio”, 92% de trabalhadores e trabalhadoras que sofreram algum tipo de assédio preferiram não denunciar: por acreditarem que o caso não seria investigado (27%), medo de retaliação (23%), medo de exposição (22%), e temor pela integridade física ou psicológica (18%). Com a adição do combate a esse mal na CIPA Assédio, as empresas com mais de 20 funcionários são obrigadas a rea-

lizar treinamentos, palestras e cursos a todos e todas as funcionárias. Isso tende a facilitar as denúncias.

É importante entender que a CIPA Assédio é regida pela NR05 da portaria do MTB nº 3.214, de 08 de junho de 1978, e tem, como objetivo, a prevenção de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, além da divulgação de procedimentos de combate ao assédio moral e sexual no ambiente laboral, de forma a construir locais de respeito e bem-estar, livres de importunações. A CIPA Assédio é formada por um grupo de pes-

soas representantes dos empregados e do empregador, treinado para atuar na prevenção de acidentes do trabalho e assédio moral e sexual – e os integrantes são eleitos pelos próprios colegas, que se juntam aos indicados pela empresa (o número varia de acordo com a quantidade de funcionários). Por isso, a importância do treinamento e da abertura de canais que recebam as denúncias.

Dentro das novas especificidades da CIPA Assédio, destaca-se a criação de um código de ética e conduta, que deve ser amplamente divulgado

internamente, contendo normas claras de comportamento, além de estabelecer, obrigatoriamente, procedimentos de tratamento para denúncias de assédio sexual, moral e violência no trabalho, incluindo a proteção do anonimato do denunciante e, caso confirmada a denúncia, a punição do ou da infratora. Por esta razão, os canais de registros e de acolhimento tornam-se, não apenas necessários, como fundamentais, garantindo sempre a confidencialidade de quem denuncia. Algumas empresas preferem utilizar serviços terceirizados de canais de denúncias, de forma a prevenir retaliações de denunciados contra denunciantes.

Em cada caso, de acidente ou de assédio, a comissão específica precisa acompanhar o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos, bem como adotar medidas de prevenção a serem implementadas pela organização. Além disso, deve verificar os ambientes e as condições de trabalho, visando identificar situações que possam trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

ASSÉDIOS MORAL E SEXUAL

É importante identificar algumas das atitudes que caracterizam o assédio, como: retirar a autonomia do trabalhador ou contestar, a todo o momento, suas decisões; sobrecarregar o funcionário com novas tarefas ou retirar o trabalho que habitualmente competia a ele executar, provocando a sensação de inutilidade e/ou de incom-

petência; ignorar a presença do assediado, dirigindo-se apenas aos demais funcionários; passar tarefas humilhantes; gritar ou falar de forma desrespeitosa; espalhar rumores ou divulgar boatos ofensivos a respeito do trabalhador; não levar em conta seus problemas de saúde; criticar a vida particular da vítima; atribuir apelidos pejorativos; impor punições vexatórias (dancinhas, castigos); postar mensagens depreciativas em grupos nas redes sociais; evitar a comunicação direta, dirigindo-se à vítima apenas por e-mail, bilhetes ou terceiros e outras formas de comunicação indireta; isolar fisicamente o trabalhador para que não haja comunicação com os demais colegas; desprezar ou ironizar, injustificada-

mente, as opiniões da vítima; retirar cargos e funções sem motivo justo.

Outras atitudes que podem ser facilmente identificadas são: impor condições e regras de trabalho personalizadas, diferentes das que são cobradas dos outros profissionais; delegar tarefas impossíveis de serem cumpridas ou determinar prazos incompatíveis para finalização de um trabalho; manipular informações, deixando de repassá-las com a devida antecedência necessária para que o trabalhador realize suas atividades; vigilância excessiva; limitar o número de vezes que o funcionário vai ao banheiro e monitorar o tempo que lá permanece; advertir arbitriamente; e instigar o controle de um funcionário por outro,

criando uma atitude fora do contexto da estrutura hierárquica, com o intuito de gerar desconfiança e evitar a solidariedade entre colegas.

O assédio sexual pode ser identificado por meio de insinuações, explícitas ou dissimuladas, de caráter sexual; gestos ou palavras, escritas ou faladas, de duplo sentido; conversas indesejáveis sobre sexo; narração de piadas ou uso de expressões de conteúdo sexual; contato físico não desejado; convites impertinentes; solicitação de favores sexuais, ou seja, é toda conduta indesejada de natureza sexual que restrinja a liberdade sexual da vítima.

Para prevenir os assédios, a principal ferramenta é a informação, é garantir que todas e

todos os trabalhadores saibam o que é assédio moral, sexual, e quais são os comportamentos e ações inaceitáveis no ambiente de trabalho. A CIPA Assédio pode criar medidas como incentivar a participação dos trabalhadores na vida da empresa, com definição clara de tarefas, funções, metas e condições de trabalho; instituir e divulgar um código de ética da instituição, enfatizando que o assédio moral e/ou sexual é incompatível com os princípios organizacionais; promover palestras, oficinas e cursos sobre o assunto; incentivar as boas relações no ambiente de trabalho, com tolerância à diversidade de perfis profissionais e de ritmos de trabalho; realizar avaliação de riscos psicossociais no ambiente de trabalho; oferecer apoio

psicológico e orientação aos funcionários que se julguem vítimas de assédio e estabelecer canais de recebimento e protocolos de encaminhamento de denúncias. É importante a percepção de que o aumento súbito e injustificado de absenteísmo (faltas ao trabalho) pode ser indicativo de algum tipo de assédio.

O QUE FAZER

A vítima de assédio deve reunir provas do assédio; anotar, com detalhes, todas as situações de assédio sofridas com data, hora e local, e listar os nomes dos que testemunharam os fatos; buscar ajuda dos colegas, principalmente aqueles que testemunharam o fato ou que já passaram pela mesma situação; buscar orientação psicológica sobre como se comportar para enfrentar tais situações; comunicar a situação ao setor responsável; procurar o sindicato da categoria; e avaliar a possibilidade de ingressar com ação judicial de reparação de danos morais, caso a denúncia não seja investigada. Não menos importante é a CIPA Assédio estimular que os colegas ofereçam apoio à vítima; disponibilizando-se como testemunha; comunicando ao setor responsável, ao superior hierárquico do assediador ou à entidade de classe situações de assédio moral que presenciou. A solidariedade é curativa.

Fontes: Pesquisa Mapa do Assédio KPMG, disponível em <https://kpmg.com/br/pt/home> e Grupo FACE, disponível em www.facectd.com.br



AFASTAMENTO NO TRABALHO POR doença mental TEVE AUMENTO DE 68% EM 2024

Dados da Previdência Social mostram que houve 472 mil casos de afastamento do trabalho em 2024.

Em maio passa a vigorar nova redação para a NR1 como forma de diminuir a incidência de casos, mas há preocupações para fatores que podem distorcer a boa intenção do texto da Norma Regulamentadora

Em 2017, após consolidado o golpe contra a presidente Dilma, o Congresso aprovou a reforma trabalhista, que precarizou de maneira profunda as relações de trabalho e dificultou o acesso do trabalhador à Justiça trabalhista.

No ano seguinte é eleito um governo que no primeiro dia de gestão extingue o Ministério do Trabalho (seria recriado dois anos depois para acomodar aliados políticos), promove um dos maiores ataques aos trabalhadores na história do país, elimina centenas de comissões tripartites (formadas por representantes de trabalhadores, empresários e governo e que eram responsáveis por acordar normas de gerenciamento do trabalho em diversos âmbitos), desmonta fiscalizações trabalhistas e desidrata uma série de Normas Regulamentadoras (NRs), entre outras medidas. As NRs estabelecem os parâmetros de saúde e segurança nos ambien-



tes de trabalho; das 36 NRs até então existentes, Bolsonaro falava em cortar 90% da regulamentação.

Não bastasse o desastre daquele governo, o mundo foi atingido pela pandemia de Covid-19, que em pouco tempo se tornou o “sonho de consumo” do empresariado brasileiro: o que já era precarizado pela reforma trabalhista e pelos atos do governo negacionista tomaram ares de completo desastre. Trabalho remoto sem regulação de tempo, custos do trabalho (equipamentos, conta de energia elétrica etc.) recaíndo nas costas dos trabalhadores, demissões em massa, aumento exponencial da informalidade, pressão por metas abusivas, aumento do assédio moral tornaram-se cenários comuns nas novas configurações do trabalho.

Esses e outros fatores tornaram muitas empresas um grande caldeirão de adoecimento mental no Brasil.

Dados do Ministério da Previdência Social, divulgados pelo portal G1, mostram que em 2024 foram concedidas 472.328 licenças médicas por transtornos mentais, número 68% maior do que o registrado no ano anterior e o maior na última década. A esses quase meio milhão de pessoas, acrescente-se a subnotificação – muitos desses afastamentos não chegam ao banco de dados da Previdência -, aos casos em que perícia médica rejeita o afastamento, aos trabalhadores que atuam na informalidade ou como PJ e pode estimar que esse cenário é ainda mais assustador.

MUDANÇAS NA NR1

A Norma Regulamentadora nº 1, intitulada “Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais”, uma das principais bases regulatórias para a segurança e saúde do trabalho no Brasil, estabelece diretrizes para a implementação de outras NRs e define os requisitos mínimos para a gestão dos riscos ocupacionais nas empresas.

A partir do dia 24 de maio, a NR 1 passará a ter novas atribuições e entendimento, conforme estabelecido pela Portaria MTE N° 1.419, de 27 de agosto de 2024. Uma dessas mudanças é a inclusão dos riscos psicossociais dentro do gerenciamento de riscos ocupacionais para tentar combater parte dos impactos negativos do estresse, assédio moral, carga excessiva de trabalho e desregulamentação. No entanto, o ex-diretor de pesquisa aplicada da Fundacentro, Rogério Bezerra, alerta para “furos” na regulamentação. “Não foi estabelecido o que são riscos psicossociais e nisso reside o problema. Como não há essa vinculação na Norma, fica a cargo da empresa definir quais riscos serão inseridos nos seus Programas de Gerenciamento de Riscos, e fica a cargo da empresa a gestão do que ela considerar como riscos psicossociais. Não é por menos que tem surgido muitas empresas que estão oferecendo serviços por aplicativo para a gestão de riscos psicossociais no ambiente de trabalho”, afirma.

EXPLODE O NÚMERO DE AFASTAMENTOS DO TRABALHO

Das 3,5 milhões de licenças por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) concedidas pelo INSS em 2024, quase meio milhão foram por motivos de saúde mental, o número é o maior da história do país e mais do dobro registrado há uma década: em 2014 ocorreram 203 mil afastamentos de trabalho. A tabela abaixo mostra as principais causas de afastamento por motivos de problemas mentais.

SAÚDE MENTAL ENTRE OS JORNALISTAS

A categoria dos jornalistas não está imune aos efeitos da precarização das relações de trabalho e de ambientes laborais tóxicos, muito pelo contrário. Em abril de 2020, a

PRINCIPAIS CAUSAS DE AFASTAMENTO POR PROBLEMAS MENTAIS		Nº DE CASOS
Transtorno de ansiedade		141.414
Episódios depressivos		113.604
Transtorno depressivo recorrente		52.627
Transtorno afetivo bipolar		51.314
Transtornos mentais decorrentes do uso de drogas e outras substâncias psicoativas		21.498
Reações ao estresse grave e transtornos de adaptação		20.873
Esquizofrenia		14.778
Transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso de álcool		11.470
Transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso de cocaína		6.873
Transtornos específicos de personalidade		5.982

Tabela produzida a partir de dados do Ministério da Previdência Social

Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) promoveu

uma pesquisa em diversos países para conhecer a percepção dos/das jornalistas em relação aos efeitos imediatos que a pandemia começava a causar. Para 61,25% das respostas, houve aumento na ansiedade e estresse no trabalho; 25,95% relataram perda de emprego ou diminuição dos salários e 22,49% mudanças nas condições de trabalho. Participaram da pesquisa 1.308 jornalistas de 77 países. Entre 20 de maio de 10 de junho de 2020, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) realizou uma pesquisa em todo o país para verificar como a pandemia de covid19 estava afetando os/as jornalistas: 55% das respostas identificaram o aumento da

pressão no trabalho.

A partir desses dados, a Secretaria de Saúde e Segurança da Fenaj considerou fundamental realizar uma pesquisa nacional para compreender o impacto na saúde mental dos/das jornalistas. Para isso, em 2024, a Federação estabeleceu uma parceria com a Fundacentro, órgão de excelência em pesquisa de saúde e ambientes de trabalho. A pesquisa está em andamento, com os resultados previstos para serem divulgados no segundo semestre de 2025.

ESCALA 6*

A PEC 8/2025 (Proposta de Emenda Constitucional), de autoria da deputada Erica Hilton (Psol-SP), que prevê a redução da jornada de trabalho, gerou uma saudável discussão na sociedade sobre as condições de trabalho no país. Afinal, com as novas tecnologias incorporadas ao trabalho, avanço da automação, ganhos constantes de produtividade, trabalhar seis dias na semana é uma necessidade impetuosa para o desenvolvimento ou apenas mais uma faceta do atraso de boa parte da elite empresarial brasileira, que ainda pensa com a cabeça de escravagista?

A redução da jornada de trabalho é um dos elementos chaves para a melhoria das condições de saúde mental dos/das



Rogério Giannini, presidente do Sindicato dos Psicólogos de SP

trabalhadoras, propicia mais tempo para o descanso, convívio familiar e “reposição das energias” gastas em ambientes insalubres, que afetam – e muito – a saúde da população.

PROTEÇÃO AO TRABALHADOR OU À EMPRESA?

O presidente do Sindicato das/dos Psicólogos de São Paulo, Rogério Giannini, reconhece a relevância que aspectos subjetivos (alguns nem tanto) influem nas condições de saúde mental dos trabalhadores e a boa intencionalidade da nova redação da NR1, mas aponta dois fatores que considera relevantes. Inicialmente, alerta para o risco de os problemas

de saúde mental nas empresas serem apropriados por um discurso medicalizante, ou seja, patologizar de forma individual uma questão oriunda da própria estruturação do capital diante do trabalho. “Em muitos casos cria-se a narrativa de que é o indivíduo que está fragilizado e não consegue se adaptar, sendo necessário, assim, o ‘saber psiquiátrico’, via medicalização, para combater esse mal da alma. As indústrias farmacêuticas adoram essa narrativa.”

Outro ponto que ele destaca é o risco de a nova redação da NR1 incentivar a multiplicação de consultorias, “coachings de saúde mental”, que irão administrar cursinhos para

“prevenir” casos de adoecimento mental. “Além de não focarem no que é central, ou seja, o modo como o trabalho foi se tornando cada vez mais precarizado e sem garantias de proteção ao trabalhador, corre-se o risco de em um eventual processo trabalhista, a empresa usar esses argumentos (fizemos cursinho, demos dicas para os trabalhadores, contratamos consultorias etc.) para eliminar o nexo causal entre ambientes de trabalho tóxicos e adoecimento mental, se as entidades e o movimento sindical não estiverem atentos, isso pode se tornar mais uma proteção às empresas do que aos trabalhadores”, avalia Giannini.

Pejotização no Jornalismo

Como identificar fraudes trabalhistas

O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul tem recebido inúmeras consultas de colegas contratados como empresas, via CNPJ, havendo vínculo empregatício e obrigação de cumprimento de horário

De acordo com o IBGE, cerca de 13,2 milhões de pessoas trabalhavam como microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil em 2021, o equivalente a 69,7% do total de empresas e outras organizações e a 19,2% do total de ocupados formais. Esse cenário da terceirização ou pejotização do trabalho vem num crescente desde a pandemia da Covid-19, quando muitas empresas fecharam ou tiveram perdas financeiras – outras apenas aproveitaram para aumentar seus lucros. Cinco anos depois do lockdown, a prática, que “mascara” o vínculo empregatício, segue sendo praticada.

O trabalho do jornalista tem sofrido os revezes do sistema capitalista, que só admite crescimento com aumento da riqueza e do lucro. Com isso, o mercado – que está cada dia mais enxuto, embora com ampliação das mídias de comunicação – coloca empresas na situação de vítimas e oferecem vagas de trabalho exclusivamente para jornalistas

CARLA SEABRA
VICE-PRESIDENTA DO SINDJORS

Pejotização do trabalho: jornalistas têm sofrido os revezes do sistema capitalista, que só admite crescimento com aumento da riqueza e do lucro

com CNPJ, com contratos que, embora aparentem um vínculo apenas entre empresas – como deveria ser –, acabam mantendo as relações de subordinação entre empregados e empregadores, sem os direitos trabalhistas.

É importante lembrar que jornalistas não podem ser Microempreendedores Individuais - MEI, já que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) considera que a

atividade de jornalista, assim como publicidade, relações públicas e afins, é regulamentada e exige registro profissional específico para atuar legalmente. No entanto, dentro do jornalismo, existem exceções que podem ser enquadradas no MEI, como editoria independente de revistas, jornais e livros, desde que não realize a escrita ou impressão; também atividades como edição de vídeo, filmagem indepen-

dente e fotografia independente, desde que não sejam realizadas em estúdios cinematográficos ou com fins publicitários (a lista de atividades permitidas para o MEI pode ser verificada no site da Receita Federal em gov.br). Isso, porém, não impede que jornalistas abram empresas individuais.

O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul tem recebido inúmeras

consultas de colegas contratados como empresas, via CNPJ. O que se tem percebido, nesses casos, são relações caracterizadas como havendo vínculo empregatício, onde o jornalista contratado, inclusive, é obrigado a cumprir horário, não tem autonomia para realizar suas tarefas e nem sempre o objeto do contrato é claro. Portanto, não deixa de ser uma forma de fraudar a relação de emprego.



FENAJ

Em fevereiro último, membros da diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) estiveram em Brasília com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino para defender que a contratação de jornalistas como empresas individuais não seja usada para “fraudar” o vínculo empregatício. O STF permite a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas, desde que essa “pejotização” seja realizada de forma legítima e não para burlar a legislação trabalhista. A FENAJ, com o encontro, buscou conscientizar os ministros do STF sobre essa forma de contratação – que aumenta exponencialmente – com o objetivo de proteger os direitos da categoria. Na ocasião, de acordo com o que os diretores evidenciaram, o ministro Dino expressou indignação com a pejotização, por considerá-la potencial fraude trabalhista. Ele defende que a Justiça do Trabalho deve averiguar com muito cuidado cada caso específico.

ORIENTAÇÕES DO SINDJORS

Antônio Carlos Porto Júnior, assessor jurídico do SindJoRS, tem orientado jornalistas que procuram o sindicato quanto aos cuidados com esse tipo de relação de trabalho. E o Versão de Jornalistas traz uma entrevista com Porto, para esclarecer a categoria.



Antônio Carlos Porto Júnior, assessor jurídico do SindJoRS

VJ: O que caracteriza a relação de trabalho entre empresa contratante e jornalista contratado como empresa individual?

ACPJr: A relação de trabalho, por excelência, é a relação de emprego. Todavia, ao longo do tempo, o mercado tem sido abalado por novas formas de contratação de trabalho por meio de pessoas jurídicas, notadamente MEIs ou Empresas Individuais. Aí você me pergunta se o jornalista pode buscar reconhecimento como empregado numa ação judicial. Bem, é empregada toda pessoa física

que prestar serviço remunerado e subordinado, de natureza não eventual, a uma empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. Presentes tais condições, independentemente da denominação adotada, haverá uma relação de emprego que poderá ser declarada como tal pela Justiça. Contudo, muitos trabalhadores não querem ou não podem ajuizar um processo judicial para fazer esse reconhecimento. Os direitos e deveres do empregado são regidos, fundamentalmente, pela

CLT e pelas Convenções Coletivas de Trabalho, negociadas pelos sindicatos; os detalhes, pelo contrato individual de trabalho. A diferença é que a relação entre jornalista e tomador de serviços é a natureza do prestador: não uma pessoa física, mas uma empresa, ainda que individual. Ou seja, trata-se de uma relação entre duas empresas. Aqui, vale a liberdade contratual e o Código Civil.

VJ: Quais os aspectos mais importantes que diferenciam a “pejotização” da CLT? O que uma tem que a

outra não pode ter?

ACPJr: As regras aplicadas aos empregados e empregadores são as previstas na CLT, nas normas trabalhistas expressas e nas Convenções Coletivas, que estabelecem vários aspectos como a duração da jornada, férias, FGTS, décimo terceiro salário, pisos, diárias e outras vantagens. Os detalhes são fixados no contrato individual de trabalho, como horário de trabalho, salário etc., como me referi anteriormente. No caso da relação entre duas sociedades, que têm liberdade de contratar, vale a manifestação de vontade das partes. Como se trata de duas empresas, supõe-se que ambas têm o mesmo poder e podem estabelecer as regras que melhor lhes convenha. Como não há pessoas físicas envolvidas, não há previsão legal de duração do trabalho ou de férias: tudo dependerá do contrato.

VJ: Muitas empresas novas, que estão surgindo no mercado gaúcho, estão contratando somente CNPJs e os jornalistas estão virando empresas. É importante firmar contrato?

ACPJr: O contrato, aqui, é muito importante, eu diria que é fundamental, porque não há normas trabalhistas aplicáveis. Vale o que estiver combinado entre as partes.

VJ: Que tipo de contrato deve ser feito? O que deve constar?

ACPJr: É importante firmar um contrato de prestação de serviços ou trabalho, que deve prever tudo o que for possível, como o objeto da prestação de

trabalho, seu valor, tempo de duração do trabalho, as condições em que serão prestadas as tarefas, quem fornecerá os meios. Enfim, todos detalhes importantes.

VJ: Quanto ao Piso Salarial do Jornalista, ele pode ou deve ser levado em conta nesse tipo de relação de trabalho?

ACPJr: Nesse tipo de contrato, não. Contudo, ao fixar o preço, além de atentar aos custos, deve-se levar em conta outros referenciais, como tabelas e salários, observar o mercado, período de reajuste, renovação etc.

VJ: Qual o principal cuidado que os e as jornalistas devem ter ao acordarem uma relação de trabalho terceirizada?

ACPJr: Se diz terceirização quando uma empresa é contratada para prestar serviços para outra. Aqui há dois aspectos: o primeiro seria um jornalista contratado para, por exemplo, fazer assessoria de imprensa de uma companhia; o outro seria um jornalista contratado por uma empresa que presta serviços de imprensa a outra. Em ambos os casos, a saúde financeira de quem contrata é algo chave a ser levado em conta. No primeiro, o cuidado principal é um contrato bem feito;

no segundo, depende da relação com quem, primariamente, contrata o trabalho. O jornalista poderia ser empregado de uma empresa que presta serviços à outra, ou ele próprio uma empresa (CNPJ) trabalhando para ela. Lembrando que, para isso, um contrato é fundamental.

O UNIVERSO FOTOGRÁFICO DE DULCE HELFER

Mario Quintana escreveu em uma das minhas mostras, que “O fotógrafo tem a mesma função do poeta: eternizar o momento que passa”

Anossa homenageada desta edição do Versão de Jornalistas é Dulce Helfer, uma das mais importantes fotojornalistas do Brasil. Dulce trabalhou nos jornais Gazeta do Sul e Rio Vale Jornal, em Santa Cruz do Sul, e por 27 anos no jornal Zero Hora, em Porto Alegre. Helfer trabalhou freqüentemente com músicos e escritores tais como The Cure, B. B. King, Roberto Carlos, Antônio Villeroy, Zizi Possi, Mario Quintana entre outros. Suas fotos foram utilizadas em capas de CDs e DVDs, bem como para divulgação, de vários músicos brasileiros, entre eles Tribo de Jah, Borghettinho, Os Fagundes, Belchior, Jazz6 (de Luís Fernando Verissimo), Jorginho do Trompete, Pato Banton (jamaicano), Geraldo Flach e dezenas de outros.

VJ: Fale um pouco da sua vida e como foi o ingresso neste universo da fotografia?

Dulce Helfer - O início da minha vida como fotógrafa foi com um primeiro prêmio aos 16 anos, no colégio de freiras que eu

JORGE LEAO
DIRETOR DO SINDICATO

estudava, em Santa Cruz do Sul. Fiquei animada com esse primeiro lugar e me inscrevi num outro prêmio, esse do Vale do Rio Pardo, onde ganhei novamente o primeiro lugar. Guardo o diploma até hoje. Rendeu meu primeiro flash, que depois emprestei e nunca me devolveram. Logo depois, passei a fotografar em estúdio e no jornal Gazeta do Sul, onde fiquei uns três anos, indo trabalhar depois no Riovale Jornal, onde além de ser fotógrafa, eu tinha uma coluna sobre cinema e artes em geral. Cobrindo um jogo de futebol no Beira-Rio, fui convidada a substituir um fotógrafo da Zero Hora, que estava doente. Era para ser três meses de experiência, mas fiquei 27 anos.

Motim do Presídio Central – Diretor do Hospital Penitenciário, Claudinei dos Santos ameaçado por Fernandinho



DULCE HELFER

VJ - O que a fotografia representa para ti?

Dulce Helfer - A fotografia é minha vida. Não vou parar de fotografar nunca. Para mim não é só trabalho. É prazer. Mario Quintana escreveu em uma das minhas mostras, que “O fotógrafo tem a mesma função do poeta: eternizar o momento que passa”. Aliás, foi pela fotografia que conheci o mundo e os grandes amigos. Também me deu a chance de trabalhar com os maiores artistas, tanto na área da música, quanto do cinema e das artes plásticas. Além disso, me rendeu 30 prêmios, grande parte com valores em dinheiro e com publicações nacionais e internacionais. A última contagem de fotos

publicadas, até o ano passado, foi de 65 livros, sendo cinco individuais. Mas, somente neste ano de 2025, já contabilizei mais três. O do Juarez Fonseca, com fotos da Maria Bethânia e do Paralamas do Sucesso, a biografia do Mario Quintana, com foto de capa minha e como entrevistada, e agora, fechando livro sobre Iberê Camargo.

VJ - Quais os trabalhos que fizeste que te marcaram mais?

Dulce Helfer - Não é fácil destacar trabalhos, pois assim como fotografei motins e assaltos, também trabalhei com grandes nomes da área de cultura. Talvez eu possa dizer que

os trabalhos que me deram mais alegrias foram os que resultaram em livros e exposições, como passar 55 dias navegando no Alto Solimões, dois meses no Japão, Europa de mochila, Cuba, com a Agronomia da UFRGS e por aí vai. Mas trabalhar com artistas geniais e queridos como B.B.King, The Cure, David Lynch, Fernanda Montenegro e Roberto Carlos, entre muitos outros, me trouxeram grandes amizades e ótimas fotos. A área de cinema, onde faço still e making of, também considero importante, não só por trabalhar com grandes artistas nacionais, mas por poder fotografar a natureza em muitos filmes, principalmente o do meu amigo e parceiro de 40 anos, o Tabajara Ruas, que resultou em livro sobre as águas do RS.

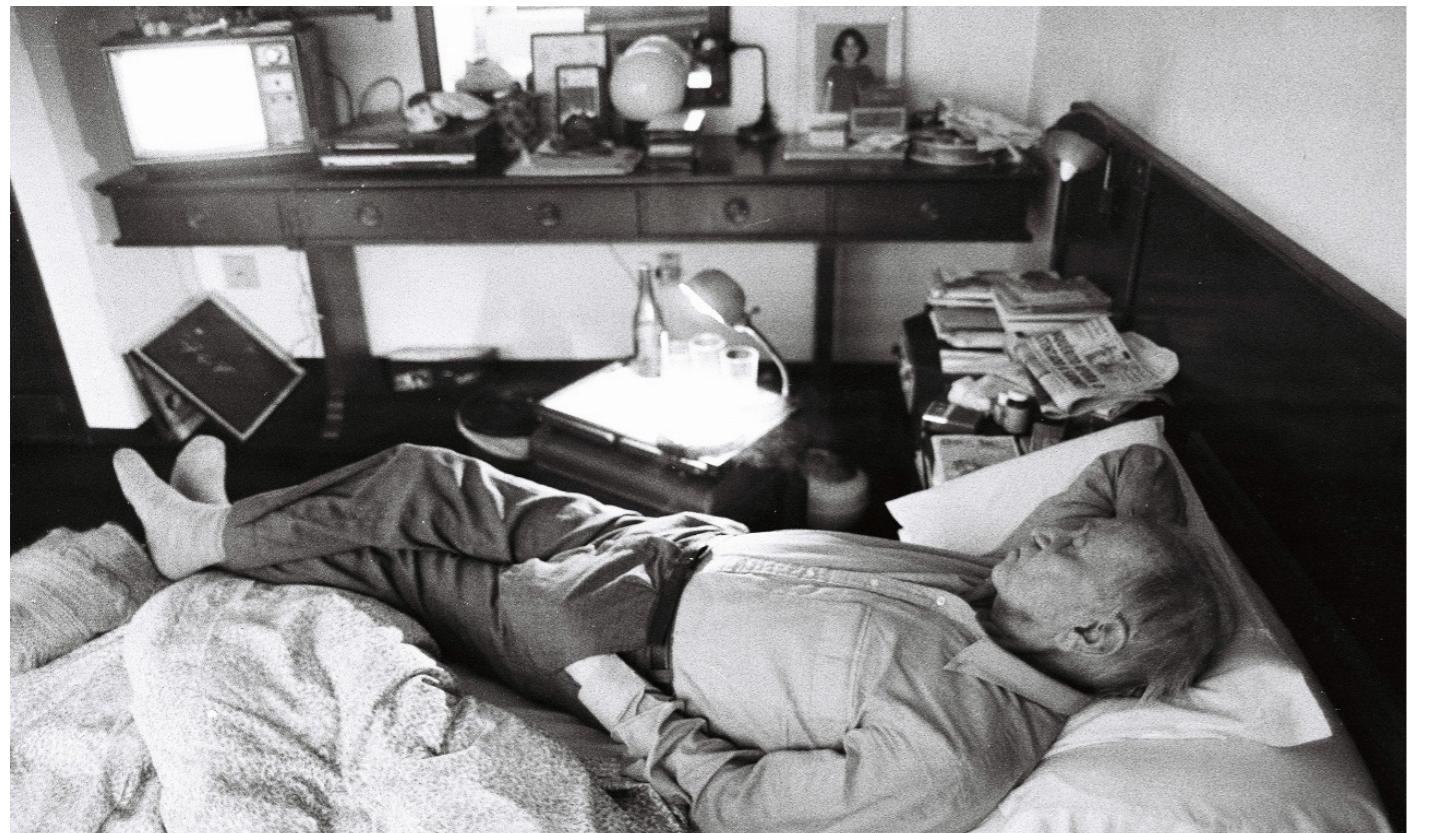
VJ - Quais aprendizados na época do fotojornalismo?

Dulce Helfer - O fotojornalismo é melhor que uma Universidade. Aprendi de tudo um pouco, alguns assuntos com mais profundidade e alguns mais descartáveis. Do conhecimento do melhor das artes, à política e economia. Da agricultura à área policial. Todos os segmentos do jornalismo me deram prêmios. Mas o que mais levo comigo, é o estudo do ser humano, para o bem e para o mal. E como sou ligada à luta pelo meio ambiente e defesa dos animais, às vezes me questiono quem é o irracional nesse mundo.

VJ - Por ser mulher, sofrestes muito preconceito na profissão?

Dulce Helfer - Preconceito por ser mulher? Com certeza, sofrí muito. Não só passei por assé-

DULCE HELFER



Poeta Mario Quintana

Dulce Helfer - Conselhos para quem entra no fotojornalismo, é seguir seus instintos. Muitas vezes a pauta que parecia sem importância, virou capa e notícia principal. E gostar do que faz, mas cada caso é diferente. Ter colegas legais e editor justo ajuda muito. E pelo menos posso dizer que tive colegas do jornalismo, que levo para a vida. Se for contar tudo que passei, poderia escrever um livro, principalmente com editor pedante e invejoso, por eu ter visibilidade fora do jornal, em função das minhas exposições e livros. E pior, pessoa mediana na área de fotografia. Então sequer tive alguma coisa legal para aprender com essa pessoa. Quando saí da ZH, tirei um fardo dos meus ombros e passei a respirar.

VJ - Que conselhos tu darias pra quem está entrando na profissão?

Trevisan, grandes amigos que Mario me deixou de herança. Assim como o Rubem Braga, com quem viajei o Brasil e ficava hospedada em sua casa no Rio de Janeiro, considero que foi presente do Mario, que tinha ciúmes da minha amizade com o Rubem depois. São muitas histórias para contar, mas nas mi-



Cantor Belchior

nhas palestras, principalmente as que fiz na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), junto com o Armindo, pude trazer muitos fatos que ninguém conhecia. Em junho abro projeto em três cidades, sobre Mario, que além de exposição em papel reciclado com minhas fotos dele, farei palestras contando

DULCE HELFER



essa convivência. Em junho inicia na UNIVATES, em Lajeado, depois no Centro Regional de Cultura de Rio Pardo e em 2026, festejando os 120 anos do Mario, fecho o projeto com concurso de poesia para escolas públicas, na CCMQ, em Porto Alegre. Sobre o Bel então, a história é muito longa. Foram 30 anos de amizade, daquelas que mesmo ficando meses sem falarmos, a cada reencontro era como se tivéssemos nos encontrado no dia anterior. Tenho cartas, presentes e bilhetes dele, desde 1980. Eu ainda morava em Santa Cruz e como nos conhecemos um ano antes na antiga OSPA [Orquestra Sinfônica de Porto Alegre], ele veio me visitar e conhecer minha cidade, onde infelizmente também faleceu. Lembro que foi na minha exposição sobre o México, no Gasômetro, em POA, só para prestigiar minha mostra.

DULCE HELFER

“Os sindicatos nascem e renascem todas as vezes que dão voz a quem não tem, denunciam os poderosos que pisam nos direitos dos trabalhadores mais frágeis e defendem a causa dos estrangeiros, dos últimos e dos rejeitados. O mundo precisa de sindicatos fortes, não enfraquecidos ou cooptados. Precisamos de sindicatos que saibam renovar-se, mantendo viva a chama da solidariedade”.

Papa Francisco



DEPOIMENTO CARLOS BASTOS

COBERTURA DA LEGALIDADE

Quando Brizola começou o discurso mais brilhante de toda sua carreira política, havia 5 mil pessoas defronte ao Palácio. Uma hora depois, quando ele encerrou seu pronunciamento, havia 50 mil pessoas

O episódio da Legalidade foi o único em minha carreira profissional de 62 anos em que eu fui metade jornalista e metade militante. E eu trabalhava na Última Hora, que deu apoio integral. Eu e outros 10 profissionais do jornal passamos todo o tempo no Palácio Piratini. Desde o sábado dia 25 de agosto até o embarque de Jango para Brasília.

Neste período nós não comparecemos na redação. Escrevíamos as matérias no Palácio e contínuos vinham apanhá-las. E a Última Hora lançou uma edição extra no domingo, 27 de agosto. Dois dias depois da renúncia de Jânio e um dia após Leonel Brizola declarar a resistência pela posse de Jango.

A Última Hora tinha uma postura crítica quanto ao governo Brizola. Mas o apoiou integralmente quando ele encampou a ITT e a Bond and Share e o movimento da Legalidade.

Tínhamos que acompanhar tudo de perto e no sábado fo-

CARLOS BASTOS
JORNALISTA E DIRETOR DO SINDICATO

ram lançados dois manifestos pela posse do vice-presidente João Goulart: um do governador Brizola e outro do marechal Henrique Teixeira Lott.

Brizola enviou o manifesto do ex-ministro da Guerra para ser divulgado como matéria paga nas rádios de Porto Alegre. Quando da divulgação do manifesto, as emissoras eram retiradas do ar pelo III Exército.

No domingo pela manhã o assessor Hamilton Chaves comunicou o governador do ocorrido e disse que só a Rádio Guaíba permanecia no ar, porque o doutor Breno Caldas tinha recusado a publicidade. Daí o governador Brizola teve o estalo de intervir na Guaíba e criar a Rede da Legalidade, que começou a funcionar no domingo à tarde e nas primeiras 24 horas teve o comando de Naldo Freitas. Depois vieram outros, escalados pelo Batista Filho, entre os quais o Marco Aurelio Wesendolk.

Brizola falava de cinco a seis vezes por dia na Rede da Legalidade. E tínhamos, como repórteres, que acompanhar tudo isto. E íamos no prédio da Assembleia Legislativa,



Na Legalidade Carlos Bastos, pela única vez na carreira, participou como profissional e militante em uma cobertura jornalística

que estava em sessão permanente. Inclusive severos críticos do governo Brizola, como Paulo Brossard, Cândido Norberto, Braga Gastal, Ariosto Jaeger e Artur Bachini apoiavam a Legalidade, que contava com a solidariedade maciça do povo gaúcho. E os jornalistas tinham que se deslocar ao “Mata-Borrão” (prédio com formato característico que existia, até meados dos anos 1960, na esquina das ruas Andrade Neves e Borges de Medeiros), onde filas de milhares de pessoas se alistavam para defender o cumri-

mento da Constituição. Outra hora tínhamos que ir ao cais do porto, acompanhar o desfile em ordem unida dos “transviários” da Carris.

Na segunda-feira, dia 28 de agosto, às 11 horas, Brizola começa um pronunciamento histórico, denunciando que o III Exército tinha recebido ordens para bombardear o Palácio e para isto usasse a FAB. Quando Brizola começou o discurso mais brilhante de toda sua carreira política, havia 5 mil pessoas defronte ao Palácio. Uma hora depois, quando ele encerrou seu pro-

nunciamento, havia 50 mil pessoas. Uma prova cabal da politização do povo gaúcho.

Em seguida, compareceram ao Palácio sargentos e suboficiais da Força Aérea informando que tinham esvaziado os pneus e retirado a gasolina dos caças. Mais tarde comparecia no Palácio o general Machado Lopes, declarando a adesão do III Exército ao movimento da Legalidade.

Estava aberto o caminho para o retorno de João Goulart, que se encontrava em Montevideu. E os jornalistas relatando todos estes acontecimentos.

Legalidade foi articulada através de discursos na Rádio Guaíba



Na chegada de Jango, ele foi à janela e se limitou a abanar para a multidão, não discursou, recebendo uma estrepitosa vaia. E começou a circular o boato de que Jango aceitaria o parlamentarismo. Então o cineasta Luiz Carlos Barreto, que era repórter da revista O Cruzeiro, subiu numa mesa da assessoria de imprensa e convidou os jornalistas para farem um apelo a Jango para não

aceitar o parlamentarismo. E lá se foram mais de cem profissionais para a ala residencial do Palácio, onde ele estava hospedado. Eram jornalistas locais, do Rio e São Paulo, e estrangeiros. Tinha quem falasse inglês, espanhol e até alemão. Eram repórteres, mas ao mesmo tempo militares. Falaram o Barretão, o Flávio Tavares e o Tarso de Castro. O Jango desconversou, mas todo mun-

do sentiu que ele iria aceitar o parlamentarismo. E Brizola, a partir do momento que Jango comunicou que aceitaria o parlamentarismo, não falou mais na Rede da Legalidade e não compareceu em sua posse em Brasília.

A Rede da Legalidade funcionava as 24 horas do dia. E o Hamilton Chaves, que era muito criativo, durante a madrugada colocava notícias

em alemão, apresentadas pelo Lauro Hageman e pela Erica Kramer. Havia boletins em espanhol, francês, inglês e italiano, que eram apresentados pelo Odilon Lopes, cinegrafista, ator e diretor de teatro e cinema, que era poliglota, e que por sinal andava com sua filmadora durante todo o período da Legalidade e colheu um material riquíssimo. Depois foi ludibriado por um assessor do consulado americano e tudo que ele produziu está hoje na biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

O episódio da Legalidade catapultou a carreira de Leonel Brizola. Um ano depois ele se elegeria deputado federal pelo Estado da Guanabara com o voto de um de cada quatro cariocas. E no meu raciocínio o prestígio alcançado na Legalidade está na base dos dois pleitos para o governo do Rio de Janeiro após seu regresso do exílio.



Leonel Brizola no Palácio Piratini segurando uma metralhadora



Soldado da Brigada Militar com fuzil de longo alcance no telhado do Palácio Piratini



A Campanha da Legalidade teve amplo apoio popular

A influência da MÚSICA BRASILEIRA durante a Ditadura Militar

A música brasileira da época da ditadura influenciou gerações

e se tornou uma arma de luta pela liberdade e pela democracia

GABRIEL DEON E LAURA PEDROSO
ESTUDANTES DE JORNALISMO
DA UNIVERSIDADE FRANCISCANA (UFN)
DE SANTA MARIA*

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, de 1964 a 1985, a música desempenhou um papel fundamental na resistência política e cultural. Com a censura e a repressão se intensificando, muitos artistas brasileiros encontraram nas canções uma forma de protesto e de resistência ao regime. As músicas se tornaram uma maneira poderosa de expressar descontentamento, denunciar abusos de poder e falar sobre a realidade do povo, mesmo diante da censura imposta pelo governo.

Diversos artistas da época, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque e Elis Regina, foram responsáveis por criar canções que misturavam crítica política com letras poéticas. Algumas músicas, como “Cálice” (Chico Buarque e Gilberto Gil), se tornaram símbolos de resistência. A letra, que falava sobre o silêncio imposto pela censura, foi uma forma de expressar a dor e o medo que o povo brasileiro

vivia naqueles tempos. A música se tornou um grito contra a opressão, mesmo quando a liberdade de expressão estava severamente limitada.

No entanto, a censura não impediu que muitos músicos continuassem a se expressar. Alguns, como Secos & Molhados, O Terno e Os Mutantes, criaram álbuns que, embora não fossem abertamente políticos, transmitiam mensagens de resistência por meio de símbolos e metáforas. Mesmo que as letras fossem disfarçadas, a mensagem era clara: a música deveria ser um meio de lutar contra a repressão e preservar a identidade cultural brasileira.



Chico Buarque na Passeata dos Cem Mil, em 1968



Manifestações estudantis da década de 60 no Brasil

A música brasileira da época da Ditadura não apenas resistiu ao autoritarismo, mas também ajudou a criar uma memória cultural importante. As canções dessa época continuam a influenciar gerações e a lembrar a todos os brasileiros das dificuldades e das lutas enfrentadas por aqueles que se opuseram ao regime. Mais do que simples entretenimento, a música se tornou uma arma de luta pela liberdade e pela democracia, deixando um legado que atravessa gerações.

*Com supervisão do jornalista Mateus Azevedo Delegado Regional de Santa Maria do SindJoRS



Tonia Carreiro, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benghel e Cacilda Becker

GOVERNOS INSEREM EBC NA ROTA DO desinvestimento público

A um ano para completar a “maioridade”, Empresa Brasil de Comunicação vivencia os impactos das instabilidades políticas no Brasil, desestruturações organizacionais consecutivas, inconsistência dos espaços de controle e participação social e descobertura de trabalho decente a empregados e empregadas

ISABEL CLAVELIN
DIRETORA DO SINDJORS

Apartir da troca de comando da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, em janeiro de 2025, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi um dos temas apresentados à nova gestão, liderada pelo ministro Sidônio Palmeira. Após audiência presencial, ocorrida em fevereiro, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, integrada pela Fenaj e composta por mais de 60 entidades da sociedade civil, apresentou a carta de fortalecimento da EBC. O documento ressalta que o “panorama da comunicação digital, no Brasil e no mundo, toma rumos indesejáveis de adesão a políticas predatórias dos direitos humanos e da democracia”. A carta pondera: a “Comunicação Pública deveria ser um importante pilar nesse contexto comunicacional, contribuindo para a formação da consciência crítica das audiências, conforme explicitado no Art. 3º, inciso II da lei de

criação da empresa. A Comunicação Pública pode e deve ser um importante mecanismo de educação midiática”.

O documento elenca oito pontos tratados em audiência com o ministro da Secom, em 12 de fevereiro: instituição urgente dos Comitês de participação social (Comep e Cpad), instâncias propostas pela sociedade em diálogo com o governo e a EBC e já estão com os processos eleitorais concluídos; cumprimento do marco legal para estabilidade de gestão da EBC a despeito da troca de governos e lideranças governamentais; recomposição de 30% do quadro funcional por meio de concurso público; investimento em programação própria, incluindo recriação da sede Maranhão e reestruturação das sedes em São Paulo e no Rio de Janeiro; retomada de programas de debates na TV Brasil e nas rádios EBC, visto que a programação tem focado em entretenimento; cumprimento das obrigações da Ouvidoria tal como estabelecido na lei de criação da EBC; ampliação do contrato de prestação de ser-



Trabalho diário das e dos jornalistas

viço para o governo federal, corrigindo a drenagem dos recursos de fundos destinados à parte pública da radiodifusão para a parte da comunicação de Estado/Governo; e avanço no diálogo para a regulamentação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), de modo que os recursos sejam repartidos de forma estável com a EBC e a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

Instituída pela Lei no 11.652/2008, de 7 de abril (Dia do Jornalista), a EBC estaria, no processo evolutivo humano, prestes a alcan-

çar a “maioridade” em 2026 – temporalidade que coincide com o processo de conclusão do governo Lula. O percurso rumo à “idade adulta” tem sido dramático e público: instabilidades políticas no Brasil com efeitos diretos no impedimento de desenvolvimento mínimo da empresa pública, desestruturações organizacionais consecutivas, inconsistência dos espaços de controle e participação social e descobertura de trabalho decente a empregados e empregadas. As agruras têm sido testemunhadas por diferentes instituições do campo da comunicação,

forças de movimentos sociais, Parlamento e órgãos do Judiciário.

Em entrevista ao Versão, a presidente da Fenaj, Samira Castro, comentou os momentos de interlocução da federação com a Secom. “A Fenaj se reuniu com o secretário-executivo da Secom e os secretários de Políticas Digitais e de Imprensa. Estivemos na posse do ministro Sidônio, a convite da Secom. Levamos a nossa pauta de fortalecimento da EBC, ampliação do sistema de comunicação público no Brasil, regulação de plataformas, taxação e criação de fundo de

fomento para jornalismo, para também contemplar as mídias públicas". De acordo com Castro, o processo de transição traz novos desafios, pois "o diálogo não tem sido fácil. Pessoas com visão da publicidade. O ministro e o staff de segundo escalão são do campo da Publicidade. Alegam que estão para fazer política pública e estão se cercando melhor dos quadros que estavam para saber como trabalhar em pouco mais de um ano de mandato do presidente Lula".

Na trajetória da EBC e da Fenaj, o encontro foi renovado com a eleição da federação para a membresia do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da instituição. "Estamos em um momento para consolidar todas as nossas estratégias e expectativas com relação à comunicação pública. A EBC, ao final de 2024, fez processo de escolha de representações da sociedade", anuncia a presidente da Fenaj. Contudo, ela complementa que o espaço de interlocução ainda não foi organizado. "Até o momento, não fomos nomeados, empossados nem chamados para nenhuma reunião. Esperamos que haja mudança na presidência e quadro de chefia. Todo diálogo fica prejudicado, porque as pessoas estão praticamente interinas nos cargos".

Samira Castro descreve a situação de desinvestimento público. "A EBC tem problemas estruturais seríssimos. Foi desmontada no governo Temer, e o desmonte se aprofundou no governo Bolsonaro. Não foi reconstituída e recom-

posta a contento no governo Lula. Estivemos com o ministro Paulo Pimenta, apresentamos demandas seríssimas, inclusive do ponto de vista sindical: desrespeito a trabalhadores, assédio moral, censura praticada por chefias nos governos anteriores com série de sequelas de saúde mental nos trabalhadores, desmonte da empresa a partir dos programas de demissão voluntária, que ocasionou déficit de 600 trabalhadores. Tudo isso não foi recomposto", detalha.

A dirigente da Fenaj afirma que "o único passo que avançou foi celebrar o ACT [Acordo Coletivo de Trabalho] com reajuste. Na medida seguinte, havia a possibilidade de implantação de novo plano de cargos e remuneração. Trabalhadores fizeram greve para ter demandas de jornalistas atendidas porque a EBC havia formulado novo plano querendo pagar jornalista por hora trabalhada, desrespeitando a nossa carga horária de 5 horas, diferenciada por lei. Tudo isso foi uma luta no Plano de Carreiras e Remunerações (PCR), o qual ainda não foi implantado e decorre da mudança de ministros. Avançar na questão sindical é fundamental neste momento, na EBC, a partir do que ela tem de melhor: seus funcionários", assinala.

Legado do governo Lula à comunicação pública - A presidente da Fenaj comenta ao Versão as expectativas para a resposta do governo federal a pouco mais de um ano e meio para o encerramento do mandato do presidente Lula. "A recomposição de quadros



Samira Castro presidente da Fenaj

por meio de novo concurso público, que se retome o jornalismo que ficou esquecido na reestruturação promovida pelo ministro Paulo Pimenta, pois o jornalismo foi reduzido na empresa. Salvo exceções como os programas "Sem Censura" e "Dando a Real com Demori", apresentado pelo jornalista Leandro Demori, o jornalismo foi sucateado e esvaziado. A empresa precisa delimitar a área da comunicação pública da área governamental. São demandas que os jornalistas trabalhadores da EBC têm: investimento em pessoas a partir da implantação do PCR e novo concurso público", salienta. Samira Castro evidencia as demandas da sociedade civil: "nomeação, posse e efetiva atuação dos conselhos que foram eleitos: Comitê de Programação e Participação Social, Diversidade e Inclusão".

No prisma de comunicação pública, comunicação digital e soberania nacional, Castro avalia que "ainda falta avançar muito na proposta de taxação das big techs, intervenção no domínio econômico para que esse novo tributo alimente fundo de fomento jornalístico para fazer frente a fakenews, discurso de ódio e para que a sociedade tenha acesso a informação plurais, diversas e credíveis". O novo governo dos Estados Unidos coloca o Brasil em rota de colisão: "o governo brasileiro enfrenta novo patamar na questão da soberania internacional ao poderio das big techs pelos decretos Trump com ameaças econômicas a países que regu-

A EBC foi desmontada no governo Temer, e o desmonte se aprofundou no governo Bolsonaro. Não foi reconstituída e recomposta a contento no governo Lula.

larem big techs".

A fragilização histórica da EBC poderia ser compreendida como mais vulnerabilidade à soberania brasileira no campo da comunicação com perspectiva de direito humano à comunicação. "Se tivessemos uma EBC funcionando a pleno vapor, com planos de expansão para outras praças do Brasil – não somente São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal – , poderíamos retomar a praça do Maranhão. Seria fundamental que a gente tivesse de fato uma comunicação pública capaz de fazer frente ao discurso da mídia hegemônica brasileira e política de algoritmo das plataformas de distribuição e viralização de conteúdos mentirosos. A comunicação tem papel essencial no combate à desinformação em massa. Pode ser mecanismo estratégico de levar informações sobre mudança climática, saúde pública, gerar cidadania das pessoas a partir de conhecimento de pautas invisibilizadas na mídia tradicional", conclui Samira Castro.

Placa de homenagem a VLADIMIR HERZOG retirada pela ditadura retorna a Fabico

Diretório Acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS) recoloca placa histórica em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog retirada pela ditadura militar

ODiretório Acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS) fixou na manhã de 8 de abril, terça-feira, a placa histórica em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 1975 pela Ditadura Militar. O ato ocorreu no Auditório 1 da Faculdade. A cerimônia celebrou, igualmente, a passagem do Dia do Jornalista, que é comemorado em 7 de abril.

“Estar aqui nesse importante evento na semana que comemoramos o dia das e dos jornalistas é extremamente simbólico. De um lado, as antigas gerações que lutaram bravamente pela nossa democracia e para ter o direito de exercer sua profissão sem censura. E, de outro, a nova geração hoje da Fabico, que está tendo contato com a história e a oportunidade de poderem ser protagonistas em seu tempo. Estamos aqui pelo

mesmo propósito: lutar por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática para todas e todos. E o jornalismo tem esse importante papel social: batalhar para que a verdade chegue à sociedade, informando com fatos e combatendo para que atrocidades nunca mais aconteçam”, ponderou a presidente do SindJoRS, Laura Santos Rocha.

Na época da Ditadura Militar, os universitários foram proibidos pela direção da Faculdade de fixar em seu Centro Acadêmico a placa de reconhecimento e homenagem para

VERA DAISY BARCELLOS
JORNALISTA E DIRETORA DO SINDICATO



Cerimônia de recolocação da Placa homenagem ao jornalista Vladimir Herzog na Fabico

Vladimir Herzog. Os anos passaram, os tempos mudaram e a democracia vingou e persiste no Brasil. A cerimônia “Vladimir Herzog 50 anos - Fabico Presente” foi sensível, marcante e teve representações do campo da pesquisa, cultura, política, do universo sindical e universitário.

O evento foi marcado pela recolocação da placa que tem o desenho assinado pelo cartunista gaúcho Neltair Rebés Abreu, o Santiago, e diz: “50 anos depois estamos aqui novamente. Para que não se es-

queça, para que nunca mais se repita. Ditadura nunca mais!”. Durante a solenidade, também foi anunciado que o Auditório 2 da Fabico passará a se chamar Vladimir Herzog. Nas palavras de Ana Taís Martins, diretora da Faculdade, “a sua morte foi brutal e injusta. Herzog não é só um mártir, é memória viva. É lembrança do que somos capazes de enfrentar quando es-colhemos a justiça. É farol das novas gerações que aprendem com o seu legado que a liberdade de expressão é um direito inegociável.” A arte foi colocada

em um dos espaços do Diretório Acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, localizado no bairro Santana da capital gaúcha.

Na cerimônia, Ivo Herzog, filho de Vladimir e Clarice Herzog, falou, via internet, a respeito da importância do seu pai na história da democracia brasileira.

A mesa do evento foi composta pela diretora da Fabico, Ana Taís Martins; Eduardo Meditsch, professor universitário e pesquisador - uma das principais referências em es-

tudos de rádio e em teorias do jornalismo, integrante do grupo de estudantes que, em 1975, participaram daquele protesto contra a Ditadura; Marcia Turcato, jornalista, autora do livro “Reportagem: da Ditadura à pandemia”, também integrante do grupo de estudantes de 1975 e uma das articuladoras do evento; Lucas Fagundes e Matheus Fonseca, representantes do Diretório Acadêmico da Comunicação e Centro Acadêmico de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; Roberta Baggio, presidente da Comissão da Memória e da Verdade Enrique Serra Padrós, criada para analisar as arbitriações cometidas durante a ditadura na UFRGS; e Sérgio Gomes, diretor da OBORÉ – Projetos Especiais em Comunicações e Artes e integrante do Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog.

O jornalista Rodolfo Lucena, editor do TutaméiaTV, em homenagem ao Dia do Jornalista e a Vladimir Herzog, fez uma fala contundente, onde ressaltou a luta dos jornalistas palestinos: “Hoje a gente está aqui lembrando a memória de Vladimir Herzog, mas principalmente lembrando a memória e a luta de todos que enfrentaram a ditadura. E acima de tudo, a gente está aqui para continuar lutando pelo direito à liberdade, pelo direito à justiça, e nós, como jornalistas, pelo direito ao povo de ter acesso à informação. E hoje, neste planeta, a luta pelo direito à informação, a luta pela liberdade, está na Palestina, onde os jornalistas se transformam em heróis, não de seu povo, heróis da huma-

nidade. Então, o que eu queria trazer aqui, compartilhar convosco e ter aqui nesse encontro de jornalistas, é que em qualquer encontro de jornalistas, qualquer encontro em que se fale de democracia, se fale de liberdade, se fale de igualdade, se fale de generosidade, nós precisamos levar a luta dos jornalistas palestinos e homenagear cada um desses mais de 200 mártires”.

Estiveram presentes na cerimônia o ex-governador Olívio Dutra e o ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont, Laura Santos Rocha, presidente do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SindJoRS), acompanhada pelos diretores Vera Daisy Barcellos, Neusa Ribeiro, Adroaldo Corrêa e Celso Schröder, bem como o presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), José Nunes, que participou do ato. Antônio Hohlfeldt lembrou do jornalista Aurélio Dantas, que não deixou a importante história do Herzog morrer.

Após 50 anos da sua morte, a justa homenagem de reconhecimento e tributo foi feita a Vladimir Herzog. Naturalizado brasileiro, mas nascido em Osijek, Croácia, em 27 de junho de 1937, Vlado, como ficou conhecido entre amigos brasileiros, além de jornalista, foi professor, dramaturgo e cineasta. Ele foi assassinado em São Paulo no dia 25 de outubro de 1975, sob tortura, nos porões do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de repressão política durante a ditadura militar no país.



Auditório da Fabico lotado na cerimônia que lembrou Herzog



SindJoRS presente na Fabico

LAURA SANTOS ROCHA



O Jornal Lampião especial 50 anos Wladimir Herzog foi entregue na cerimônia da Fabico

VALESCA SILVA DE DEUS

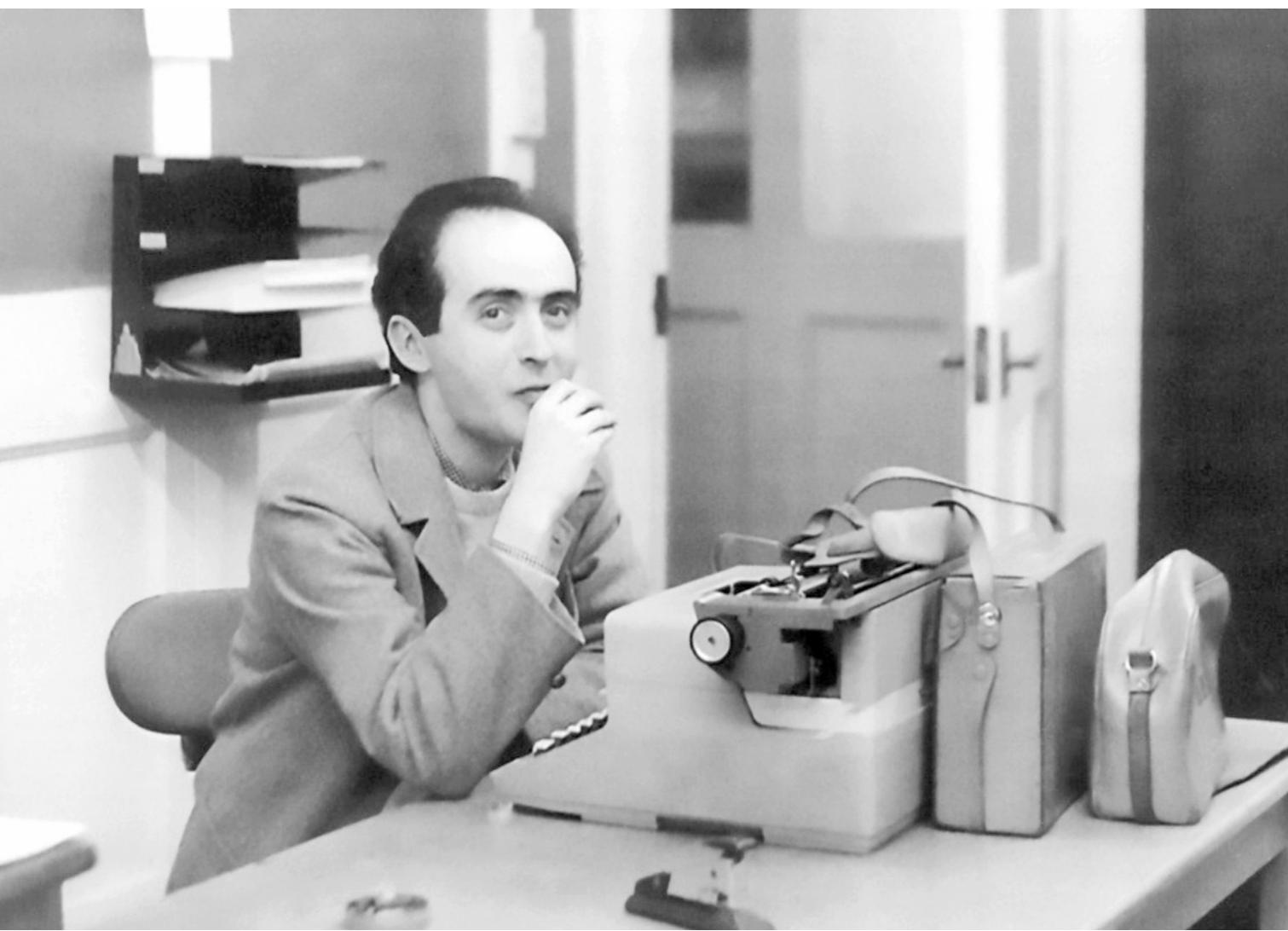
JUSTIÇA PARA VLADIMIR HERZOG

Associação
Brasileira de
Imprensa institui
2025 como um
ano especial
para recordar
o assassinato e
a trajetória do
profissional

Associação Brasileira de Imprensa (ABI) instituiu 2025 o Ano Vladimir Herzog para relembrar os 50 anos do assassinato sob tortura do jornalista pela ditadura militar. Herzog morreu cedo (1937-1975), com 38 anos, e virou símbolo da implacável perseguição dos militares aos jornalistas e a grupos de esquerda. Vivíamos em época de “cordeiros”, de pensamento único. Ninguém podia andar fora da linha. Aqui, em Porto Alegre, uma intensa mobilização de alunos, ex-alunos, professores e ex-professores da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Ufrgs e apoiadores de outras universidades vão prestar a homenagem Vladimir Herzog 50 anos—Fabico Presente!

A proposta corre de boca em boca, com centenas de participantes, para lembrar o jornalista (1964-85). Todo mundo que

EUGENIO BORTOLON
TEXTO PUBLICADO NO
JORNAL BRASIL DE FATO RS



Herzog, morto no Dodi-Codi paulista durante a ditadura militar

ta e o seu histórico de lutas em favor da democracia e da justiça. Em 1975, dias depois da morte cruel nas dependências do DOI-Codi*, em São Paulo, uma assembleia de estudantes do curso de Comunicação Social da Ufrgs Sul decidiu dar o nome de Herzog a uma sala do então Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Comunicação (Dabico). Uma placa foi confeccionada e colocada no local representativo dos estudantes dos cursos da faculdade. Durou pouco. No dia seguinte, já havia sido retirada por quem apoiava a ditadura cívico-militar (1964-85). Todo mundo que

passou pela Fabico sabe quem foi, mas preferem ignorá-lo e deixá-lo morto para a história.

TRAJETÓRIA DE VLADO

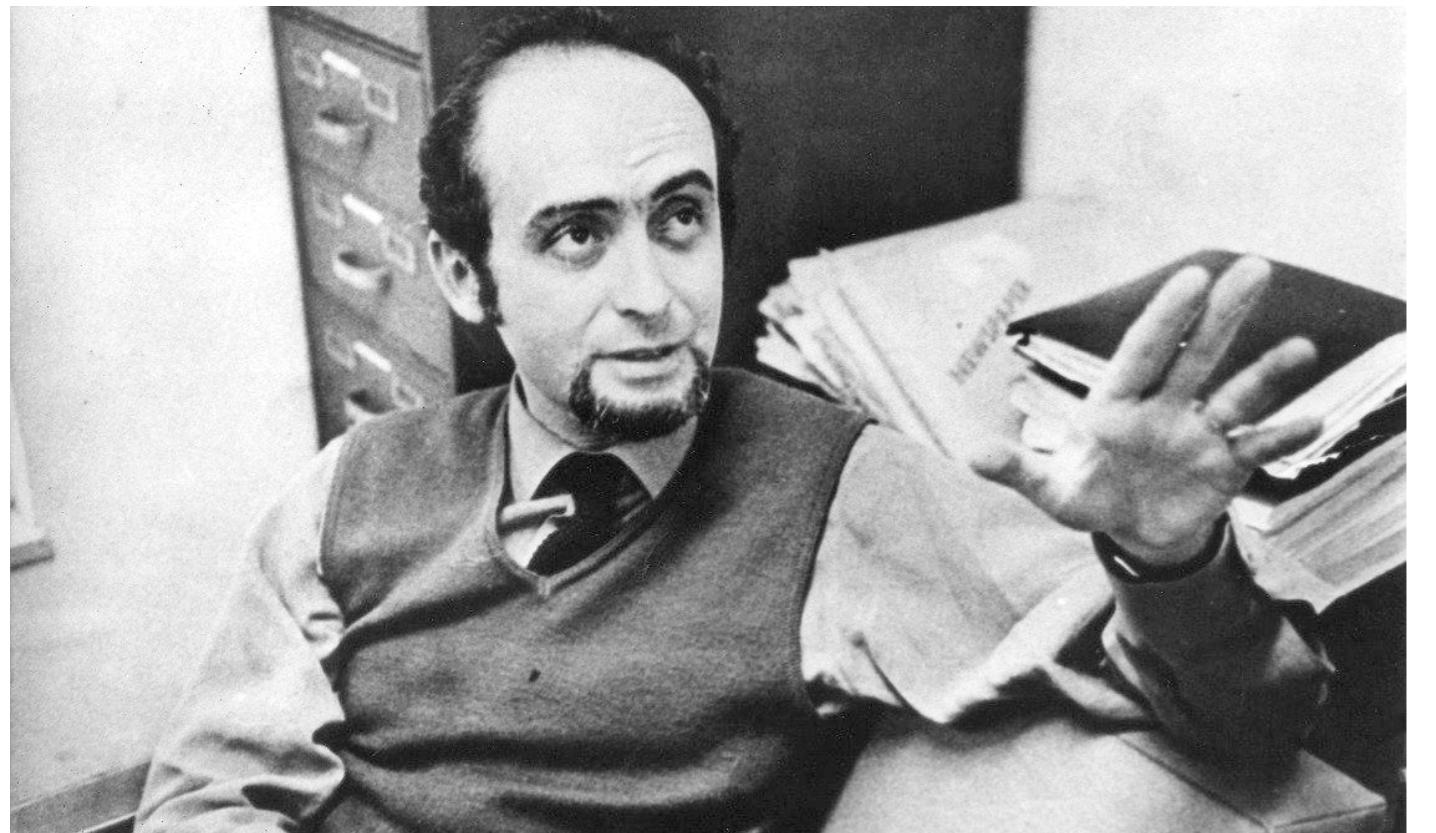
Vladimir Herzog não é natural de algum canto do Brasil. Veio de longe, mas lutou aqui por democracia e justiça. Nasceu em Osijek (então parte da Iugoslávia, atualmente Croácia) em 27 de junho de 1937. Morou em Banja Luka, onde seus pais tinham um comércio, até agosto de 1941, quando o exército nazista ocupou a cidade. A família decidiu mudar de ares e foi para a Itália. No

novo país, até 1944, a família Herzog morou em três cidades italianas: Fonzaso, Fermo e Magliano di Tenna. Depois, mudaram-se para um campo de refugiados em Bari, onde permaneceram por dois anos. No fim de 1946, emigraram para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro do dia 24 de dezembro. Era um guri de 9 anos.

Logo depois foram para São Paulo. Estudou no Colégio Estadual de São Paulo, participou de grupos de teatro amadores e ingressou na Faculdade de Filosofia na Universidade de São Paulo — onde conheceu Clarice Ribeiro Chaves, sua futura esposa.

Sua carreira como jornalista começou em 1959, como repórter em O Estado de S. Paulo. Ali, cobriu a inauguração de Brasília, a visita de Jean-Paul Sartre ao Brasil e a posse de Jânio Quadros. Em 1962, foi à Argentina cobrir o Festival de Mar del Plata. Entusiasmado, na volta iniciou a carreira no jornalismo cultural, em especial à crítica de cinema.

Apixonado pelo cinema Vlado também se dedicou à produção cinematográfica, produzindo o documentário em curta-metragem Marimbás e colaborando em outras duas obras — Subterrâneos do futebol (Maurice Capovilla) e Viramundo (Geraldo Sarno). Como jornalista e comunicador, passou pela TV Excelsior, Rádio BBC de Londres — o que o levou a morar na Europa e revisitá-las cidades de seu passado —, Revista Visão, agência de publicidade J. Walter Thompson, TV Universitária da UFPE, jornal Opinião e foi professor de jornalismo da FAAP e da ECA-USP. Pela TV Cultura, teve duas passagens: em 1973 e em 1975, quando assumiu a direção do jornalismo em setembro de 1975. Os dados biográficos foram cedidos pelo Instituto Vladimir Herzog. Em 24 de outubro, um dia antes da sua morte, militares haviam procurado Vlado na TV Cultura. O próprio jornalista combinou que estaria disponível na manhã do dia 25 para o interrogatório. Vlado compareceu espontaneamente à sede do (DOI-Codi/SP), na Vila Mariana, para depor. Ali, foi assassinado. Além da tortura e violência, forjaram uma



Vladimir Herzog na redação

falsa versão de suicídio, que não se sustentou e levou uma multidão de mais de 8 mil pessoas à Catedral da Sé e todo o entorno para a missa de 7º dia do jornalista. O ato ecumônico que se viu ali, com D. Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henry Sobel e o reverendo Jaime Nelson Wright, foi um marco na luta pela Democracia e o início da derrocada do regime ditatorial.

REAÇÕES

Em 1996, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconheceu, de forma oficial, que Vlado foi assassinado e concedeu uma indenização à sua família, que recusou. Os familiares julgaram que “o Estado brasileiro não deveria encerrar o caso dessa forma. Eles queriam que as investigações

continuassem. O atestado de óbito, porém, só foi retificado mais de 15 anos depois”, destacou a ABI.

Só em 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro pela falta de investigação, bem como pela ausência de julgamento e punição dos responsáveis pela tortura e assassinato de Vlado. O tribunal internacional considerou, ainda, o Estado como responsável pela “violação ao direito à verdade e à integridade pessoal, em prejuízo dos familiares de Herzog”, mencionou a ABI.

A ABI recebeu, com muita honra e alegria, uma mensagem de Ivo Herzog, filho de Vladimir Herzog, em agradecimento pela definição de 2025 como o Ano Vladimir Herzog, para lembrar os 50 anos da morte de Vlado.

INSTITUTO

O Instituto Vladimir Herzog (IVH) é uma organização da sociedade civil criada em junho de 2009 para celebrar a vida e o legado de Herzog. A instituição tem como missão trabalhar com a sociedade pela defesa dos valores da Democracia, dos Direitos Humanos e da Liberdade de Expressão. Nossas ações se organizam em três programas: Educação em Direitos Humanos; Jornalismo e Liberdade de Expressão; Memória, Verdade e Justiça. Dedicamos também nosso trabalho, de forma transversal, às temáticas de gênero, raça e meio ambiente, conforme relatado o IVH.

A atuação da organização parte do reconhecimento de que o Brasil vive um momento de aumento crescente de dis-

cursos e práticas de ódio, naturalizando cada vez mais as violências sociais já existentes. As causas são complexas e historicamente determinadas, mas podemos afirmar que o país não promoveu processos de elaboração coletiva de momentos históricos de grande violência social.

Sem a reparação social e política, o país hoje se depara com uma crescente cultura de violência e discriminação que viola os direitos fundamentais e os acordos internacionais de Direitos Humanos dos quais é signatário. “Aí se encontra o trabalho do IVH e de seus parceiros para honrar a trajetória e os valores de Vlado: ajudar na construção de um novo paradigma para nosso tempo, a ser erguido sobre os princípios elementares da dignidade humana. Temos o privilégio de

caminhar no presente, com a sociedade, em direção a um país mais íntegro, mais justo, mais democrático e socialmente responsável”, diz informações do IVH, que participará das homenagens da ABI ao jornalista.

Só agora, em 31 de janeiro de 2025, A 2ª Vara Federal Cível do Distrito Federal concedeu à publicitária Clarice Herzog, 83, viúva do jornalista Vladimir Herzog, pensão vitalícia em decorrência do assassinato do marido. A decisão, proferida em liminar (urgente e temporária) confere a Clarice pagamentos pelo governo no valor de quase R\$ 35 mil mensais em reparação pela morte de Herzog e afirma que há plausibilidade no pedido após a declaração do jornalista como anistiado político e a confirmação da execução pelo

relatório da CNV (Comissão Nacional da Verdade).

Segundo o juiz Anderson Santos da Silva, o poder público brasileiro é responsável pela violação dos direitos e garantias no caso Herzog, já julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para ele, a idade de Clarice e o diagnóstico de doença de Alzheimer em fase avançada também são fatores relevantes para conferir a liminar.

* Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964. O local era considerado uma máquina de torturar e matar.



Vladimir e Clarice Herzog

TIÇÃO

UMA BRASA ACESA NA CONSCIÊNCIA NEGRA DE PORTO ALEGRE

Discussões e debates que antecederam o lançamento da Revista Tição começaram no mínimo dois anos antes, quando um grupo de jornalistas, publicitários, poetas, fotógrafos, professores e estudantes realizavam reuniões na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre

Em 1978, em meio aos tempos sombrios da Ditadura Militar, uma brasa de esperança surgiu em Porto Alegre: a Revista Tição. Criada por um grupo de visionários negros, o publicitário Emílio Chagas, os e as jornalistas Vera Daisy Barcellos, Jeanice Dias Ramos, Jorge Freitas, Walter Carneiro, o mestre Oliveira Silveira e o sociólogo Edilson Nabarro e posteriormente com o jornalista Jones Lopes da Silva, e sempre diagramada por Ademir Fontoura (O Chumbo) – a Revista ousou romper o silêncio imposto, dando voz a um segmento historicamente marginalizado: o Negro.

As discussões e os debates que antecederam o lançamento da Tição começaram no mínimo dois anos antes, em 1976, quando um grupo de jornalistas, publicitários, poetas, fotógrafos, professores e



Lançamento da Revista Tição na Beijo Frio - Sorveteria & Cafeteria, no andar superior do Mercado Público de Porto Alegre

estudantes realizavam reuniões na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, no Centro da Capital. “Jorge Freitas – que foi quem teve a ideia – e eu éramos colegas no antigo Clássico, no Julinho”, explica Emílio Chagas.

Foram três edições (1978, 1979 e 1980), que abalaram as pautas raciais e a Ditadura. Vera Daisy (77) foi a primeira editora e jornalista responsável e conta que teve que negociar com os censores do DOPS para que a primeira edição saísse. “Foi aí que eu

me descobri corajosa, porque ninguém queria ir conversar com os censores. Pronto, lá fui eu, me borrando de medo”.

Emílio Chagas (71) relembra com orgulho: “A Revista, com todas as dificuldades, foi um sucesso nacional e internacional. O pessoal ficava muito impressionado com o nível de organização que achavam que nós tínhamos, e pela qualidade editorial e a estética de ser uma revista e não um jornal”. Vera Daisy, até hoje é a guardiã das cartas que receberam de diversas partes do Brasil e de outros países como Espanha, França e Suécia elogiando a Revista. “Imaginem que naquela época não existia nem internet, nem redes sociais”.

AUSÊNCIA DO NEGRO NA MÍDIA

Jeanice Dias Ramos tinha 20 anos e hoje, aos 67, sentia na pele a falta de representatividade: “Os negros só apareciam nos noticiários da polícia e no futebol”. A indignação a impulsionou a lutar por uma mídia mais justa e inclusiva. Jones Lopes (71) da Silva, com 27 anos, viu na Tição a chance de combater a

opressão: “Era uma publicação contra a ditadura, a favor da democracia social”.

Edilson Nabarro (71) recorda o contexto global: “Naquela época, vivíamos a luta contra o apartheid, os direitos civis nos EUA, os Panteras Negras. “Um clima de consciência crítica do negro”. Em meio a essa efervescência, a Tição se tornou um farol de esperança. O mestre Oliveira Silveira, com sua sabedoria e leveza, guiou o grupo, inspirando-os a transformar a indignação em ação. “Inclusivo foi dele a ideia do nome”, lembra Emílio. “A intenção era a de reverter o conceito pejorativo da palavra, que era uma referência aos negros retintos, e trazer a associação à brasa, ao fogo aceso”, explica.

A QUESTÃO RACIAL CONTINUA ATUAL

Quatro décadas depois, a advogada Nereidy Rosa Alves (64) se junta a essa história participando da equipe da reedição, trazendo consigo a experiência de leitora que acompanhou a Tição desde o início, quando tinha 18 anos: “Em 1978, a gente andava na faculdade com a Tição embaixo do braço, para nos identificar e sinalizar com quem podíamos falar, devido à repressão”. A revista era um símbolo de resistência, um elo entre aqueles que sonhavam com um Brasil mais justo.

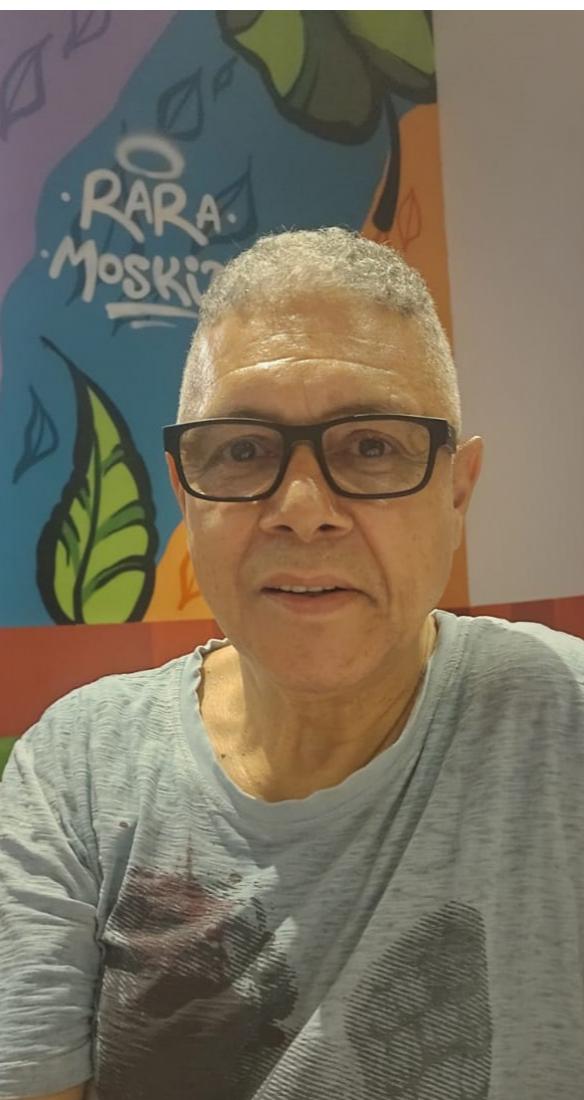
A Tição da década de 80 abordou temas que não se via na mídia: o racismo nas escolas, a invisibilidade da mulher negra, a violência policial.



Emílio Chagas



Jeanice Dias Ramos



Jones Lopes



Nereidy Rosa Alves



Edilson Nabarro

AS PAUTAS DA TIÇÃO VOLTAM A ARDÉR

Após 47 anos de silêncio, a brasa da Tição volta a arder. Mas o Brasil mudou. A luta contra o racismo ganhou novos contornos, impulsionada pela mobilização do movimento negro e de governos progressistas e de esquerda, e principalmente pela criação de políticas públicas. Edilson Nabarro destaca: “Nós conseguimos que o Estado brasileiro reconhecesse a necessidade das políticas públicas, como a Lei de Cotas nas universidades e nos serviços públicos”. Na Constituição de 1988, marco da redemo-

ratização, o racismo foi considerado crime inafiançável e imprescritível. A Lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10) consolidou direitos e políticas de promoção da igualdade racial.

RACISMO ESTRUTURAL PERSISTE

Apesar dos avanços, o racismo estrutural persiste, manifestando-se na violência policial contra jovens negros, na desigualdade salarial e na falta de representatividade em espaços de poder. A Tição res-

urge em um Brasil que ainda precisa lutar para superar o legado da escravidão e construir uma sociedade verdadeiramente igualitária. Emílio Chagas ressalta: “É claro que ela é uma revista que tem que ter o cuidado de não se tornar meramente identitária. Não é bem isso que nós queremos. A gente quer ter uma identidade negra, mas não estar a reboque da questão identitária, tem que ser um instrumento de continuidade da luta”.

Para Jones Lopes, a Tição de agora é feita de uma forma mais prática, fruto da experiência acumulada: “Antes fazíamos muitas reuniões in-

findáveis para definir a pauta e produzir as matérias. Agora temos mais sabedoria e menos tempo”. Para Vera Daisy, fazer a Revista era um sonho, mas também foi um marco. “Tanto é que agora o pessoal está ressuscitando”. Jeanice celebra o retorno, com a esperança de “mexer com a comunidade negra”, de despertar consciências e fortalecer a luta por igualdade. Nereidy completa: “As pautas das primeiras edições ainda são necessárias, tanto é que nesta nova publicação fizemos uma edição comparativa entre os temas abordados naquela época e as pautas de agora”.

UM LEGADO DE RESISTÊNCIA

A Revista foi relançada no dia 28 de janeiro de 2025, na Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, com uma roda de conversa e debate sobre a questão racial. Com apoio do Sinpro/RS, e patrocínio da ADUFRGS-Sindical, Cpers, Fetrafi/RS, Dialogos da Diáspora e o Projeto Canela Preta, sua distribuição é gratuita e em eventos, como o que ocorreu no “21 de Março - Dia Internacional Contra a Discriminação Racial”, em locais como o “Beijo Frio” que fica nos altos do Mercado Público, um ponto de encontro e de re-

ferência do povo negro de Porto Alegre.

A Tição é mais do que uma Revista. É um legado de resistência, um testemunho da força da comunidade negra e um chamado à ação. É a prova de que a luta por justiça e igualdade racial nunca pode parar. A Tição é uma chama que arde no coração de cada um que sonha e luta por um Brasil mais justo e igualitário contra a Discriminação Racial. É um farol que ilumina o caminho para uma outra realidade. Como disse Oliveira Silveira, um dos fundadores: “Tição é uma brasa que nunca se apaga”.

TIPUANA DA JOÃO PESSOA

SÍMBOLO VIVO DA RESISTÊNCIA ECOLÓGICA GAÚCHA

Agapan celebra cinco décadas da Subida na Árvore no dia 25 de abril com a presença de Carlos Dayrell

**ADRIANE BERTOGLIO RODRIGUES
E SUSIANI GUISOLFI***
JORNALISTAS

O gesto ousado e corajoso de três jovens estudantes, em 25 de fevereiro de 1975, transformou-se em um marco da luta ambiental no Brasil e no mundo. A subida em uma árvore da espécie Tipuana, em frente à Faculdade de Direito da Ufrgs, impediu a derrubada de árvores para a construção de uma via elevada no centro de Porto Alegre. A atitude fez o então prefeito Telmo Thompson Flores voltar atrás e preservar essas árvores, que resistem, ainda em 2025, ao trânsito intenso e à poluição, em uma das vias mais movimentadas da capital gaúcha, a avenida João Pessoa.

Participante de reuniões da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), o estudante de Engenharia Mecânica da Ufrgs Carlos Alberto Dayrell, ao se deparar com o corte das árvores, subiu na Tipuana, acompanhado do colega da moradia na Casa do Estudante Marcos Saraçol e da também universitária Teresa

Jardim. Esse gesto quase impensado rendeu a solidariedade de quem acompanhou o ato e a repercussão dada pela mídia em escala global, tornando o ato e a árvore símbolos de resistência e de uma nova consciência ambiental.

Francisco Milanez, conselheiro e ex-presidente da Agapan, na época estudante de Engenharia Civil, destaca que esse ato gerou grande mudança na mídia. “De 1971 a 1975, a Agapan estava diariamente nos jornais, porque não tinha censura ambiental”, diz, ao observar que, a partir de 1975, o meio ambiente passou a ser considerado um movimento subversivo, e evoluiu para a censura comercial, “essa sim muito mais refinada”. Para Milanez, a subida na árvore marca também a explosão do movimento ambientalista no Brasil.

Celso Marques, também ex-presidente e atual conselheiro da Agapan, não presenciou a subida, mas conta que recebeu do protagonista da manifestação, Carlos Alberto Dayrell, uma pasta com recortes de impressos, como



Após 50 anos, Tipuana segue representando luta ambiental

a Revista Times e o The New York Times, que repercutiram esse primeiro gesto de defesa da natureza e das árvores daquela época no mundo. “A árvore que ia ser derrubada está lá até hoje, e o Viaduto Imperatriz Leopoldina foi construído, indicando que a derrubada da árvore era completamente desnecessária”, avalia Marques.

COMEMORAÇÃO COM DAYRELL M PORTO ALEGRE

O presidente da Agapan, Heverton Lacerda, ressalta que o ato de 1975 representa um dos símbolos vivos da resistência ecológica promovida pela associação ambiental desde 1971, com atuação ininterrupta até os dias de hoje e 100% voluntária. “Não poderíamos deixar de trazer a Porto Alegre o Dayrell, para comemorar conosco, em um ato que a Agapan está organizando para o dia 25 de abril, antevéspera de seu aniversário de 54 anos.”

A camiseta em alusão aos 50 anos da subida na árvore está disponível para aquisições na banca da Agapan na Feira de Agricultores Ecologistas (FAE). “Queremos que todos possam participar conosco no dia 25 de abril, às 13h30, junto à tipuana, vestindo mais essa camiseta da resistência ecológica da Agapan”, convida Lacerda.

* Adriane Bertoglio Rodrigues, jornalista do Núcleo dos Ecojornalistas do RS e da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), e Susiane Guisolfi, jornalista da Agapan

Governo elabora Plano de Comunicação pela Igualdade Racial voltado à administração pública federal

O Plano de Comunicação pela Igualdade Racial contém 19 propostas articuladas por temas que passam desde a elaboração de manual a fomento as mídias negras

ISABEL CLAVELIN
DIRETORA DO SINDJORS

O governo federal – por meio da Presidência da República, Ministério da Igualdade Racial e Secretaria de Comunicação – apresentou o Plano de Comunicação pela Igualdade Racial em dezembro de 2024. Formulado pelas duas pastas técnicas, com apoio de cooperação internacional com a Unesco Brasil, o documento tem por objetivo implementar ações para promover a igualdade racial e combater práticas de racismo na comunicação dos órgãos e entidades da administração pública federal, em conformidade com decreto presidencial nº 11.787, de 20 de novembro de 2023.

Servidores e servidoras públicas de todos os níveis hierárquicos, sociedade civil, veículos de comunicação e público em geral são público prioritário do Plano de Comunicação pela Igualdade Racial. O documento contém 19 propostas priorizadas, articuladas pelos temas: elaboração de manual e investimen-

to em formação; diversidade no Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom); fomento às mídias negras; geração de dados e informações com recorte étnico-racial do governo federal; representatividade na publicidade; combate ao racismo nas plataformas digitais e participação social em Comitê de Acompanhamento da implementação das políticas do Plano de Comunicação pela Igualdade Racial.

São indicadores de comunicação para a execução do Plano: ampliação do número de campanhas publicitárias dos ministérios e da Secom que apresentam representação racial diversificada; crescimento de veículos de mídia negra com acesso a informações e fontes do governo (exemplo: coberturas e participação em coletivas e eventos); ampliação do número de veículos de mídia negra com diversidade de região incluídos nos sistemas de comunicação do governo; maior volume de imagens no banco de imagens público que representam a diversidade étnica e cultural da popu-

lação negra; capacitação rotineira e permanente de agentes públicos e profissionais de comunicação em comunicação para a igualdade racial e para a democracia; aumento de projetos de mídias negras com fomento público.



Plano de comunicação pela **IGUALDADE RACIAL** na administração pública federal

Grupo de Trabalho Interministerial

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

lação negra; capacitação rotineira e permanente de agentes públicos e profissionais de comunicação em comunicação para a igualdade racial e para a democracia; aumento de projetos de mídias negras com fomento público.

Entre ações, estratégias e orientações, plano propõe a construir subsídios técnicos para a elaboração de diretrizes e políticas para combate ao racismo, programação da igualdade racial em órgãos da administração pública federal, propostas para a promoção da diversidade racial na publicidade e nos patrocínios dos órgãos federais, elaborar instrumentos de formação e aperfeiçoamento técnico pró-equaldade racial a agentes públicos e públicas na área de comunicação, desenvolver estratégias de diálogo intragovernamental com a sociedade civil e veículos de comunicação na temática, estabelecer medidas de promoção de direitos e combate ao racismo nos serviços digitais de comunicação

e desenvolver mecanismos de fortalecimento e sustentabilidade de mídias negras. Debates e controvérsias - O processo de elaboração do plano ocorreu pelo período de seis meses, com recebimento de 400 manifestações em consulta pública, mapeamento de 120 propostas e colaboração direta de mais de 20 pessoas entre especialistas e representantes da sociedade civil e da mídia negra. Entre os webinários, esteve presente Vera Daisy Barcellos como participante on-line, na representação do movimento de mulheres negras.

No ato de lançamento, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, declarou: “esse plano é ponto de partida fundamental para avançarmos numa comunicação que seja mais igualitária e nos represente, que mostre a realidade do nosso país, a diversidade, nossa máxima potência”. O então ministro da Secom, Paulo Pimenta, considerou: “Estamos desenvolvendo práticas de respeito à diversidade étnico-racial dos brasileiros e brasileiras e esse plano tem a equidade como premissa de cidadania. Também reafirma o compromisso com o combate ao discurso de ódio, ao racismo e outras formas de discriminação”.

As vésperas da publicização do plano, a Articulação pela Mídia Negra divulgou nota pública, compartilhada no website da Fenaj, acerca da “falta de transparência” e do “apagamento de suas contribuições no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Comunicação Antirracista do governo federal”.

OS 80 ANOS DE ANTÔNIO OLIVEIRA

O JORNALISMO EM DOIS TEMPOS

Sindicalista, liderança do Coojornal, assessor de vários governos petistas conta suas histórias

Antônio Manoel de Oliveira semeou jornalismo a vida toda. Está com 80 anos, perto dos 81, e entre dezenas de ações que fez em quase 60 anos de carreira foi presidente do Sindicato de Jornalistas Profissionais do RS (SindJoRS) entre os anos de 1977 e 1980. Presidente de sindicato costuma sair do emprego, se licenciar. Antônio não quis. Preferiu fazer as duas coisas. Atropelava a vida e até arrumou encrenca com colega do jornal que vivia reclamando dos seus atrasos ou ausências em função das atividades sindicais. Eram tempos brabos da ditadura e a sua diretoria teve até que se apresentar no Comando Militar do Sul para informar que iriam dirigir o sindicato. Nada mais desprezível

Com quase 60 anos de jornalismo
e irritante do que fazer isso.
Mas aconteceu.

Estes dois momentos são apenas parte da longa trajetória de Antônio por jornais, rádios e tevês, assessorias de governos petistas federais e estaduais, Coojornal e longos trabalhos em países africanos (Moçambique e Guiné). Foi construtor de pontes, sempre com um humor extraordinário e momentos de sangue fervendo nas veias. Tem histórias que poucos jornalistas conseguiram



Com quase 60 anos de jornalismo, Antônio Manoel de Oliveira (ao centro) passou por jornais, rádios e tevês, assessorias de governos petistas

ram viver e vivenciar em suas carreiras. Escreveu três livros contando situações impressionantes e inusitadas.

Ele não é gaúcho, como poderia se supor, tal a sua ligação com o Rio Grande do Sul suas coisas. Ele veio da roça de Imbituba, Santa Catarina, nascido em 13 de junho de 1946 – dia de Santo Antônio, daí seu nome. Caçula de oito irmãos, era tímido, e quase acabou padre já que a cidadezinha não oferecia possibilidades de

s avanço nos estudos. Quem salvou foi o irmão mais velho, Inácio, 23 anos, que trouxe guri de 12 anos para Porto Alegre, onde morava.

A partir daí foi uma deserta a cada dia. Tentou um músico com o amigo roqueiro Marquinhos, o Fughetti. Logo depois encontrou uma menina legal com quem pegava ônibus todos os dias. Era, simplesmente, a Elis Regina, que ia para shows de calouros da Faculdade Itaí. “A Elis fez um show

de encerramento do programa, no qual me dei muito mal. Não consegui nem terminar a música”, disse para o site dos jornalistas Coletiva em 2007. Com o fracasso da carreira musical, Antônio e seus amigos deram início a um grupo de teatro humorístico. Ainda nesse período, se aventurou pelas radionovelas, já em fase de decadência: “Os personagens até mudavam de voz”, relembra. Não se deu bem. Não era o seu ninho.

Antônio também esteve no Exército. Aos 18 anos parou na Polícia do Exército. O azar é que quando estava servindo à Pátria ocorreu o golpe militar de 31 de março de 1964. Ficou retido por uns 15 dias até passar as confusões. Notou, neste período, que tudo mudou. A vida ali endureceu, ficou complicada. “Tínhamos um jornalzinho no quartel, um jornal-mural. No dia 1º de abril, ele desapareceu, nunca mais soubemos dele”, contou em certa ocasião. Mas o mais curioso sobre sua estada no Exército foi o convívio com o instrutor de tiro: “Era Carlos Lamarca. Convivi com ele, dentro do quartel, sem saber de nada do que ele fazia. Só fui conhecer a atuação revolucionária de Lamarca anos depois, quando já trabalhava em jornal”.

Depois da sua passagem pela vida militar, entrou no jornalismo para nunca mais sair. Corria o ano de 1966, quase 60 anos atrás. Largou o emprego na camisaria Bier e entrou na faculdade na PUCRS e foi colega, entre tantos, de Geraldo Canali, Marques Leonam, João Brito. De imediato, foi para o Comercial de Zero Hora vender anúncios. Não era o seu chão, o piso onde gostava de transitar. Teve uma briguinha por lá. Alguém quis ficar com a comissão da venda de um anúncio, ele não gostou e foi indicado para a redação, por indicação da própria pessoa com quem brigara.

A primeira pauta o lançou na espiral do jornalismo até o fim dos tempos da sua carreira. Como era foca (repór-



Antônio (ao centro) foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul entre os anos de 1977 e 1980

ter iniciante) fez a matéria de uma blitz ou batida policial nos mini-snookers da Capital, uma coisa muito em evidência nos anos 60 e 70. Foi aplaudido pelo chefe, mas a matéria que acabou na capa passou, antes, por uma repórter mais experiente. Antônio não gostou. Mas foi em frente. Ficou 16 anos no grupo, passando pela Rádio e TV Gaúcha e por todas as editorias de ZH, menos Política. Se adaptava do dia para a noite, sem qualquer

dificuldade.

Com a chegada de Lauro Schirmer e Carlos Bastos para mudar a cara e a fama de Zero Hora, Antônio deslanchou. “Formou-se uma equipe de respeito, que acho que não vi melhor depois disso. Tínhamos Sérgio Caparelli, Pedro Maciel, Luiz Cláudio Cunha, Ademar Vargas de Freitas, Gilberto Leal, Beatriz Marocco e outros que não lembro, mas que certamente esqueci. Ali deu início a um projeto novo,

para esquecer aquela fama de que se espremer sai sangue. Valorizamos muito a grande reportagem, nas páginas 2 e 3, e a reportagem fotográfica, que ia na página central. Isso marcou época e catapultou Zero Hora”, analisa.

Depois se enveredou por vários caminhos jornalísticos. Experimentou a vida sindical e no Coojornal sem largar o emprego, e se mandou para a África. Na volta, com o país mais democratizado, tra-

lhô aqui e em Brasília em projetos de assessoria. Ele é uma unanimidade no meio jornalístico. Tem prestígio, não fala mal de ninguém. É um sujeito que leva a lealdade a sério, sendo, assim, amigo de amigos improváveis e até de inimigos prováveis. Cultiva valores como ética e integridade como vocação. Jamais ensinou seus focas e subalternos, por discursos ou sermões teóricos, ou gritarias, como muitos ainda fazem por

aí, mas pela ação límpida e transparente, direta e sempre leve, bem humorada.

Antônio está sempre cercado de mulheres. Tem quatro filhas: Laura e Luciana do primeiro casamento e Maria- na e Marina do segundo matrimônio. É avô de Isadora, Marcella e Maya, filhas de Laura, Luciana e Marina, respectivamente. Elas estão sempre presentes na sua vida num bairro qualquer de Canoas. Ele deu uma longa entrevista para amigos jornalistas por escrito. Perdeu quase totalmente a audição. Ouviu muito pouco. Entretanto, nem a perda da audição, dolorosa para um veterano profissional do jornalismo, o transformou em ranzinza e desesperançado. Bem pelo contrário, sua atividade no facebook é cada vez mais intensa e criativa, como mostra o surgimento do personagem Chun Bregas, de quem cita máximas de filosofia de botequim.

Neste campo de comunicação digital, também defende a paixão por seu clube do coração com sarcasmo e fanatismo colorado que irrita gremistas igualmente movidos por paixão descontrolada. Nem tudo são flores, é claro, em oito décadas de existência. Ele já se sentiu perdido, triste, desenganado pela vida. Então, escreveu uma carta que souu como despedida (“Se eu morresse amanhã”) e emendou, de uma só sentada, na pandemia da Covid, três livros autobiográficos somando mais de mil páginas, produzindo uma herança afetiva para os seus descendentes e elaborando

um legado profissional para seus colegas.

Nesta inusitada entrevista coletiva feita por e-mail, colegas curiosos – como José Antônio Silva, Moisés Mendes, Márcia Martins, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, e tantos outros - fazem perguntas sobre sua rica jornada no jornalismo.

PRIMEIROS TEMPOS

Pergunta: De onde vens e como foram teus primeiros anos?

Antônio: Sou filho de mãe velha, dona Inez de Souza Machado, “Sinhinez” para os jecas (44 anos) e de Manoel Inácio de Oliveira, “Seu Maneinaço” para os íntimos, pequenos agricultores de Morro do Mirim (Imbituba-SC). Vim ao mundo com alguns dias de antecedência ao que seria normal e fui batizado às pressas em casa pelo medo de que não sobrevivesse. Ficou Antônio (Manoel de Oliveira) por ter nascido no dia 13 de junho de 1944, dia de Santo Antônio. Anos depois, fui batizado de novo na igreja de Imbituba. Dona Inez dava o nome do santo do dia para todos os filhos e filhas.

Pergunta: E a chegada em Porto Alegre, como foi?

Antônio: Assim, se decidiu que iria morar com o irmão mais velho na Vila do IAPI em Porto Alegre para continuar os estudos, onde chegou pe-

las 21h de 15 de fevereiro de 1957, depois de uma viagem de 15 horas pela empresa de ônibus Santo Anjo da Guarda, a única que fazia esta linha/trajeto. A primeira pessoa que conheceu ao sair à rua para ir nas tendas verdes da Praça da Bandeira comprar pão e leite na segunda-feira bem cedo foi o menino com paralisia infantil que apoiava as mãos no joelho de uma das pernas para poder caminhar. Seu nome? Marco Antônio, o “Marquinhos”, irmão do Nenê, Cleuber e da belíssima Jussara, que conheceria na sequência. Todos filhos da professora viúva, Dona Leonita, que falava alto e saía de manhã cedo e só voltava à noite para casa. Marquinhos, o mesmo que viria a tornar-se um dos maiores roqueiros do Brasil, Fughetti Luz.

Pergunta: E o Fughetti te acolheu imediatamente?

Antônio: Sentado na entrada do prédio da Avenida dos Industriários, onde morava, Marquinhos me chamou e perguntou: -Estás morando aqui, Foguinho (por causa dos cabelos avermelhados)? -Sim, moro ali (e apontou) com meu irmão. Cheguei ontem. – És irmão do seu Inácio?. Era. Naquele mesmo dia, à noite, fui levado por Inácio à casa da professora Noêmia, do Grupo Escolar Gonçalves Dias, para encaminhar minha vida escolar. Após um rápido teste, ela sentenciou: Ficaste dois anos parado e é bom que repitas o quarto ano para te atualizar. Assim foi feito. Depois, fez o Ginásio e o Clássico no mesmo local, onde, à noite, funciona-

va o Colégio Estadual Noturno Dom João Becker. Completei os estudos na PUCRS, me formando na Faculdade dos Meios de Comunicação Social (Famecos), em Jornalismo, Publicidade e Propaganda. Bem mais tarde, realizei uma especialização em Direção de Empresas dos Meios de Comunicação Social na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), paga pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), onde trabalhava.

Pergunta: Tiveste outros trabalhos fora do jornalismo na adolescência?

Antônio: Quando fiz 14 anos e já estudando à noite, meu irmão falou para eu arrumar um emprego para ajudar nas despesas da casa. Até sugeriu que eu vendesse o jornal Folha da Tarde na região/zona. Fiz que não ouvi. Trabalhei um mês na Auto Pertences, na Farrapos, e fui demitido, pois não entendia nada do assunto e só ficava tomando cafezinho.

Depois fui para um atacado de coisas para costura, linhas, botões, zíperes, etc. Era eu, um gerente e o dono que era o próprio vendedor e passava o dia inteiro de moto na rua. Eu separava os pedidos e saia para fazer as entregas de bonde por toda a cidade. Um dia flagrei o gerente agarrado com a mulher do dono e acho que isto determinou minha segunda demissão em tempo recorde. Segui batendo perna nas ruas, de loja em loja, até que cheguei num bazar na Assis Brasil, perto do campo do São José e da fábrica Zivi-Her-

PALAVRAS SOLTAS (Assim... como se fossem poemas)

Antonio Manoel de Oliveira



ILUSTRAÇÃO: EDGAR VASQUES

**FAZ DE CONTA QUE É BLUES...
SOB A MIRA DA PISTOLA ENCRAVADA
FUNDO DO PILÃO VIVA A
VILA DO IAPI !!!
TRÊS DРИBLES NA MORTE TAREFAS
SOB O TEMPORAL SE... EU
MORRESSE AMANHÃ.**

Na pandemia da covid, lançou três livros autobiográficos somando mais de mil páginas

cules, e dei de cara com um aviso na vitrine: -Precisa-se de rapaz. Era a Distribuidora de Louças Nilo J. da Cunha. Seu Nilo me mediou com os olhos, me achou muito fraquinho/franzino e me despachou. Mas um alemão grandão que estava com ele, falou: - Dá um chance pro guri, rapaz. Experimenta ele uns dias. Já estava lá na calçada, desolado, quando ouvi o grito da Terezinha, a balconista: - Ei. Vem cá. Volta aqui! O alemão era Bernardo, vendedor do Alumínios Royal e maior amigo dele. Ali, trabalhei até sair para o quartel, separando pedidos dos vendedores e encaixotando louças e outros artigos e muitas vezes saí junto com o motorista José Sanchez para entregas na grande Porto Alegre e no interior do Estado. Nas épocas de festas também ajudava no atendimento na loja. Vendia bem.

SAÚDE

Pergunta: E agora, aos 80 anos, te encontras numa situação difícil em questão de saúde? Como começou este processo de surdez?

Antônio: Em agosto de 2002, na última viagem do governador Olívio ao exterior, à Alemanha, acompanhei a delegação, que era composta também pela secretaria de Energia, Dilma Rousseff. O objetivo principal era captar recursos/partnerships para desenvolver projetos na área de energia solar. No retorno dessa viagem, já em casa, deitei

para descansar e foi quando senti um enorme estrondo dentro da minha cabeça. E muita dor. Fiquei quieto, sem poder nem me mexer. Peguei no sono e quando acordei senti que estava ouvindo com dificuldades. Portanto, estou no processo de ficar totalmente surdo há muitos anos. Fui a dois especialistas que me disseram que não tinham nada a fazer. Era esperar. Fiquei esperando. E já cansei.

Pergunta: O que sente uma pessoa com surdez quase total?

Antônio: Passei mais de 50 anos exercendo com paixão absoluta uma profissão cuja base é ouvir, ver/enxergar e relatar. De repente, não ouço, vejo muito pouco. É complicado. Adaptação difícil. Não desejo para ninguém. Imaginem tudo o que perdi de ver e ouvir nestes últimos dez anos. Não vou mais a cinema, teatro, futebol. Parei de ler livros. Mas o que me faz mais falta é conversar com os amigos, dialogar, trocar ideias. Tentei retomar estes contatos e me senti absolutamente incomodado/ridículo por não ouvir o que as pessoas me falavam.

Vou até fazer uma confissão: nos últimos anos em que trabalhei, como diretor de jornalismo da Fundação Piratini – TVE e FM Cultura, havia reuniões de diretoria em que eu ouvia apenas partes das discussões, embora procurasse sempre me posicionar em posições estratégicas na mesa. No dia em que desci o Morro Santa Tereza pela última vez, aos 70 anos, cheguei em casa

e comuniquei: não vou trabalhar mais. Parei. Só não disse as razões. Mas um dia estava no quarto/escritório escrevendo com a TV ligada e, de repente, o som desapareceu completamente. Levantei todo o volume e nada. As gurias gritaram lá da sala: -Pô, pai, baixa um pouco o volume. A gente nem pode conversar. Eu acabara de ficar quase totalmente surdo. Há dias em que não ouço absolutamente nada. E isto prejudica também o equilíbrio para caminhar; por isto, passei a usar bengala, o que me ajuda bastante.

Pergunta: Enfrentaste outros desafios de saúde?

Antônio: Quando tive alta do hospital em São José-SC, na Covid, pela primeira vez, morava em Palhoça. Saí 13 dias depois com 25 quilos a menos e desconfiado de que tinham me mandado embora para morrer em casa. Me sentia mais péssimo que hoje. Meio em pânico, reuni tudo que havia escrito até ali, acrescentei mais alguma coisa de última hora, deu três volumes (O Bode Azul, 436 páginas; Palavras Soltas, 404 páginas; e As Outras Coisas, 160 páginas), que mandei para a gráfica, para imprimir 100 volumes de cada. Era o que dava para fazer com um empréstimo que havia tomado. Distribui quase tudo para amigos, com uma carta pedindo R\$ 100,00 para cada um. Sucesso quase absoluto, pois recebi mais que o suficiente para as despesas. Mas a ideia não era “escrever livro”, mas sim ter um registro escrito do

que tinha feito na vida para deixar para filhas, netas e outros parentes que viessem, por acaso, a se interessarem. Neste sentido, acho/desconfio que não tive muito sucesso. Creio que poucas pessoas leram. Quase tudo que está escrito é 100% verdade. Há pouquíssima ficção. Quase nada, diria. Nem tudo é porcaria. Há algumas partes que se salvam. No formato são livros, mas não eram para ser. Só registros.

ESQUERDA

Pergunta: Como começou a tua luta na esquerda?

Antônio: A vida pela esquerda começou cedo, pelos oito anos, ao ver a líder da direitista União Democrática Nacional (UDN), professora Betina Ferreira da Silva, roubar o decisivo voto de sua irmã doente, Lenira, para o candidato a vereador Jair Cardoso contra o candidato do esquerdista Partido Social Democrático (PSD), Osni Souza. Eles empataram em 202 votos e Jair foi declarado vencedor pela idade. Era o mais velho. Isso lá em Imbituba. Outro episódio decisivo aconteceu quando tinha dez anos, ao ver de novo Dona Betina sorridente ao anunciar para os alunos que estavam dispensados da aula, pois “o Presidente da República se matou”, no dia 24 de agosto de 1954.

Naquele ano completei o primário e fiquei dois anos sem estudar porque a família não tinha condições de bancar a continuação na cidade

de Imbituba ou em Laguna. Neste período sofri diversas vezes pressão dos padres que queriam me levar para o seminário e do irmão muito mais velho, Inácio, que mal conhecia, e morava em Porto Alegre. Inácio fugira de casa dois anos antes do meu nascimento, juntamente com a irmã Eulália, que não aceitaram ver o pai viúvo casado com sua mãe, dona Inez. A palavra final foi da mãe: - Ele é quem vai decidir para onde quer ir. Naqueles dias, com a morte do pai, já discutiam em casa que alguém deveria ir embora, “se mudar”, pois as terras que há anos cultivavam estavam saturadas e já não davam conta de sustentar toda a família com o que produziam. Uma mentira deslavada, pois o que sonhavam mesmo era deixar o trabalho duro sol-a-sol na roça.

Pergunta: O Porta Larga (bar nas proximidades de ZH, que já fechou) tinha uma longa tradição em receber todos os dias jornalistas das redondezas?

Antônio: Na redação da Zero Hora na Sete de Setembro, tínhamos no outro lado da rua o Clube Nordestino, com um salão grande com mesas de snooker, onde fazíamos nossos lanches e bebíamos alguma coisa. Quando mudamos para a Ipiranga, Fernando “Cascatinha” Albrecht e mais alguns passaram a procurar algo parecido pelas redondezas. Frequentamos a tenda do Seu João, na Avenida Ipiranga, um simpático trabalhista que só falava em Getúlio e Brizola. Passamos por outros

Palavras Soltas

(Assim... como se fossem poemas)



Antonio Manoel de Oliveira

Palavras Soltas tem 404 páginas com memórias do jornalista

botecos e no Postinho (o Posto Shell da Ipiranga), mas não nos ambientamos. Até que um dia descobrimos, na Rua Arlindo, atrás do prédio novo da ZH, o Porta Larga, um velho armazém com uma imensa porta que era gerido pelo Seu Aleixo, a mulher e os filhos. Uma “venda” das antigas, onde tinha de tudo. A gente sentava nos sacos de feijão, farinha, arroz e de vez em quando tínhamos que levantar para que eles pudessem pegar os produtos para pesar e vender a granel para alguém. Comíamos sanduíches e picadinhos diversos, feitos ali, na hora, e bebíamos desde as mais inocentes guaranás e cocaicas às mais perigosas cachaças e uísques diversos.

Com a expansão da RBS, eles se mudaram para um prédio novo na Cascatinha, ao lado da boate Miriam. Com a presença frequente de jornalistas e até alguns artistas que iam na ZH para dar entrevisas e acabavam passando por lá, além das meninas da boate, que ficavam por ali até o começo dos seus “expedientes”, o Porta Larga acabou virando por anos um point cultural da cidade e sede da Banda DK, a primeira e mãe das outras todas, e inventada pelo Pernambuco. A Banda DK chegou até a abrir os desfiles oficiais de Carnaval com o prefeito Alceu de Deus Collares, pois seu vice, Glênio Peres, era frequentador do local.

E também um ano elegeu uma das princesas do Carnaval, a filha do músico e também frequentador do Porta, Ivaldo Roque. O desfile da



banda saía do Porta no primeiro dia de Carnaval e ia até a Perimetral, puxada à frente pela extravagante e esplêndida bailarina Nêga Lu. A Comissão de Frente seguia pela calçada da direita, liderada por Melchíades Stricher, Wladimir Ungaretti, o pernambucano vendedor de jóias Cacá, Paulo Maciel, Luiz Pilla Vares, Glênio Peres, Fernando “Diabão” Saez, Fernando “Cascatinha” Albrecht, Luis “Chuvisco” Fonseca entre outros.

Pernambuco não se continha e ia lá no meio, como uma espécie de maestro da banda, sempre formada por músicos de altíssimas qualidades. Quando ela perdia o tesão, alguém gritava: - A Banda morreu !!! E ela voltava com tudo. Mas o dia de maior glória do Porta Larga foi quando o Juarez Fonseca apareceu lá pelo meio dia de um sábado acompanhado sabe de quem? Nada mais nada menos que Paulinho da Viola, que aca-

bara de ser eleito/consagrado por uma importante revista como o Homem Mais Elegante do Ano no Brasil. Perguntando se queria almoçar peixe ou carne, Paulinho disse que preferia peixe. Uma comissão foi formada às pressas, recolheu grana entre os presentes e correu ao Mercado Público (antes que fechasse) comprar duas tainhas enormes que foram recheadas com camarão para assar na brasa junto com as carnes que já estavam no fogo.

Enquanto isso ia acontecendo, o samba já comia/corria solto com Paulinho no cavaquinho, José Antonio “Gaguinho” Rebeiro no violão, Fróes no surdo, Ademir “Ximba” Fontoura no pandeiro. E ia juntando gente. Para encerrar a conversa: pelas 17h30min da tarde, Juarez teve que pegar Paulinho disfarçadamente e se retirar do local do evento. Já havia um enorme engarrafamento nos dois lados da Cascatinha, pois todos que passavam, viam que

o Paulinho estava ali e iam diminuindo a marcha dos carros, com a calçada em frente do Porta já totalmente tomada de gente.

Até a minha mulher foi em casa, pegou a Mariana, que tinha menos de um ano e trouxe para fazer uma foto com Paulinho. Pelo Porta Larga passou a nata dos artistas gaúchos. Lembro que no fim da tarde de um certo dia até o Seu Maurício Sirotsky (dono da RBS) apareceu por lá acompanhado do genro, Marcos Dvoskin, que era diretor administrativo da ZH. Vendo todo mundo ali, Seu Maurício sugeriu ao Gaguinho:

“Por que tu não instalas aqui uma extensão (de telefone) da Editoria de Esportes? Facilitaria tudo”.

Pergunta: Depois da presidência do Sindicato ainda tiveste tempo de trabalhar no Coojornal, a cooperativa dos jornalistas que tanto fez sucesso?

Antônio: Quando estava para sair do Sindicato, em 1980, o Osmar Trindade pediu uma reunião para tratar “de assunto sério”. Disse-me que a Coojornal estava rachada para a eleição e os conselheiros haviam sugerido que só o meu nome poderia unificar uma chapa para a eleição, com ele para presidente e eu vice. Um exagero, claro. Achei uma baita sacanagem, depois de três anos à frente do Sindicato. Mas são aquelas missões/tarefas em que tu não podes escapar/recusar. Neste período, enfrentamos prisões. Foi um período terrível, quan-

do prenderam o Elmar Bones, o Rafael Guimaraens, o Osmar Trindade e a Rosvita Saueres-sig. Só nos sobrou enfrentar a situação e tirar o pessoal da cadeia.

Fizemos um movimento nacional para alertar sobre o que estava acontecendo. Acho que a Coojornal ainda não recebeu uma análise profunda do que ela representou e de sua evolução. A cooperativa nasceu como um movimento profissional, mas ao mesmo tempo político, sofreu todo tipo de ameaça e perseguição. A parte política foi muito bem cumprida, mas na hora em que houve a abertura política, não soubemos encontrar a saída para mantê-la como projeto profissional e comercial que se inserisse no mercado. Nós, jornalistas, falhamos nisso.

ÁFRICA

Pergunta: Depois de 16 anos de RBS foste para a África? Como surgiu esta possibilidade?

Antônio: No início de 1984, Licínio Azevedo, jornalista e cineasta gaúcho, que trabalhava em Moçambique, estava de férias em Porto Alegre. Um belo dia, o jornalista Osmar Trindade me ligou, convidando a mim e a minha mulher para irmos num “queijos e vinhos” na casa do Olides Canton e da Ângela Pinheiro Machado, que eram casados e moravam num edifício na esquina das Ruas Mariante e Dona Laura. Era uma conversa com o Licínio. Lá fomos

nós, com a Mariana de cinco/seis meses a tiracolo. Já no meio da conversa, Olides chegou e foi direto ao quarto e de lá falou aos berros: - Pô, Ângela, de quem é esta criança que está aqui na minha cama? Nos entreolhamos e minha mulher saiu correndo para salvar a menina.

De repente, Licínio tomou um tom solene no meio do papo furado e contou que estava em Porto Alegre para levar dois jornalistas para trabalhar no projeto em que ele atuava em Moçambique, o Gabinete de Comunicação Social (GCS). Disse que um deles já havia definido, que era o Trindade. Eu o interrompi e disse categórico: - O outro está aqui. Como eu era editor em ZH e ganhava relativamente bem, ele meio que não acreditou. Só não sabia que eu já não conseguia quase nem entrar no prédio da RBS. Só chegava lá depois de passar no Porta Larga (bar frequentado por alguns jornalistas antes, durante e depois do expediente) e pedir a bênção. O salário que ele oferecia em dólares era equivalente ao que eu recebia em ZH, com a vantagem de que ganharia junto a mesma quantia em meticais, moeda moçambicana. Um sinal de que daria para economizar quase tudo que receberia em moeda estrangeira. E dia 15 de fevereiro, embarcávamos os três no Rio de Janeiro, rumo a Joanesburgo, África do Sul. Com medo, pois havia a possibilidade de que Trindade, que já tinha sido preso por motivos políticos, fosse, na última hora, impedido de sair do

Brasil pela Polícia Federal.

Mas, sem empecilhos, partimos, ouvindo, nos alto-falantes do aeroporto, Maria Bethânia (eu pela primeira vez) cantando Negue, de Adelino Moreira e Enzo de Almeida Passos. A chegada em Moçambique foi um reencontro com algumas palavras/verbos que eu usava/ouvia em criança no Mirim (Imbituba-SC), zona de colonização açoriana.

Como apinchar (atirar, jogar alguma coisa para alguém), mata-bichar (primeira alienação do dia para matar o bicho, café da manhã), escambo (troca de coisas, produtos, mercadorias), coruja (rosca de polvilho), equipa (equipe), bicha (fila) e outras.

Pergunta: O que fazias em Moçambique?

Antônio: Uma das minhas principais atividades em Moçambique durante quatro anos foi dar aulas - ensinar agricultores vindos das aldeias comunais apenas com o curso primário a escreverem uma notícia. E dizendo o que era importante para eles noticiarem. Eram os cursos anuais de Correspondentes Populares para a formação de “repórteres” que mandavam as notícias para o Jornal O Campo e programas da Rádio e da TV Moçambique e para uma sessão no jornal Diário de Moçambique. Não há satisfação maior para um jornalista do que receber lá da aldeia comunal uma carta/informação feita por um agricultor apenas com o curso primário que você mostrou para ele, em aulas embaixo de uma enorme man-

gueira, como é que se escreve uma notícia. É impagável em qualquer moeda.

Pergunta: Recebeste apoio para esta ‘aventura’ africana? O que te movia para este desafio?

Antônio: Quando eu fui, todo mundo achou loucura. Todo mundo na ZH deu seu palpite. Mas Moçambique foi uma escola. Acho que pude ajudar muitas pessoas a evoluir, nos sentidos humano, social, profissional. Muitos não tinham perspectivas e hoje são grandes jornalistas do país ou professores universitários. Depois, ainda passou mais seis meses em Guiné-Bissau, desenvolvendo o mesmo trabalho: Mas na Guiné foi muito mais complicado, porque o território é um décimo do de Moçambique, onde há 14 idiomas nacionais, e lá há 37 etnias com línguas diferentes. No país, foram realizadas inúmeras atividades sociais, porém, quando o governo percebeu a possibilidade de mobilização e de conscientização em função daquele projeto, tratou logo de suspendê-lo. Esse foi um dos fatores que acarretaram na volta da família ao Brasil. O outro foi a preocupação com a educação da filha, que já estava com seis anos e cresceu como uma moçambicana.

Pergunta: E na Guiné o que aconteceu de interessante nesta tua estadia em terras africanas?

Antônio: Depois de sair de Moçambique, trabalhei meio ano na Guiné-Bissau no

segundo semestre de 1989. Como assessor técnico de nível superior do Unicef, assessorando em comunicação social os projetos que a ONU desenvolvia lá, principalmente na área da Saúde. E criando o Gabinete de Comunicação Social (GCS) de lá. Tinha só a Rádio Nacional. A TV Educativa foi criada quando estava lá. E apelidamos o principal apresentador do noticiário de Cid Moreira. Era o único jornalista formado no País (fizera um curso no Rio de Janeiro, dizia). Não havia jornal em papel. O No Pintcha, único do País, estava fechado há mais de um ano. Diziam que era porque a impressora havia quebrado. Mentira. Havia uma gráfica que poderia imprimir, se quisessem. Governo revolucionário tinha dura não tinha interesse. Inventamos um jornalzinho (Jornal Comunitário) que circulava nas repartições públicas e era colocado numa banca/loja no centro de Bissau.

Depois que o governo mandou parar tudo, passei o resto do tempo tomando cerveja com passarinho frito nos bares até vir embora. Lá cultivavam muito arroz no banhado e quando vai chegando a época da colheita, milhões de passarinhos atacam as plantações. Então, eles põem redes enormes protegendo os arrozais e pegando os passarinhos. São servidos em todos os lugares nos mais variados e deliciosos pratos. Eu só comia frito.

Criamos um grupo de teatro para a animação cultural na área da saúde com shows e animação nos bairros da cida-

de, reunindo todos os projetos estrangeiros que atuavam no país. A coisa foi tomando corpo e quando fizemos um show com a banda Mama Jombo, a mais importante do país, que quase lotou o estádio construído pelos chineses, mas que funcionava só para festas e casamentos, recebemos a orientação de que era para parar tudo. Quando falava com os técnicos que trabalharam com o filósofo-educador Paulo Freire na sua passagem por lá, eles caíam no choro. A maior mobilização que vi no País foi quando da visita de Yasser Arafat, líder da OLP – Organização da Libertação da Palestina. O povo admirava ele e Bissau inteira saiu às ruas para saudá-lo. Com a saída da minha chefe italiana e a chegada de um chileno para o lugar dela, me ofereceram renovação do contrato por mais seis meses. Pedi dois anos e não me deram. Vim embora.

RETORNO

Pergunta: Como foi a volta ao Brasil?

Antônio: Em 1990, quando cheguei de volta ao Brasil, já tinha proposta de trabalho: Conseguí passar dos 60 anos sem nunca ficar desempregado. Assumi a Comunicação do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), onde fiquei por quatro anos. Nesse período, atuei ainda na UnB (Universidade de Brasília), primeiro na produção de informativos, depois, como coordenador de Comu-

nicação. Também passei pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como coordenador do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária. Convocado para cobrir férias no Correio Braziliense, fiquei cinco anos no jornal, somando mais uma atividade ao meu currículo na capital federal.

Pergunta: E quando decidiste voltar a Porto Alegre?

Antônio: O retorno se deu com a eleição de Olívio ao Governo do Estado, em 1998, quando assumi a redação do Palácio Piratini. Foi um período bom, de trabalho com uma equipe ótima. Fizemos um jornal mensal, O Estado do Rio Grande do Sul, e a coordenação de Comunicação do Fórum Social Mundial. Ao fim do governo, voltei a Brasília para assistir à posse de outro colega dos tempos de sindicalismo: Lula. A idéia era seguir viagem para o Nordeste, mas ainda no aeroporto encontrei Geraldo Canali, que me avisou que estava cotado para assumir a coordenação de Jornalismo da Prefeitura - na época, João Verle era o prefeito – a convite de Ayrton Kanitz. Na quinta edição do FSM, participei mesmo estando fora do governo, dessa vez, como correspondente da Agência Carta Maior. E depois voltei para o governo, a convite do Olívio, ministro das Cidades, para trabalhar na Trensurb. Ainda trabalhei como chefe de Jornalismo da Assembleia Legislativa do RS na gestão do presidente Adão Villaverde, a convite de André Pereira.

Pergunta: E o relaciona-

mento com a imprensa de Porto Alegre como foi?

Antônio: Desde o dia em que foi anunciada a vitória/eleição do meu amigo Olívio Dutra como governador em 1998, começou o massacre da RBS e das demais empresas de comunicação do RS. Durou quatro anos. Não havia na imprensa gaúcha um só jornalista que defendesse o governo e suas ideias/propostas/realizações. Olívio era tudo que não prestava para os ricaços: trabalhador bancário, sindicalista e defensor do direito de greve, que até já tinha sido preso por isto. Uma ameaça. Eu estava em Brasília. Recebi o primeiro telefonema do Geraldo Canali me convidando para vir trabalhar no Governo do Estado e não vacilei. Logo pedi demissão do Correio Braziliense, onde estava há cerca de cinco anos.

A informação era de que poderia ir para a Secretaria da Saúde, já que era amigo da Maria Luiza Jaegger. Em seguida falaram que eu iria para a TVE com o José Roberto Garcez. E finalmente definiram: eu ficaria no Palácio Piratini. Lembro que logo que cheguei na assessoria, local que não conhecia, vi que o espaço no porão da sede do Executivo era todo dividido em quadradinhos de vidro e falei (acho que para a competente chefe Denise Mantovani, que acabara de conhecer, e para o secretário Guaracy Cunha, que já conhecia de outras paragens) que o bom era derrubar tudo aquilo e transformar como numa redação de jornal. Quadradinho mágico de vidro,

só para a chefe. E isto foi feito. Guaracy e Denise montaram uma assessoria da mais alta competência. Foi criado, para contrapor tanta má vontade com o governo, o jornal O Estado do Rio Grande do Sul, editado por Vera Rotta.

JORNALISMO

Pergunta: Como vê o jornalismo atual?

Antônio: De vez em quando me encho de coragem e digo que o jornalismo acabou. Não existe mais. Morreu no Brasil. É que quero me referir ao que fazíamos lá quando eu comecei, na década de 1960. Naquele tempo o jornalismo mais importante era o escrito, em papel, que você recebia em casa ou comprava na rua, na banca. Hoje ele se mudou para a internet e precisa abrir as páginas para lê-lo. E já nem precisa ser jornalista para fazê-lo. Qualquer um pode. Também inventaram uma série de “qualificações” para o jornalismo: de opinião, de mercado, de pesquisa, de resultado, investigativo, etc. Só o que eles não têm coragem de dizer é que atualmente fazem um jornalismo parcial. E um jornalismo que esconde a informação principal do título para aguçar sua curiosidade e obrigá-lo a abrir o texto.

O problema é que não tenho nenhuma intimidade com os jornalistas que atuam hoje. No meu tempo havia exigência de diploma para entrar na profissão e hoje “qualquer um” pode ser jornalista. Então, são



profissionais diferentes os do tempo em que eu entrei no jornalismo e os de hoje. É uma relação impossível. Quando eu comecei, uma equipe para fazer rádio, TV e jornalismo escrito era composta por sete pessoas e tinha que sair de Kombi ou Rural Willys. Hoje, uma pessoa só e até usando seu próprio carro sai e faz tudo sozinho e ainda estufa o peito porque é o “tal”, o bom. Tenho dificuldade em dialogar com alguém que não é jornalista formado e ocupa uma vaga na profissão em qualquer área. Acho-o um usurpador. Um falso. Um enganador. E para gente assim não posso recomendar nada, não tenho nada a dizer, pois considero-os capazes de tudo. São mais negociantes que jornalistas de

verdade. Para os que estudam e se formam, posso recomendar que sejam honestos consigo mesmos. Esta é a base. Se você se respeita, automaticamente respeitará a profissão e as outras pessoas e trabalhará com isenção, perseverança, sempre em busca da verdade, que é a chave mestra da profissão.

Pergunta: E o teu coloradismo continua firme?

Antônio: Um dia cansei de ouvir os gremistas dizerem que são campeões do mundo e imortais. Duas mentiras deslavadas. Passei a contestar, dizer que eram os “imortais” que mais morriam no mundo e que eram campeões mundiais fake, só de dois continentes, pois o Mundial de Clubes FIFA começou a ser disputado só no ano 2000. O Grêmio é Campeão Intercontinental (só de dois continentes). Passei a chamá-los carinhosamente de Toyotinhas (em referência à Copa Toyota). Muitos deles me amaldiçoaram e alguns até tive que deletar. Mas o Carlos Henrique Esquivel Bastos e o Eduardo “Dudu” Guimaraens são meus amigos queridos e já se convenceram que minha tese/argumentação é a correta. O Dudu até me ajudou a esclarecer, mostrando uma declaração da FIFA que “reconhece” o mundial deles. Se precisa de uma declaração que “reconhece” é porque não é. Óbvio. No RS tem só um Campeão Mundial FIFA, o Internacional, o Campeão de Tudo (menos da Série B, onde, por puro descuido, estivemos só uma vez).



EXPEDIENTE

Versão de Jornalistas é uma publicação do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul

Rua dos Andradas, 1270,
13º andar, sala 133
Centro Histórico – Porto Alegre/RS – CEP 90020-008
Fone/whatsapp: (51) 3228.8146
www.jornalistas-rs.org.br – secretaria@jornalistas-rs.org.br

DIRETORIA

Presidente – Laura Eliane Lagranha Santos Rocha

1ª Vice-presidenta – Carla Rosane Pacheco Seabra

2º Vice-presidente – Pedro Guilherme Dreher

1º Secretária – Viviane da Silva Borba Finkielsteyn

2º Secretária – Rosa Maria Pitsch

1º Tesoureira – Silvia Fernandes

2º Tesoureiro – Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa

1º Suplente – Isabel Cristina Clavelin da Rosa

2º Suplente – André Zenobini Nascimento

Diretoria Geral

Celso Augusto Schröder, Clóvis Victoria Junior, Eduardo Silveira, Eliane Teresinha de Souza Silveira, Emílio Carlos Sales Pedroso, Fabiane Maria de Moraes Christaldo, Jeanice Dias Ramos, Jones Lopes da Silva, Jorge Luis Leão Machado, Katia Cilene Marko Andreuchetti, Letícia Castro, Maristela Pastore, Mônica Cabanas Guimarães, Niara Luiza Ramos de Oliveira e Raphael Pacheco Seabra Pereira da Silva

Conselho Fiscal

Dolcimar Luiz da Silva, Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro, Vera Daisy Barcellos Costa, Thaís Vieira Bretanha, Ulisses Almeida Nenê, Yuri Victorino Inácio da Silva

Comissão de Ética

Vera Maria Spolidoro de Cuadrado, Moisés dos Santos Mendes, Renato Nunes Dorneles, Carlos Henrique Esquivel Bastos, Thamara Costa Pereira, Telia Negrão Tonhozi, José Antônio Simch da Silva, Maria Alcília Gonçalves da Silveira, Marcos Emilio Santuario e Paulo Raymundo Gasparotto



Edição Especial: 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog – abril de 2025. Nesta edição teremos encartados dois cadernos especiais: O GRIFO, de responsabilidade da GRAFAR; O LAMPIÃO

Editora: Mônica Cabañas

Editora Adjunta: Laura Lagranha Santos Rocha

Projeto gráfico e diagramação: Pedro Dreher

Textos e reportagens: André Pereira, Adriane Bertoglio Rodrigues, Carla Seabra, Eugenio Bortolon, Isabel Clavelin, Gabriel Deon, Laura Pedroso, Luis Henrique Silveira, Moises Mendes, Monica Cabañas, Norian Segato, Susiani Guisolfi

Depoimento: Carlos Bastos

Revisão: Letícia Castro

Capa: Foto de Dulce Helfer, jornalista homenageada desta edição

Fotografia: Dulce Helfer, Jorge Leão, Laura Santos Rocha, Norian Segato, Valesca Silva de Deus, fotos reprodução Facebook de André Simas, arquivo Google, Arquivo EBC, Acervo Instituto Vladimir Herzog, Acervo pessoal de Samira Castro, Arquivo O GLOBO, Arquivo Nacional, fotos web de arquivos livres

Distribuição: on-line

FILIADO



EXPOSIÇÃO CARTUNS

25 de março a 19 de abril

Abertura: 19h

Clube de Cultura

Rua Ramiro Barcelos, 1853

Porto Alegre | RS | Brasil

Bier
Denis
Donga
Edgar Vasques
Edu
Elias
Eugenio Neves
Fuchs
Hals
Ício
Jô
Latuff
Lu Vieira
Máucio
Ruben Castillo
Santiago
Schröder
Tarso

Realização:

GRIFO
O JORNAL QUE RI, SERIAMENTE

Apoio:



Esta exposição não é para o Trump

Prezado senhor presidente dos Estados Unidos: não me dirijo ao senhor. A exposição ***Minha Gaza, Minha Vida***, a segunda sobre o tema que o GRIFO e a Grafar organizam, não tem nenhum elogio aos Estados Unidos, mas pode interessar aos cidadãos e cidadãs do seu país, afinal a trumpanação aí ainda não atingiu a todos, dá pra notar.

Essa exposição no Clube de Cultura de Porto Alegre (na rua Ramiro Barcelos, nº 1853) começa às 19h do 25 de março e termina em 19 de abril e é feita para gente que está preocupada com o massacre, a destruição e o genocídio que estão acontecendo.

São produções de 18 cartunistas e mais um painel ao estilo da mostra itinerante ***Nau dos Insensatos*** sobre os responsáveis pela tragédia da enchente no Rio Grande do Sul em 2024. Outra iniciativa de artistas gráficos com apoio das mesmas entidades que estão agora aqui. Esse massacre começou há um ano e meio. Nesse período, morreram mais de 48 mil pessoas, mulheres e crianças são 70% delas, propostas de paz foram rechaçadas e seus proponentes criticados, o noticiário chamou um lado como terrorista, mas não quem destruiu moradias, hospitais, escolas, impediu ajuda humanitária e cortou energia elétrica. Tratou os israelenses presos como reféns, e os palestinos como detidos. Agora, no início do segundo ano da guerra, a proposta de paz que o chefe do capitalismo apresenta é destruir completamente a região. Transformar num resort, airbnb, mais um estado dos Estados Unidos, ou coisa que o valha.

Essa exposição pode até gerar sorrisos, porque o pessoal tem talento para descontrair, mas é um riso acompanhado de indignação. Depois do sorriso, podem vir perguntas como: quais são mesmo as reservas potenciais de gás natural e de petróleo na região mesmo? A vida é riso, mas também muito siso, alerta o ditado.

Essa exposição é para quem luta pela paz, democracia e desconcentração de renda. É para quem se indigna com massacres e misérias.

Não é para Trump e trumpanados (Marco Schuster).

Curadoria

Celso Augusto Schröder

Autores do Painel

Bier
Eugenio
Latuff
Lu Vieira
Schröder

Artistas da exposição

Bier
Denis
Donga
Edgar Vasques
Edu
Elias
Eugênio Neves
Fuchs
Hals
Ício
Jô
Latuff
Lu Vieira
Máucio
Ruben Castillo
Santiago
Schröder
Tarso

Editor do catálogo

Marco Schuster

Produção

GRIFO

Diagramação

Laura Santos Rocha

Apoio

Grafar
CUT/RS
Clube de Cultura
Associação Cultural José Martí
Fepal
SindJoRS
Fenaj

MARÇO DE 2025

Bier

Augusto Bier (Santa Maria, RS, 1959). Jornalista, cartunista e chargista. Publicou em Pasquim, Coojornal, O Interior. Já venceu o Salão Internacional do Humor de Piracicaba e o Salão de Duisburg (Alemanha).



Donga

Ricardo Freitas, DONGA, é um cartunista e ilustrador brasileiro (Arroio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, 10 de janeiro de 1963). Atualmente publica seus trabalhos no jornal Correio do Sul Regional, em Arroio Grande, e em vários outros jornais e revistas.



NUNCA VI...



**TU TE INSCREVEU NO
MINHA GAZA
MINHA VIDA?**



Dênis

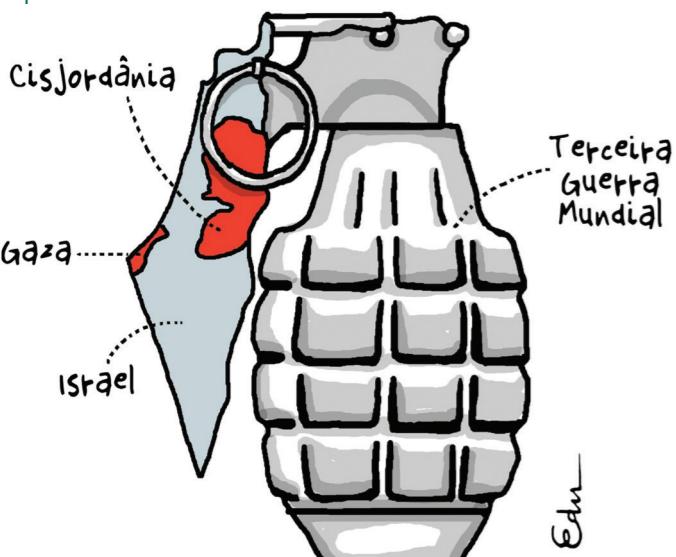
Dênis Pimenta (abril/1968). Publicitário, social media e designer, com um trabalho marcado pelo humor debochado. Seu trabalho como cartunista é uma mistura de quem consumiu muitos cartuns do Santiago e Iotti.

Sai sionista, de cima do telhado, deixa o meu palestino dormir sossegado



Edu

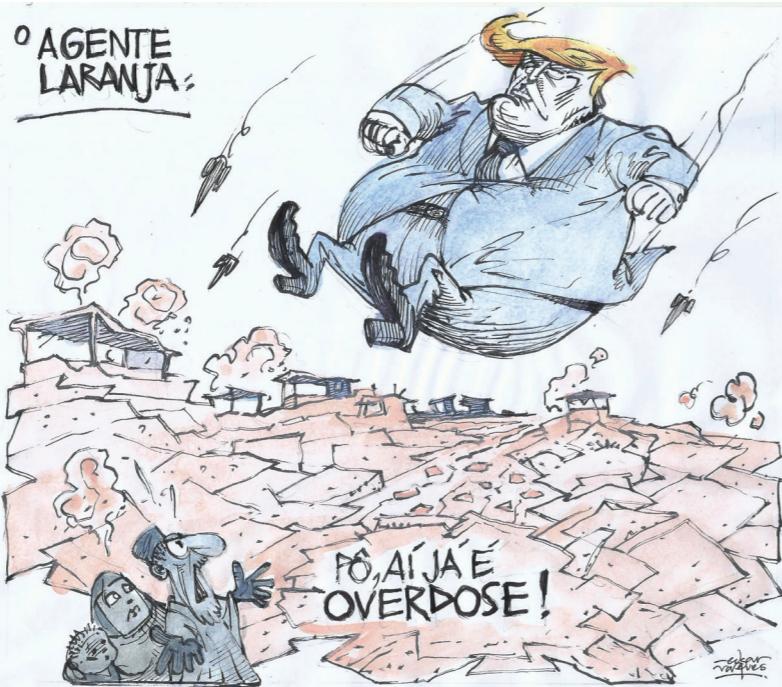
Eduardo Reis de Oliveira, ilustrador. Nascido em março de 1962. Desenha desde a infância de maneira autodidata. Cursou o Ateliê livre da prefeitura de Porto Alegre (renascença) e o Instituto de artes da UFRGS. Trabalhou durante 28 anos como ilustrador no jornal Zero Hora. Ilustrou vários livros infantis e outros (contos).



KATRINA: 1.392
HELENE: 235
NETANYAHU: 60.000
MILTON: 15

Edgar Vasques

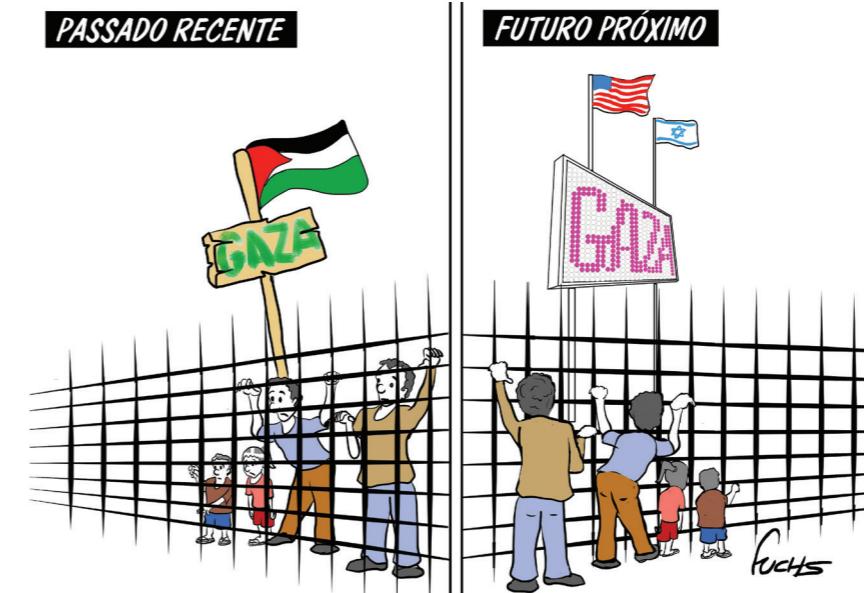
Ilustrador, quadrinista, chargista, caricaturista e aquarelista. Autor da série HQ do "Rango" (desde 1970), e das ilustrações d' O Analista de Bagé, de L.F.Verissimo. Nasceu em Porto Alegre (RS), em 1949.

**Elias**

ELIAS (25/04/1963). Chargista, ilustrador. Vive em Santa Maria, mas nasceu em Alegrete (RS) no dia 25 de abril de 1963.



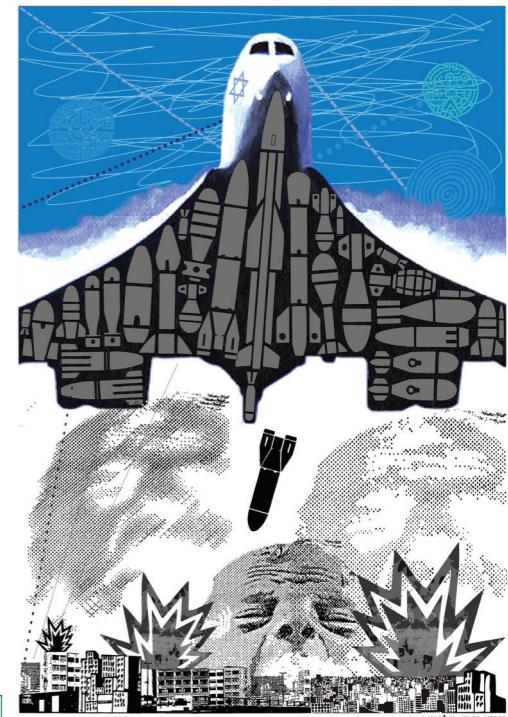
PASSADO RECENTE

**Fuchs**

Oscar Fuchs (27/01/1961 Pinhalzinho, SC). Cartunista, cronista, jornalista. Autor de Crônicas & Rabiscos (2019). Publicou sua primeira crônica aos 14 anos, foi colaborador do Caderno 2 do Estadão, também na imprensa de João Pessoa (PB): O Momento, Em Dia.

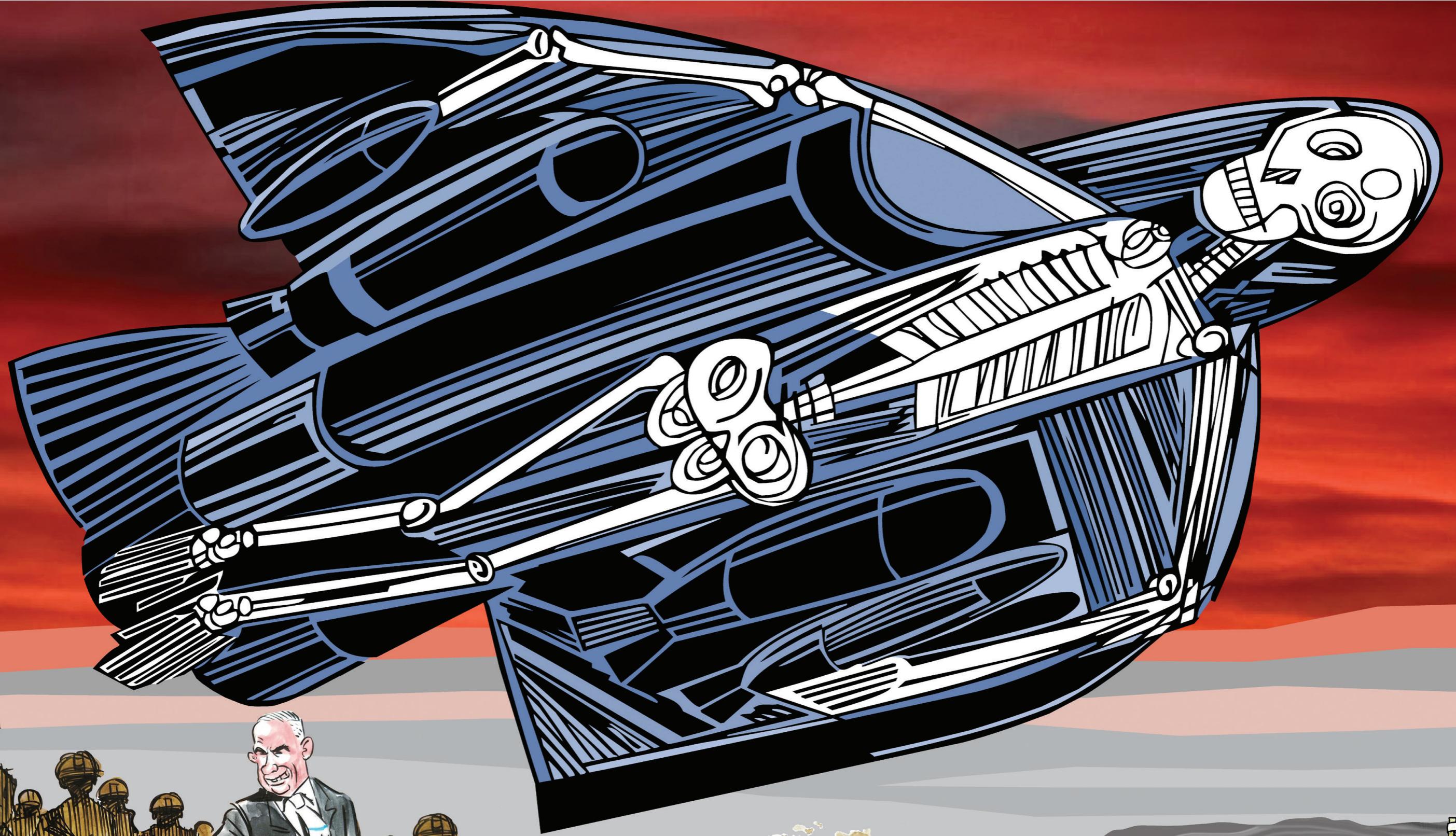
**Eugenio**

Eugenio Neves (13/04/1954) Quando era criança, passava tardes apreciando decolagens e pousos nas pistas do Salgado Filho, ao lado de casa. Chegou a construir uma réplica de avião. Daí a rabiscos apresentados para amigos da família, trabalho em publicidade e o cartum, foi uma crescente.



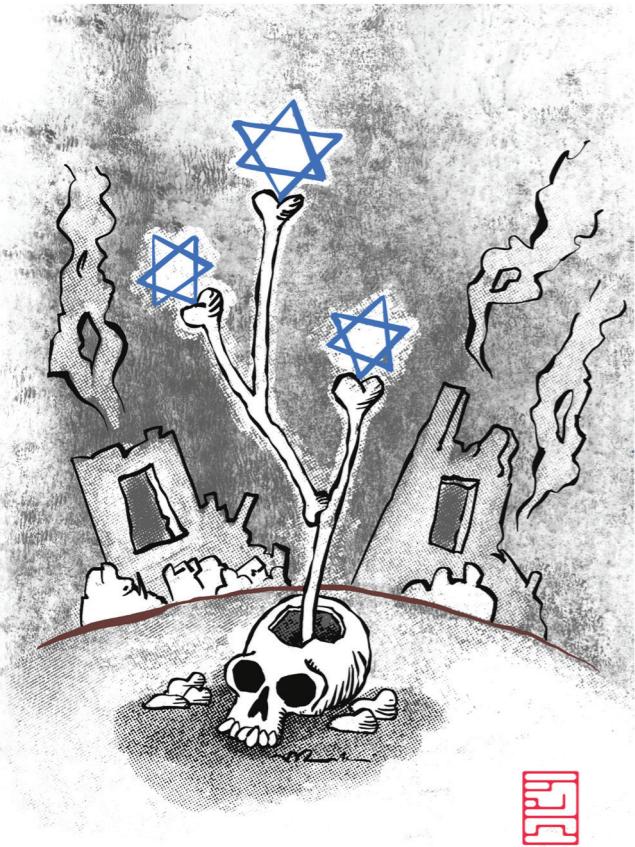
FUTURO PRÓXIMO





Hals

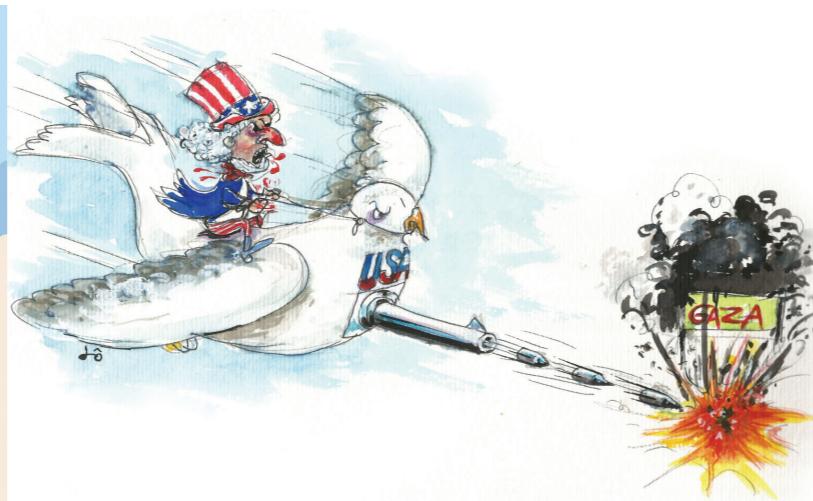
Porto Alegre -RS (26/01/1966). Formado em Publicidade e Propaganda pela PUC/RS, é chargista, cartunista, artista gráfico e artista plástico. Acha que ainda é Presidente da Grafar e tem dois gatos.

**Ício**

Maurício Peixoto, cartunista e designer gráfico formado pela Universidade de Passo Fundo/RS. Seus quadrinhos e cartuns foram publicados em livros didáticos, revistas e expostos e premiados em salões de humor gráfico. Seus trabalhos mais recentes podem ser vistos em sua página no instagram @icio_mauricio.

**FAIXA DE GAZA, 2024**

Publicitário, cartunista e ilustrador em atividade a pelo menos quatro décadas no RS.

**Jô****Lu Vieira**

Porto Alegre - RS (1986). Cartunista, quadrinista, ilustradora, tatuadora e tradutora. É colaboradora do GRIFO da GRAFAR e foi auxiliar do quadrinista italiano Carlo Ambrosini. 3º lugar na Mostra do Festival de Economia de Trento/Itália 2023.

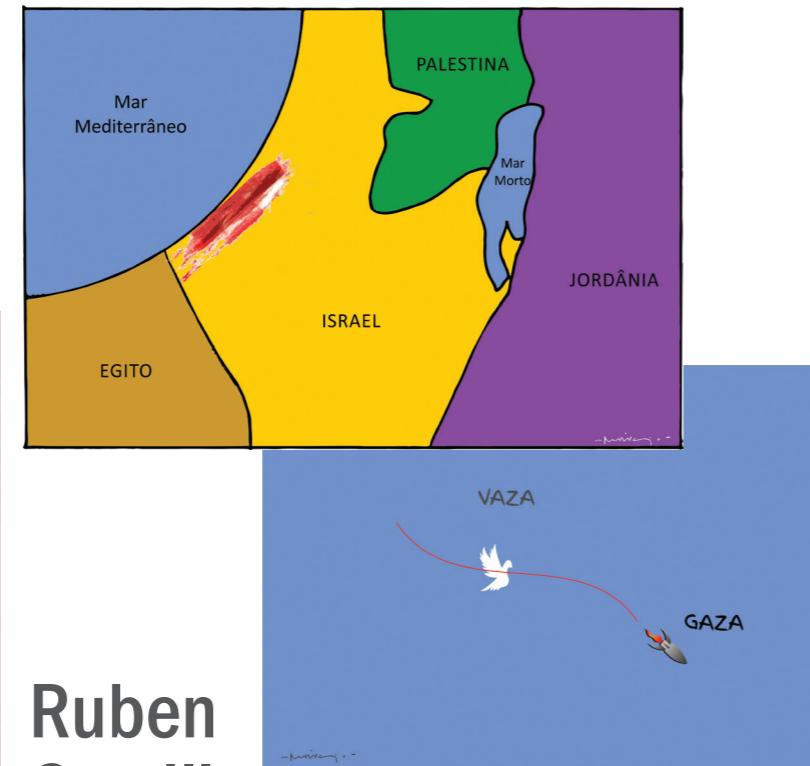
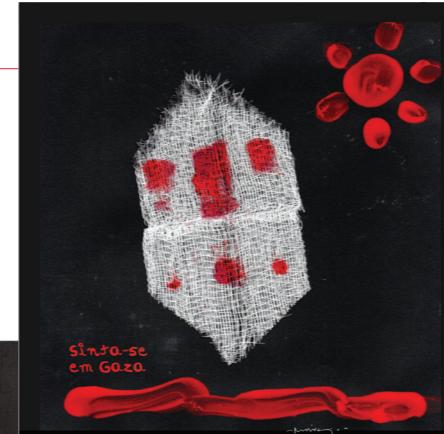
**Latuff**

Rio de Janeiro - RJ (30/11/1968). Cartunista e ilustrador.



Máucio

Santa Maria - RS (17/04/1961). Professor DDI/UFSM. Criador do CARTUCHO. Editor do Massa Folhada (2015-2020). Produção atual: série Karakóis.



Ruben Castillo

Ruben Castillo, Colonia del Sacramento - Uruguay - 17/12/1970. Viveu durante 15 anos no Brasil (2002 - 2017) trabalhando com desenho animado, ilustração editorial e caricaturas. Atualmente morando em Quito - Equador, trabalhando como docente em animação e finalizando um curta-metragem autoral de desenho animado a estrear ainda em 2025.



Santiago

Santiago do Boqueirão, RS (1950). Trabalhou por 10 anos dia FOLHA DA TARDE e CORREIO DO POVO, depois COOJORNAL e PASQUIM, JORNAL NH, JORNAL DO COMÉRCIO, LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Obteve diversos prêmios nacionais e internacionais.



Schröder

Nasceu em 1 de janeiro de 1953 em Porto Alegre, mas mente que foi 2 de fevereiro, em Santo Ângelo. Foi cartunista do Correio do Povo enquanto deixaram, presidente da FENAJ, do SindJoRS, da Fepalc, vice da FIJ e quase treinador do Inter. Foi professor de jornalismo e é coeditor do GRIFO.



Tarso

Bagé-RS (1949). Cartunista, escritor e jornalista. Estreou no Quadrão da Folha da Manhã de Porto Alegre. Publicou em 2023 o livro Meninos Guerreiros. Venceu a 4ª edição do prêmio literário Pena de Ouro (autores lusófonos) com o conto "O coche".



A VIDA NÃO TEM HORA EXTRA

Redução da jornada

Melhores salários + Qualidade de vida



CUT

Rio Grande do Sul

Federações e Sindicatos Filiados

D3

50 anos depois AINDA ESTAMOS AQUI

Para que não se esqueça, para que nunca mais se repita.

Eduardo Meditsch

Em 1975, éramos jovens estudantes motivados a mudar a realidade cinzenta em que vivíamos. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog pelo Exército nos desafiou a superar o medo para homenageá-lo no Diretório Acadêmico da Fabico. Passadas cinco décadas, agora já septuagênarios, estamos aqui outra vez para relembrar aquele crime hediondo e a homenagem que a repressão nos impedi de realizar daquela vez. E para realizá-la agora, como uma mensagem aos jovens de hoje, também ameaçados de conviver com a brutalidade no futuro.

No aquele tempo, nos reunímos em torno do então Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Comunicação (Dabico) e do DCE da UFRGS, para lutar contra a ditadura militar que nos amordaçava e oprimia. Enfrentámos o medo, mas sem perder a ternura, a esperança, o humor e a poesia com que levávamos nossa juventude e nosso companheirismo. O mesmo acontecia em muitas outras faculdades, sindicatos e movimentos sociais pelo Brasil afira.

O assassinato brutal do jornalista Vladimir Herzog sacudiu a sociedade civil brasileira do torpor em que vivia. Não era mais possível ficar calada: a mobilização, iniciada por estudantes e sindicatos e o apoio de autoridades religiosas, foram marcos para a consolidação do enfrentamento à ditadura que iria culminar com a campanha pelas "Diretas Já" quase uma década depois. Como muitos outros pelo país, os estudantes da Fabico da UFRGS tiveram uma participação neste processo, mas a repressão à iniciativa fez com que ela fosse abafada e com o tempo acabasse esquecida na própria instituição.

50 anos depois, neste 2025, "Ano Vladimir Herzog" instituído pela Associação Brasileira de Imprensa, os estudantes de então retornam à Fabico para relembrar o acontecimento e alertar para o fato de que uma nova fase de torpor social pode nos conduzir a uma situação de tanta violência quanto aquela.

Afinal, escapamos há pouco de uma tentativa de golpe de estado que, planejada para começar com a explosão do Aeroporto de Brasília e a execução das maiores autoridades da República, não iria parar por aí sua sanha assassina. O líder do golpe frustrado montou um "gabinete do ódio" na presidência da república, incentivava seus militantes a "metralhar" opositores, e lamentava que

a ditadura militar não tivesse matado "outras 20 mil pessoas".

Com a consolidação da extrema direita como força política global, essas ameaças não estão superadas, e nos lembram tempos sombrios vividos no século passado na Europa, com o nazi-fascismo, e também aqui, com a ditadura militar.

O jornalista Vladimir Herzog, que vinha de uma família de imigrantes judeus refugiados do nazismo, foi assassinado sob tortura nas masmorras do DOI-Codi do Exército, em São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975. Vlado (era seu nome de batismo, aqui virou apelido) estava com 38 anos e era casado com a publicitária Clarice, com quem tinha dois filhos, Ivo e André, de 9 e 7 anos. Respeitado e querido pelos colegas de profissão, seguia uma carreira brilhante, com passagens pela imprensa paulista e pela BBC de Londres. Era também professor da Escola de Comunicação e Artes da USP e havia assumido, um mês antes, a direção de jornalismo da TV Cultura de São Paulo. Desde então, deputados de extrema direita faziam uma campanha na Assembleia paulista para tirá-lo do cargo, sob a acusação de ser comunista. O jornalista militava no PCB e todos os partidos – com exceção da Arena, governista e do MDB, da oposição consentida – estavam proibidos de funcionar durante a ditadura.

A campanha dos extremistas atingiu os órgãos de repressão do Exército, e agentes do DOI-Codi tentaram prender Herzog em seu local de trabalho no dia 24 de outubro. Mas a direção da TV e os colegas intervieram, e foi acordado que ele se apresentaria voluntariamente ao Exército na manhã seguinte. Foi o que fez, mas o que seria um depoimento se tornou uma sessão de tortura com choques elétricos, a que Vlado não resistiu. No mesmo dia, o DOI-Codi do Exército divulgou a versão de que o jornalista havia se suicidado. A versão oficial, com uma foto e um laudo falsificados e a ordem para que o corpo fosse sepultado às pressas, sem nem esperar os rituais religiosos e a família, não convenceu a opinião pública.

Os sindicatos dos jornalistas e os estudantes se mobilizaram por todo o país. Um ato ecumônico na Catedral da Sé de São Paulo reuniu mais de oito mil pessoas, apesar das ameaças aos participantes e do bloqueio de ruas pela repressão. A sociedade civil crava coragem para ir às ruas e exigir o fim dos crimes da ditadura. Nesse contexto é que decidimos dar o nome de Vladimir Herzog à sala de nosso Diretório Acadêmico.

Os sindicatos dos jornalistas e os estudantes se mobilizaram por todo o país. Um ato ecumônico na Catedral da Sé de São Paulo reuniu mais de oito mil pessoas, apesar das ameaças aos participantes e do bloqueio de ruas pela repressão. A sociedade civil crava coragem para ir às ruas e exigir o fim dos crimes da ditadura. Nesse contexto é que decidimos dar o nome de Vladimir Herzog à sala de nosso Diretório Acadêmico.



Lampião

50 ANOS DO ASSASSINATO DE VLADIMIR HERZOG
PORTO ALEGRE - ABRIL DE 2025



Porquê

O editorial do primeiro Lampião lembrou uma história da infância do escritor Erico Veríssimo, quando ajudou seu pai a operar um homem que encontraram esfaqueado numa estrada. Coube ao guri seguir o lampião no barraço mal iluminado para o pai costurar como podia o semiterno. "O papel de quem escreve é garantir com firmeza a luz no ar, procurando

mostrar aos outros as injustiças do mundo, mesmo tendo muito medo em fazê-lo", escreveu Erico Veríssimo.

Esta edição especial do Lampião surgiu para contar a nossa experiência com o autoritarismo que, como tantas outras, foi silenciada e esquecida. Foi pensada e feita com carinho para ser uma ponte com as novas gerações. Porquê ainda estamos aqui... e eles também.

A placa que durou um dia

Eduardo Meditsch

Os estudantes que participavam do Diretório Acadêmico de Comunicação (Dabico) decidiram se juntar às manifestações de protesto pela morte de Vladimir Herzog dando o seu nome à sala que ocupavam, no prédio da Faculdade. Mas a cerimônia foi proibida, e a placa roubada pelos agentes da ditadura na Universidade.

Naquele outubro de 1975, a indignação pelo assassinato de Herzog nos desafiava a agir e decidimos que o que poderíamos fazer naquele momento era dar o nome do jornalista à sala do nosso Diretório Acadêmico. Uma placa de acrílico foi encomendada com os dizeres "Sala Vladimir Herzog - Dabico". E uma carta contando da homenagem foi

enviada por nós à viúva Clarice Herzog. Na quinta-feira, dia 6 de novembro, nossa placa ficou pronta e foi fixada na porta do Diretório. Decidimos manter a coberta por um pano para fazer a inauguração no dia seguinte. Mas informantes já haviam levado o assunto ao então Diretor da Fabico e este, ao coronel que chefiava o Departamento de Segurança e Informação da UFRGS, que decidiram proibir a cerimônia.

Na sexta-feira, dia 7, o presidente do Dabico, Miriam Gusmão, foi a primeira a chegar para preparar a solenidade, mas o que encontrou foi o coronel do exército Nataelino Correa, cercado de agentes de segurança, que exigiam a chave da sala para fechar o Diretório e tentaram tirá-la à força da mão da estudante. Miriam escapou pelas escadas

até o saguão da Faculdade, e os agentes só param de perseguí-la porque a cena estava sendo filmada por uma emissora de televisão que foi cobrir o evento. A presidente do Diretório deu então uma entrevista, que não pôde ir adiante devido a censura.

O registro foi feito assim, pela edição do jornal "O Estado do São Paulo", do dia 08/11/1975 ("Vetada homenagem a jornalista morto"). A matéria dizia: "Os estudantes decidiram manter a placa exposta no local e convocar uma Assembleia da Faculdade para deliberar se acatam ou não a proibição, isso, se a placa não for retirada pela direção". Foi o que aconteceu. Aquela placa nunca mais foi vista, mas agora, em 2025, uma nova está lá para reparar a história, 50 anos depois.

Entra a criadora deste percurso histórico, Anita Natividade Carneiro, abriu uma guia online no Google Street View, permitindo que pessoas de qualquer lugar do planeta pudessem participar e cuja taxa de inscrição colaborativa seria doada para voluntários do projeto que foram atingidos pelo encante. E foi assim que eu me inscrevi para fazer o percurso e acompanhei todo do meu apartamento em Brasília, onde eu vivia na época.

A guia, conduzida pela própria Anita e com observações de alguns voluntários do projeto, deu uma volta por Porto Alegre, se deteve no teatro "Dopinho", no bairro Independência, e avançou pela Avenida Protásio Alves. Ali, houve uma paradinha na esquina da rua Ramiro Barcelos para descer até os prédios da UFRGS e se deter na Fabico - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, onde está o Jornalismo.

Então, Anita mencionou que ali era um lugar de resistência estudantil e falou sobre os bares próximos que também foram palco de luta. Nesse mo-

mento eu levantei minha mãozinha avatar e me deram a palavra. Contei que o Diretório Acadêmico da Fabico tinha recebido o nome do jornalista Vladimir Herzog em 1975. Naquele ano, o jornalista foi assassinado quando prestava depoimento nas dependências do Exército, em São Paulo.

Ninguém sabia que o D.A. um dia, havia recebido o nome de Herzog, em homenagem, até porque esse tributo durou somente 24 horas. A repressão e a gestão da escola retiram a placa com o nome do jornalista. Este fato era realmente difícil de alguém lembrar, principalmente os jovens entre 20 e 30 anos que faziam o percurso naquele domingo. Mas o que me chamou a atenção foi que a maioria nem sabia quem era Vladimir Herzog, e este era um grupo engajado, participando de uma atividade política.

Isto me preocupou. Como é que parte tão importante da história de luta, resistência e defesa da democracia do Brasil estava sofrendo um apagamento? Por que os jovens não tinham acesso a esse tipo de informação? Como é que estudantes da Fabico não conheciam sua própria história e a de seus pais?

Comecei a buscar contatos de colegas daquela época no Facebook, no Instagram e no WhatsApp e a provocar a mobilização sobre os 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog e os 50 anos da batida do com seu nome. No dia 15 de junho foi criado um grupo no WhatsApp, formado porgressos da Fabico e jornalistas de outras escolas. As expressões "ainda estamos aqui" e "a luta continua" nunca foram tão contemporâneas. O restante dessa história vocês podem ler aqui, em detalhes, nesta edição especial do Lampião.



ANISTIA A VLADO

Foram necessários quase 50 anos, mas finalmente o governo brasileiro oficializou a anistia política a Vladimir (VLADO) Herzog, e uma indemnização vitalícia à viúva Clarice Herzog, em 18 de março de 2025, em cumprimento a uma decisão judicial. Para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a decisão "mais do que um mero simbolismo, representa a continuidade da luta por justiça ao assassinato de Herzog. Até o momento, não houve investigação e responsabilização dos autores desse crime."

MEMÓRIAS DA DITADURA

O Instituto Vladimir Herzog, junto com a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, está organizando o curso "Memória da Ditadura". O objetivo é ampliar os estudos sobre a ditadura civil-militar e a violência de Estado na atuação. São 10 módulos conduzidos por especialistas na área, cada módulo com uma videoaula e um texto inédito. É gratuito e o contato pode ser feito em memoriadasditadura@vladimirherzog.org



MEMORIAL DOS EXPURGOS NA REITORIA

Espaço em frente ao Anexo 3 da Reitoria, no Campus Centro, presta homenagem a professores, técnicos e estudantes excluídos de forma agressiva e arbitrária da Universidade durante o período de 1964 a 1969. A escultura de pedra que ocupa o principal espaço do Memorial faz referência à América Latina e possui uma placa com a seguinte mensagem: "Aos que lutaram, resistiram e nos legaram solidariedade e esperança". A obra é de Irineu Garcia. Junto ao monumento há um jardim projetado pelos docentes Brack e Sérgio Tomasin.

DIREITO À MEMÓRIA

Caminhos da Ditadura em Porto Alegre é um projeto para se conhecer os locais onde ocorrem as violações e as resistências. O mapa foi produzido por Anita Natividade Carneiro, historiadora mestrandra em História pelo PPGH/UFRGS, e se divide em quatro categorias: locais de repressão, memória da repressão, locais de resistência e da memória da resistência.

O objetivo é pensar Porto Alegre no contexto da ditadura civil-militar, aproximando esse tema do cotidiano dos estudantes que transitam pela capital sem saber das diversas histórias que perpassam a cidade.

Agenda dos Caminhos da Ditadura em 2025: Março dia 30; Abril dia 27; Setembro dia 07; Outubro dia 05. Sempre aos domingos, das 9h às 12h. Ingresso um quilo de alimento não perecível. As inscrições abrem uma semana antes às 11h, e link fica na página do projeto no Instagram caminhos da ditadura_poa

Jornalismo com ativismo social e cultural

Recuperar a história da placa no Diretório Acadêmico 50 anos atrás serviu para informar e provocar reflexão entre os estudantes atuais

Márcia Turcato

"Eu aprendi muito na universidade, principalmente nos dois anos em que fui estagiária na rádio, onde me envolvi com as questões relacionadas à cultura, mas eu também aprendi muito todos os dias com os movimentos sociais". Quem afirma é Jênifer Taína Procópio, 22 anos, estudante do curso de Jornalismo da UFRGS e atual Coordenadora do Diretório Acadêmico da Faculdade de Comunicação (Dacom). Após mais de um ano à frente do Dacom, Jênifer deixará o cargo neste semestre.

Para essa conversa, combinamos de nos encontrar no Mercado Público de Porto Alegre, lugar central e símbolo de resistência de diversas lutas populares. Jênifer chegou uma hora depois. Antes enviou mensagem se desculpando, mas estava numa missão. Ela foi de moto Uber, para não atrasar ainda mais, e explicou que vinha do bairro Sarandi, onde 58 famílias terão de desocupar imediatamente a área porque será construído um dique no local. Desde junho, Jênifer tem acompanhado essa pauta como repórter. O bairro foi severamente atingido na última enchente, mas o processo de remoção não é respeitoso com os moradores e nem tampoco transparente.

Jênifer nasceu no bairro Vila Jardim, na zona Leste de Porto Alegre. Hoje a caçula de dois irmãos mora sozinha no bairro Rubem Berta. Filha da professora Andresa Ayrosa e do gestor público federal Celso Procópio, que também é presidente do Conselho Estadual de Comunidades Quilombolas (Codene/RS). Foi com os pais que ela teve contato com as comunidades tradicionais, os movimentos de base, o carnaval, os orixás e aprendeu a reivindicar e a promover justiça social. Atualmente ela é estagiária de comunicação no Movimento dos Atingidos por Barragens, que expandiu sua atuação para também acolher os vitimados pelas enchentes de 2023 e 2024.

O engajamento de Jênifer só dá em todos os campos. Em novembro de 2023, ela foi uma das articuladoras da Jornada Social e Cultural, o jornalismo tem uma importante função em sua vida. "O jornalismo tem a capacidade de fazer a gente entender o presente, dando contexto, e assim também conseguimos entender o passado e visualizar como pode ser o futuro". Ela está decepcionada com a grande mídia e apostava nas mídias alternativas, "porque têm compromisso social", e nas assessorias dos movimentos comunitários. "Eu gosto de fazer tudo de forma coletiva", declara.



Jênifer Procópio, coordenadora do Jornalismo no Diretório Acadêmico da Comunicação.

ras da Semana da Consciência Negra e ajudou a organizar uma roda de slam e diversas atividades culturais no jardim e nos corredores da Fabico. Esteve à frente da manifestação antirracista que aconteceu na faculdade, em desagravo a uma das professoras, que mobilizou cerca de 200 pessoas, além de chamar a atenção da mídia.

Para esta jovem ativista social e cultural, o jornalismo tem uma im-

portante função em sua vida. "O jornalismo tem a capacidade de fazer a gente entender o presente, dando contexto, e assim também conseguimos entender o passado e visualizar como pode ser o futuro". Ela está decepcionada com a grande mídia e apostava nas mídias alternativas, "porque têm compromisso social", e nas assessorias dos movimentos comunitários. "Eu gosto de fazer tudo de forma coletiva", declara.

Causa da democracia precisa ser assumida por todos, diz coordenadora da Comissão da Verdade da UFRGS

Rodolfo Lucena

"A UFRGS vivenciou com precisão as mazelas da ditadura: teve pelo menos 40 professores expurgados, além de muitos estudantes e técnicos perseguidos. O Estado, que deveria tê-los protegido, perseguiu, expulsou, expurgo, matou". Palavras da professora de Direito Roberta Baggio na solenidade em que foi empossada como coordenadora-geral da Comissão da Memória e da Verdade "Enrique Serra Padrós", instalada em dezembro passado.

A cerimônia havia sido alvo de ataques nas redes sociais, com a publicação de ameaças contra a própria realização do evento. A truculência, a reitora da UFRGS, Marcia Barrosa, respondeu: "Não iremos ceder aos covardes! Cabe a essa Comissão a missão de reconstituir essa história fundamental e identificar todos e todas que foram perseguidos pela ditadura. Ao fazermos isso, estamos resgatando nosso compromisso com a democracia. Democracia essa que foi violenta inclusive nessa casa, quando docentes, técnicos administrativos e terceirizados eram impedidos de falar sobre



política partidária dentro do ambiente da UFRGS. Isso não pode voltar a acontecer!"

O que foi também destacado na fala de Baggio: "Não podemos naturalizar a brutalidade com a qual nossos pares foram atingidos covardemente por um regime espúrio. Se hoje temos o privilégio de viver o curso de nossas vidas como escolhemos e desejamos é porque uma geração inteira de cidadãos brasileiros lutou pelo fim da ditadura, elevando esse privilégio à categoria de um direito fundamental em nossa Constituição".

"Alguns estudantes chegaram a ser desligados da universidade, outros estudantes não, mas foram levados para dentro dos aparelhos do Estado repressor e foram torturados. Nossa meta é dar a luz a todos esses acontecimentos, é tentar recortar essas histórias, é fazer com que o encontro com esse passado permita que as novas gerações, que as atuais gerações possam refletir sobre o valor da democracia", disse a coordenadora da Comissão em entrevista aos jornalistas Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena, do TUTAMÉTV, canal do YouTube.

Eela alerta: "Estamos numa democracia frágil. Com os últimos acontecimen-

As árvores sobrevivem quando há quem as defende

Carlos Alves Müller

A terça-feira, 4 de fevereiro de 2025, foi um dia muito quente, mesmo para o padrão recente de Porto Alegre. Tão quente que Paulo Brack, professor de Botânica da UFRGS e coordenador do Instituto Gáuch de Pesquisas Ambientais (InGa), resolveu documentar a situação com um termômetro no Parque Harmonia (oficialmente Parque Maurício Sirotsky Sobrinho), próximo à orla do Guaíba. Segundo noticiou o site de mídia pública britânica, BBC, "O aparelho registrou entre 57°C e 61°C em uma área revestida de cimento e 62°C em outra, coberta por brita asfáltica. Em contraste, as medições em áreas arborizadas do mesmo parque, distante cerca de cinco metros da área impermeabilizada, registraram valores mais baixos, por volta de 31°C".

Ainda conforme a BBC, Brack explicou que a diferença se deve ao fato de que "a empresa GAM3 Parks, concessionária do parque desde 2023, obteve da prefeitura licença para cortar 432 árvores, um terço das quais foi "efetivamente eliminado", o que provocou a "impermeabilização do solo e o surgimento de uma ilha térmica na área".

Não há registro de protestos contra a destruição, num surpreendente contraste com o que aconteceu quase 50 anos antes, no dia 25 de fevereiro de 1975, quando o estudante de Agronomia da UFRGS Carlos Alberto Dayrell, ao passar pela Faculdade de Direito, na Avenida João Pessoa, viu funcionários da Secretaria Municipal de Obras e Viação de Porto Alegre cortando árvores que, supostamente prejudicavam a construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina. Ele subiu numa das delas para impedir a sua derrubada. Carlos Alberto era membro da Associação Gáucha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), presidida por José Lutzenberger, que anos mais tarde seria Ministro do Meio Ambiente, o primeiro do Brasil.

O ato de 1975 foi lembrado em 25 de fevereiro de 2025, dia dos 50 anos do fato político, com a presença de Marcos Saracof (foto). O evento contou com a participação da vereadora Jussara Corry, do jornalista Sérgio Saracof e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, no ato representado pelo diretor Adroaldo Corrêa.

Algum tempo antes do episódio, numa reunião da entidade, perguntado sobre o que fazer contra a derrubada de árvores na sede, Lutz como era conhecido, teria dito: "Nós já fizemos bastante coisa, mas não fomos ouvidos, façam vocês, subam nas árvores!". O gesto de Dayrell foi imitado por outros dois estudantes, Marcos Saracof, de 19 anos, aluno de Matemática, e Teresa Jardim, de 27 anos, da Biblioteca Gáucha. O protesto, em plena vigência do AI-5 e do draconiano arsenal legal da ditadura, atraiu uma pequena multidão.

O diretor da Faculdade de Engenharia, Adamastor Uriatti, numa tentativa de obter uma solução não violenta por parte do aparato policial armado ao redor, lembra Elenita Malta Pereira, autora do artigo "Uma Tipuana e 40 anos de história", pediu que os estudantes descesssem para conversar. Eles fizeram uma contraproposta: que o professor subisse, o que fez sob aplausos. Teresa e Saracof continuaram na árvore enquanto Dayrell negociava com as autoridades. Às 17 horas chegou a notícia de que a árvore seria preservada. Os descessaram da Tipuana, mas foram imediatamente presos e levados de camburão para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Marcos e Teresa foram interrogados, fotografados, identificados e fichados, e, com outros detidos, soltos às 23 horas.

A árvore continua lá: em 1998 ganhou uma placa alusiva ao ato de resistência e uma pequena solenidade, no dia 25 de fevereiro último, presidida pela diretora da Faculdade de Direito.

Dói

477 - O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, proibia manifestações políticas e atividades consideradas subversivas nas universidades. Chamado de "AI-5 dos estudantes", foi assinado pelo presidente general Costa e Silva, alinhava como infrações disciplinares greves e paralisações das atividades escolares, organização de eventos não autorizados e quaisquer "atos contrários à moral e à ordem pública".

EXPULSOS E DEMITIDOS - As punições chegavam a expulsões de alunos e demissões de professores. De acordo com levantamento da UNE (União Nacional dos Estudantes) foram retirados mais de mil estudantes das universidades e demitidos cerca de 200 professores. O decreto foi revogado em 1979.

FOGO NO PRÉDIO DA UNE - A educação foi atacada já no dia do golpe de 1º de abril de 1964, quando a sede da UNE, na Praia do Flamengo, foi incendiada por grupos da extrema direita. Todas as entidades de representação estudantil (UNE, Ubes) ficaram submetidas ao regulamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foram forçadas à clandestinidade e vários de seus dirigentes foram perseguidos, presos, torturados ou mortos.

CENSURA PRÉVIA - Em 1970 foi instalada a censura prévia nas publicações brasileiras. A lei determinava que todo material antes de ser impresso tinha que ser revisado por um censor. Alguns jornais recebiam censuras nas redações diariamente, outros - alternativos, por exemplo - tinham que mandar originais para Brasília. Nesse tempo, os textos eram escritos em laudas e enviados pelos Correios. Quando você encontrava em jornais da época desenhos de avorzeiras, ou fragmentos de poemas, lembre-se: ali estava alguma informação que não agradava o governo militar.

A VERSÃO NO QUARTEL - Essa história aconteceu com o economista Luiz Estrela Faria, hoje professor na UFRGS: "Eu estava no serviço militar em 1975. Um major falou da morte do Herzog para a minha turma do CPOR PA (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre), dizendo para não acreditarmos nas mentiras que iriam sair nos jornais. Depois, um colega reuniu toda a turma e desmentiu o major falando em tortura e tudo mais. Foi muito legal, tínhamos um pequeno grupo de resistência dentro do quartel!"

RESISTÊNCIA NO RS - A resistência democrática gaúcha mostrou, em novembro de 1974, que ainda estava aí. Nas primeiras eleições sob o tacão do general Ernesto Geisel, Paulo Brässler foi eleito senador com mais de 60% dos votos. O MDB elegeu 19 deputados federais (alguns dos quais seriam cassados mais tarde), contra 13 da Arena. Das 50 cadeiras da Assembleia Legislativa o MDB conquistou 33. A ditadura teve que se contentar com a imposição de Sival Guazzelli para governador e Amaral de Souza para vice.

MATARAM O ANÍSIO - Um mês e meio depois o assassinato de Rubens Paiva, em 1971, desapareceu o professor Anísio Teixeira, um dos maiores nomes da Educação brasileira, inspirador de Paulinho Freire e Darcy Ribeiro. Seu corpo foi encontrado no poço de um elevar do Rio de Janeiro e a perícia concluiu que havia sido colocado lá e não caído. Anísio foi fundador e reitor de duas universidades inovadoras, a UDF, nos anos 1930 e a UnB, nos anos 1960, cujos projetos foram destruídos pelas ditaduras do Estado Novo e de 1964.

LES SABIAM E CONCORDAVAM - Documentos secretos recentemente liberados nos Estados Unidos incluem um relatório da CIA informando que o general-ditador Ernesto Geisel, ao assumir a Presidência da República em 1974, concordou com a continuidade de assassinatos de adversários políticos do regime. Comunicou isso ao então Chefe do SNI, general João Batista Figueiredo, que seria seu sucessor e o último presidente da ditadura militar no Brasil.

tos pais, não foi dado nem o direito ao luto.

O silêncio, um pesado silêncio a ocultar tantos crimes, foi o que marcou de forma indelével os 21 anos de ditadura militar. Este silêncio, como uma sombra do autoritarismo e da truculência que ocorria nos seus porões, se estendia por ruas, ônibus, conversas amedrontadas em bares e esquinas, e nas instituições. Esta é a lembrança que tenho da Fabico neste tempo: corredores vazios, professores que, em sua maioria desinteressados, facilmente transformavam quatro períodos de aula em um e meio, isso quando apareciam; e o silêncio.

Ingressei na Fabico em 1975. Por esta época, eu já militara no movimento estudantil secundário, tendo sido detida duas vezes. A última me custara uma ficha no DOPS. Elaine, minha irmã, fora expulsa do colégio de Aplicação por subversão; meus primos, Carlos e Cesar De Ré, foram presos e barbaramente torturados no início dos anos 70. Seu pai, Adroaldo De Ré, também foi torturado por conta de um bilhete que Marcos recebera na prisão. Outro tio, Antenor Tejera, pecuarista, foi preso em Alegrete, acusado de comunista, simplesmente por conversas com vizinhos que o denunciaram. Elaine, também minha irmã, foi dada como desaparecida por um mês em 1972. Depois de violentamente torturada na OBAN, foi finalmente localizada por meu pai no DOPS paulista, por intervenção de um colega maçom.

Tudo isso silenciado pela imprensa da época. De todos os silêncios da ditadura, contudo, nenhum foi tão cruel, nem houve violência tãa tonta, tão destruidora, como a questão dos desaparecidos políticos. Entre eles, se encontra Luiz Eurico, o velho de meus irmãos. Ico, como era conhecido, militava na clandestinidade quando desapareceu em meados de 1972. Sabidamente a perda de um filho é o único luto que nunca acaba. Pois a meu, e outros tan-

tois pais, não foi dado nem o direito ao luto. Foi dada uma expectativa atormentadora, nervosa e angustiante por intermináveis anos. No caso do Ico, durante longos sete anos. Meu pai tentou a mesma intervenção que obtivera resultado com Elaine e recebeu a resposta, que sabíamos mentirosa, de que ele estava no Uruguai.

Meu ingresso na Fabico ocorreu num tempo marcado pelo silêncio à espera do meu irmão, que não veio. Minha mãe, por sua vez, parecia uma faculdade fantasma. O silêncio daqueles corredores e o vazio das aulas evocavam em picheções nas portas dos banheiros. Uma frase em particular, no banheiro feminino, sintetizou de forma lapidar este período no Brasil: "pedir pra ser transferido pra um lugar menos insalubre".

Sabidamente a perda de um filho é o único luto que nunca acaba. Pois a meu, e outros tantos pais, não foi dado nem o direito ao luto. Foi dada uma expectativa atormentadora, nervosa e angustiante por intermináveis anos. No caso do Ico, durante longos sete anos. Meu pai tentou a mesma intervenção que obtivera resultado com Elaine e recebeu a resposta, que sabíamos mentirosa, de que ele estava no Uruguai.

É um lugar de memória muito importante para a cidade, e os ex-presos e os sobreviventes do local sempre tentaram fazer ali um memorial em homenagem às vítimas", continua ele. Todo o complexo, com quatro prédios - em um deles ainda funciona uma delegacia de polícia - é tombado desde 2012. "Na época, a ideia era que o prédio fosse retirado das mãos da Secretaria de Segurança e cedido à Secretaria de Cultura, que promoveria ali o memorial. Essa era a ideia e continua sendo até hoje".

É um lugar de memória muito importante para a cidade, e os ex-presos e os sobreviventes do local sempre tentaram fazer ali um memorial em homenagem às vítimas", continua ele. Todo o complexo, com quatro prédios - em um deles ainda funciona uma delegacia de polícia - é tombado desde 2012. "Na época, a ideia era que o prédio fosse retirado das mãos da Secretaria de Segurança e cedido à Secretaria de Cultura, que promoveria ali o memorial. Essa era a ideia e continua sendo até hoje".

As bandeiras só tremulam ao vento que nos traz os aromas do amanhã.

Adroaldo Bauer

Um jornal independente no combate à ditadura

Ana Barros Pinto

Entrar na luta contra a ditadura militar era um chamado irresistível no início de 1976, quando um grupo de alunos da Fabico e de outros cursos se reuniram para criar o Lampião, na esteira dos protestos e da resistência à barba-rie do regime de exceção com os quais a maioria convivia desde a infância. Florescia a imprensa alternativa com Opinião, Movimento, Pasquim, a revista Versus, entre outros. Fazer parte daquele movimento significava furar o bloqueio das censuras impostas tanto pela ditadura quanto pelos grandes jornais, que se aliamaram aos generais para "normalizar" o golpe de 31 de março de 1964 chamado por eles de "revolução".

Lampião foi o segundo nome daquela folha única, tamanho standard, com uma letra bem miúda para caber o maior número possível de informações que não tinham chance de circular em outros jornais. O primeiro só existiu piloto que levou em mãos ao Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter, da Diocese de Santa Maria qui tinha um programa semanal na rádio Medianeira. Antes da entrevista, quando viu o logotipo TCHÉ, ficou surpreso, mas foi firme "...vai ser entendido como provocação, vão perguntar o sobre-meu!". A associação com Ernesto Guevara era muito forte, ele nem precisou dizer. E Tchê, termo gaúcho tão comum como o Bah, ficou sendo o nome da nossa editora, com Marcelo Lopes, Gerson Schirmer, Mario Marona, José Roberto Garcez, Bete Portugal, Chico Daniel, Alberto Filgueiras.

O Lampião circulava nos Das e DCEs



das universidades. As matérias falavam dos protestos, das prisões, "desaparecimentos", da censura, da repressão aos que discordavam, da carestia que o marketing do "milagre do desenvolvimento econômico" tentava esconder. E, claro, tinha charge, direitos humanos, cultura, meio ambiente e análise política.

Com tiragem de 5 mil exemplares, Lampião custava inacreditáveis

R\$ 0,50 (a passagem de ônibus mais barata em Porto Alegre era, então, de 1,00 cruzeiro), e com isso era possível fazer um jornal cujos custos eram cobertos unicamente pela venda avulsa. O leitor era chamado a fazer parte da equipe divulgando e vendendo o jornal, "sob pena de morrer no embrião" a primeira proposta gaúcha de uma imprensa independente" (editorial edição 2 - Independência ou

Morte - com os valores da edição)

A ideia também era ser usado

como cartaz frente e verso para murais nas universidades e outros locais públicos, como em uma banca na Av. Salgado Filho

esquina com a Borges em que o

jornal ficou pendurado por duas edições, devidamente protegido

por um saco plástico costurado

por minha mãe numa Singer de ferro da minha avó.

Alguns de nós vinham sendo seguidos na saída da faculdade, outros tinham telefones de casa "grameados". Em outubro fomos informados que seríamos chamados para um interrogatório na sinistra Polícia Federal da Av. Paraná, no 4º Distrito, que tinha a fama de quem lá entrava, não saía.

Mas os assassínios do Vlade e do Manoel Fiel Filho um ano antes em SP mobilizaram parte da oposição e se criou uma rede de proteção. O sociólogo André Forster, do MDB, o único partido de oposição da época, nos

comunicou que o presidente da OAB RS, Justino de Vasconcellos,

conhecido por sua postura firme contra abusos de poder e pela defesa de indivíduos perseguidos pelo regime, iria nos acompanhar no interrogatório.

Que alívio a presença dele! Entrou junto comigo, sentou-se um pouco distante, mas ao lado, com um jornal Correio do Povo cobrindo seu rosto, que só baixava quando o tom inquisidor do delegado Edgar Fuquê se tornava ameaçador. Como quando insistia em saber "de onde vem o ouro, Moscou ou Pequim?" (sic) Foi tão bizarro que só soube dizer: "Ourô? Ourô ou ourô?"

NITIDAMENTE SUBVERSIVA

O que precedeu este final só veio a ser conhecido em 2023, através de uma pesquisa feita no Arquivo Nacional. Encontramos um dossier do SNI, de 23 de setembro de 1976, com cópia enviada ao Ministro da Justiça Armando Falcão, informando a apreensão de 500 exemplares da edição nº8. "O jornal LAMPÃO, que não está sob censura prévia, vem aumentando o seu trabalho de contestação ao Regime vigente no País e continua a praticar abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, bem como fazendo propaganda de processos para a subversão da ordem política e social."

Resalta que o Jornal iniciou o movimento da "imprensa nânica" no RS, e "desde seu lançamento vem se constituindo em peça altamente negativa na orientação da opinião pública". Caracteriza-se como "um órgão de imprensa nitidamente subversiva", destacando a coluna DÓI, "que evidencia a identificação com a sigla do órgão de operações e informações do Exército". Além de analisar as edições, o dossier dava a ficha com fotos dos editores e vários colaboradores.

Nosso Lampião apagou, mas outro surgiu em 1978. Um grupo de jornalistas do RJ, entre eles João Silvério Trevisan, Aguialdo Silva e Jean-Claude Bernadet, procurou nosso editor Marcelo Oscar Lopes pedindo autorização para usar o nome Lampião no jornal

"feito por e para homossexuais", como definiriam. Lampião da Esquina foi o primeiro jornal a "tirar do armário" as questões invisíveis dos LGBT no país da hipocrisia e da repressão, teve repercussão nacional e durou até 1981.

50 anos de expansão e crise

Carlos Alves Müller

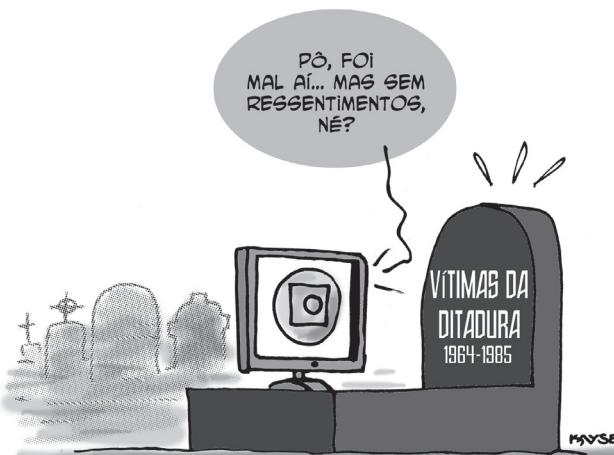
Eram tempos difíceis, mas estimulantes para os estudantes que haviam ingressado no jornalismo da UFRGS em 1974. Naquele ano, Richard Nixon renunciou à presidência dos EUA, em grande parte devido às reportagens de Bob Woodward e Carl Bernstein para o Washington Post, que virariam o livro "Todos os homens do presidente", no mesmo período, e filme em 1976.

No Brasil, a censura prévia era restrita, mas fazia estragos também quando chegava apenas com proibições a certos temas ou como convivência dos patrões e seus prepostos. Nos 10 anos de vigência do AI-5 (13/12/68 a 31/12/78), segundo Zuenir Ventura, foram censurados "cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas", para não falar de assassinatos como o de Vladimir Herzog, em 1975, e prisão e tortura de muitos outros.

Em alguns jornais alternativos, quase metade das matérias e ilustrações produzidas eram vetadas. Mesmo assim, durante os 15 anos de ditadura militar, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar", estima-mos Bernardo Kucinski.

Em 1976, o "Estadão", livro dos censores, testou se a liberdade era para valer com uma série de reportagens que marcaram época. Foram as matérias de Ricardo Kotcho sobre "as mordomias" no governo federal.

Quando a "abertura lenta, gradual e segura", prometida pelo general Geisel, avançou aos trancos e barrancos e chegaram à Constituinte como Sarney de contrabando, os brasileiros



estavam ávidos de notícias e nós, jornalistas, por informar. Nos EUA, o número de jornais vinha caindo desde a década de 1940 e a circulação a partir de 1990, mas antes ainda do surgimento das mídias digitais. No Brasil, porém, com a redemocratização houve uma revitalização do jornalismo em todas as mídias, e em particular dos jornais. O número de títulos, que em 1973 era de 1.136, voltou a aumentar (recuou entre 2001 e 2004) e novamente cresceu até 2012, puxados por um ressurgimento dos jornais populares, quando chegou a 4.835. O número de jornalistas também aumentou com algumas oscilações chegando a 89.252 em 2010 (ao contrário dos EUA onde vinha caindo desde 1990).

Então a crise chegou com tudo no Brasil. Era uma crise que já estava instalada nos países ditos desenvolvidos e tem diversas causas, algumas anteriores ao surgimento das tecnologias digitais, como TVs por assinatura.

As plataformas digitais têm muito a ver com isso (só o Google tem uma receita publicitária maior que a de todos os jornais do mundo somados).

Mas há também uma crise do jornalismo, associada ao que Rogério Christofoletti, professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina chama de "corrosão da credibilidade de no jornalismo brasileiro, resultado da percepção de que ele também desinforma", juntamente com a "incapacidade de profissionais e organizações

ressaltarem porque são mercedoras da nossa confiança. Não basta que demonstrem preparo técnico, mas também credenciais morais, pois o pacto social estabelecido é também de natureza ética".

Diante deste quadro, resta-nos encarar a situação como Jim Acosta, âncora da Rede da Televisão CNN (norte-americana) que anunciou sua demissão ao vivo por discordar do alinhamento da emissora à administração de Donald Trump. "Sempre acreditei que é função da imprensa responsabilizar o poder". A audiência, disse ele citado por Christofoletti, não pode ceder a mentiras ou ao medo. "Seguem-se à verdade e à esperança". Vamos nessa!

O "Pra frente Brasil!" (1982), filme de Roberto Faria, esperou quase um ano na censura. A ironia do título usando a frase ufanista do governo não passou despercebida e a liberação só veio em 1983, quando o movimento pela democracia crescia. Não foi diferente no meio teatral. O Teatro de Arena é

A arte de sempre estar aqui

Marco Antonio Schuster

O jornalista e escritor Marcelo Rubens Paiva publicou "Ainda estou aqui", em 2015, como um "livro de memórias". Além de homenagear a mãe - Eunice Paiva - lembrou a ditadura, cuja memória está sendo abrandada lenta e perigosamente. O livro virou filme nove anos depois e ganhou o primeiro Oscar do Brasil. Nele, o destaque da trilha sonora é dado pela voz de Erasmo Carlos. "É preciso dar um jeito, meu amigo" não é a mais representativa das músicas na resistência democrática, mas serve como exemplo dos caminhos da cultura no combate à ditadura militar. Em janeiro de 1971, a cantora Apesar de Você" de Chico Buarque, ainda tocava nas rádios (a Continental de Porto Alegre, por exemplo), e foi proibido no mês seguinte.

Fato é que deram um golpe de estado em 1964 quando a cultura se tornava cada vez mais popular e crítica. Em 1960, a escola de samba Salgueiro, do Rio de Janeiro, cantou o samba-enredo "Quilombo dos Palmares". Foi a primeira vez, a resistência dos escravizados foi cantada no carnaval. O escritor Antônio Callado lançou o livro "Quarup" em 1967, baseado num ritual dos indígenas do Xingu para tratar do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Já o livro de Erico Verissimo, "Incidente em Artântara", foi alegórico sobre a ditadura. Era tempo de alegrias, pois tratar os assuntos com ironia era punição na cera.

Cassandra Rios e Adelaide Carraro, por escreverem histórias eróticas, políticas e sobre ritmos umbandistas, foram constantemente perseguidas. Em 1976, Cassandra Rios, que vendeu 300 mil exemplares por ano, teve 33 de seus 60 livros sobre amores líbicos proibidos.

Em 1975, 112 livros foram censurados, considerando-se esse o maior número de livros impedidos de circular num ano. Na música, Odair Sánchez foi censurado, por suas músicas falando de prostitutas. "Quem matou Herzog" foi uma frase que o artista plástico Cildo Meireles imprimiu em notas de um crucifixo (a noosa moeda naquelas tempos) a partir do final de 1975 e também numa série de garrafões de Coca-Cola "Yankees go home" era outra frase usada publicamente.

A década de 1970 foi de tortura, censura, perseguição e, também, de engajamento e luta democrática. No ano do assassinato de Herzog, Els Regina cantava "O mestre-sala dos mares", da dupla de autores João Bosco e Aldir Blanc, em homenagem a um navio de marinheiros em 1910. A censura obrigou a trocar a palavra "almirante" por "navegante" no verso "Salve o almirante negro".

Outra malédica ainda não desapareceu. No carnaval de 2023 a maioria dos sambas-enredo cariocas e paulistas abordou as culturas africanas e indígenas, que têm sido perseguidas duramente por uma crescente intolerância.

Cinquenta anos depois da morte de Herzog, a arte continua falando de política. Em 2023, a jornalista carioca Hananaza publicou "Ainda estamos aqui", livro sobre escravidão e como hoje permanece a segregação no País.

Assim como "Ainda estou aqui" informa sobre o passado, para que as novas gerações conheçam e não deixem repetir, o filme brasileiro "Último azul", vencedor do prêmio de grande júri no festival de Berlim de 2023, aponta os dramas de um futuro distópico se essas ideias continuarem crescendo sem definições. E preciso mais do que "dar um jeito".

PS: um bom resumo do que a arte fez nesse período está no site <https://memorialdemocracia.com.br/resistencia-cultural>

Lampião

Especial - 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog - Abril de 2025



Trabalham nesta edição os jornalistas: Ana Barros Pinto e Eduardo Meditsch (editores), Adraaldo Corrêa, Carlos Alves Müller, Marco Antonio Schuster, Márcia Turcato, René Lisboa, Rodolfo Lucena, Neusa Ribeiro (revisão). Em memória de Marcelo Oscar Lopes, José Roberto Garcez e Chico Daniel.

Diagramação: Cristina Pozzobon. Impresso na Gráfica Comunicação Impresa. Tiragem 2 mil exemplares. Distribuição gratuita.